

# RELATÓRIO

DE **Ministério do Empreendedorismo,  
da Microempresa e da  
Empresa de Pequeno Porte (MEMP)**

# GESTÃO INTEGRADO

2025



## 1. VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Identificação da unidade	6
Estrutura organizacional	8
Estrutura de governança	9
Modelo de negócios e cadeia de valor	11
O modelo de negócios do MEMP	12
Políticas e programas de governo	14
Supervisão ministerial	16
Ambiente externo	17
Materialidade das informações	20

## 2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Gestão de riscos e controles internos	23
---------------------------------------	----

## 3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Estratégia	25
Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor	26
Resultados e desempenho da gestão	45

## 4. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



## MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

**TENHO A HONRA** de apresentar o Relatório de Gestão referente ao ano de 2025 do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), documento que expressa o compromisso do Governo Federal com o fortalecimento do empreendedorismo brasileiro, a inclusão produtiva e a valorização dos pequenos negócios como agentes centrais do desenvolvimento nacional.

O Brasil encerra 2025 com mais de 16 milhões de Microempreendedores Individuais, consolidando uma trajetória de 17 anos desde a criação do Microempreendedor Individual (MEI) pela Lei Complementar nº 128, de 2008. A política, que transformou profundamente o ambiente de negócios brasileiro, permitiu ao país reduzir a informalidade, ampliar a formalização e gerar milhões de oportunidades de renda e autonomia econômica. Em 2025, celebramos essa marca histórica, com o MEI consolidado e como uma das mais relevantes políticas públicas de empreendedorismo já implementadas no Brasil. Somam-se a esse universo mais de 7 milhões de microempresas e empresas de pequeno porte, totalizando mais de 23 milhões de pequenos negócios ativos no país — um conjunto que responde por aproximadamente 30% do PIB nacional e desempenha papel central na geração de emprego, inovação e dinamismo econômico.

Ao longo deste ano, avançamos com determinação no cumprimento das competências institucionais do MEMP:

promover o empreendedorismo, apoiar a formalização, incentivar arranjos produtivos locais, expandir o acesso a crédito, fortalecer a competitividade, estimular a participação dos pequenos negócios em mercados públicos e privados, valorizar o artesanato brasileiro e ampliar a inclusão socioprodutiva em todas as regiões do país.

Entre os programas estruturantes da nossa gestão, destaca-se o ProCred 360, que se consolidou como uma das mais relevantes linhas de crédito voltadas especificamente aos microempreendedores e microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil ao ano. Entre 2024 e 2025, foram contratados mais de R\$ 4 bilhões, beneficiando mais de 130 mil empresas, com destaque para o protagonismo feminino: mulheres acesam até 50% do faturamento do ano anterior como limite de crédito, fortalecendo sua autonomia financeira e estimulando novos ciclos de crescimento.

Outro marco decisivo foi o avanço do Empreender Clima, iniciativa pioneira no país ao oferecer crédito para micro e pequenos negócios com foco em sustentabilidade, eficiência energética e transição para a economia verde. O programa oferece juros reduzidos, a partir de 4,4% ao ano, sem indexação à Selic pela primeira vez na história, com financiamentos de até 100% do investimento e tempo ampliado para pagamento. A iniciativa demonstra o potencial transformador das políticas ambientais combinadas ao fortalecimento da microeconomia.

Também reforçamos programas essenciais à vida cotidiana do microempreendedor, cumprindo nossa missão institucional de simplificar processos, ampliar oportunidades e garantir acesso a serviços. O Cartão MEI, em parceria com o Banco do Brasil, democratizou o acesso a serviços bancários com anuidade zero e cartão múltiplo; o MEI Conta com a Gente conectou microempreendedores a contadores voluntários em todo o país, oferecendo orientação inicial gratuita; o Contrata+Brasil ampliou o acesso de MEIs às compras governamentais, com milhares de oportunidades disponibilizadas por órgãos públicos.

Avançamos ainda na modernização e digitalização da experiência do microempreendedor, com a implementação do Meu MEI Digital, que reúne em um único aplicativo os principais serviços, documentos e orientações do MEI — incluindo o ChatBot Meire, inteligência artificial, que facilita o atendimento e a resolução de dúvidas em tempo real para milhares de usuários.

No campo do artesanato, ampliamos ações do Programa do Artesanato Brasileiro, fortalecendo a estruturação do setor, modernizando e promovendo feiras e eventos que destacam a diversidade cultural e produtiva dos artesãos brasileiros. Trata-se de um segmento fundamental para a geração de renda

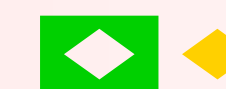
em comunidades tradicionais, populações rurais e regiões de grande valor cultural.

Todos esses avanços foram sustentados pelo aperfeiçoamento institucional promovido pelo Decreto nº 12.694, de 22 de outubro de 2025, que atualizou a estrutura regimental do MEMP, ampliando nossa capacidade de governança, alinhamento estratégico e entrega de políticas públicas ao cidadão.


Os resultados aqui apresentados demonstram que o MEMP atua de forma coerente com suas competências legais: impulsionando a formalização, ampliando o acesso a crédito, estimulando a competitividade, fortalecendo arranjos produtivos locais, promovendo inclusão socioprodutiva, digitalizando serviços, valorizando o artesanato e criando condições para que microempresas, empresas de pequeno porte e MEIs cresçam de maneira sustentável.

Reafirmo, como Ministro, minha responsabilidade pela fidedignidade, precisão e completude das informações deste Relatório de Gestão. Seguimos comprometidos com a construção de um Brasil em que empreender seja simples, seguro e acessível — e em que milhões de pequenos negócios continuem a exercer seu papel essencial na geração de trabalho, renda e desenvolvimento para todo o país.

MÁRCIO FRANÇA



**MINISTRO DO EMPREENDEDORISMO,  
DA MICROEMPRESA E  
DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**



# VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

# IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) integra a estrutura da administração pública federal direta. Ele foi criado pela Medida Provisória nº 1.187, de 13 de setembro de 2023, posteriormente convertida na [Lei nº 14.816, de 16 de janeiro de 2024](#), e tem como áreas de competência os seguintes assuntos:

- i. coordenação, articulação e proposição de políticas, de programas e de ações de apoio que tratem de:
  - a) empreendedorismo;
  - b) microempresa e empresa de pequeno porte;
  - c) artesanato e microempreendedorismo;
  - d) educação empreendedora; e
  - e) concretização e garantia do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte previsto na alínea “d” do inciso III do caput do art. 146, no inciso IX do caput do art. 170 e no art. 179 da Constituição Federal, incluída a defesa institucional perante os Poderes da República e os entes federativos.
- ii. políticas de apoio à formalização da microempresa e da empresa de pequeno porte e à identificação do microempreendedor e do profissional autônomo;
- iii. incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados à microempresa e à empresa de pequeno porte e de desenvolvimento sustentável da produção;
- iv. ações de qualificação e de extensão empresarial, com ênfase no empreendedorismo feminino e na promoção de empresas de base inovadora (startups), destinadas à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato;
- v. promoção da competitividade e da produtividade, inclusive por meio de acesso a mercados públicos e privados, da inovação e da melhoria do ambiente de negócios para a microempresa e a empresa de pequeno porte;
- vi. articulação e incentivo à participação da microempresa, da empresa de pequeno porte e do artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços;
- vii. políticas destinadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito;
- viii. promoção de ações de fomento da cultura empreendedora inclusiva, abrangidos programas de capacitação, de equalização de passivos, de regularização de débitos, de mitigação do endividamento e de acesso a recursos financeiros;
- ix. registro público de empresas mercantis e atividades afins;
- x. apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte em casos de calamidade pública;
- xi. inclusão socioprodutiva dos empreendedores informais da base da pirâmide social, com interseção da política do microempreendedor com as de assistência social e suas redes;


- xii. suporte às ações nacionais e subnacionais na utilização dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, incluído o poder de compra governamental para o desenvolvimento dos territórios;
- xiii. políticas de apoio à inserção da microempresa e da empresa de pequeno porte em atividades ligadas à economia criativa, observadas as competências do Ministério da Cultura; e
- xiv. políticas, programas e ações de apoio ao associativismo e ao cooperativismo, nos temas relacionados ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte, observadas as competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e do Ministério do Trabalho e Emprego.


A partir de 15 de dezembro de 2023, por meio do [Decreto nº 11.832, de 14 de dezembro de 2023](#), o Ministério passou a exercer a responsabilidade delegada de supervisionar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. Essa supervisão abrange, sobretudo, a competência para aprovar o orçamento da entidade.




A identidade do Ministério está expressa em sua missão, visão e valores:

**IDENTIDADE INSTITUCIONAL**

  
Missão: Propor, fomentar, articular e implementar políticas públicas, programas e ações que promovam um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e a sustentabilidade, inclusão socioprodutiva e competitividade das microempresas, microempreendedores individuais, empresas de pequeno porte, artesãos, cooperativas, associações, autônomos e empreendedores informais.

  
Visão: Ser reconhecido como amigo do empreendedor e promotor da prosperidade, sustentabilidade e inclusão do ecossistema empreendedor brasileiro.

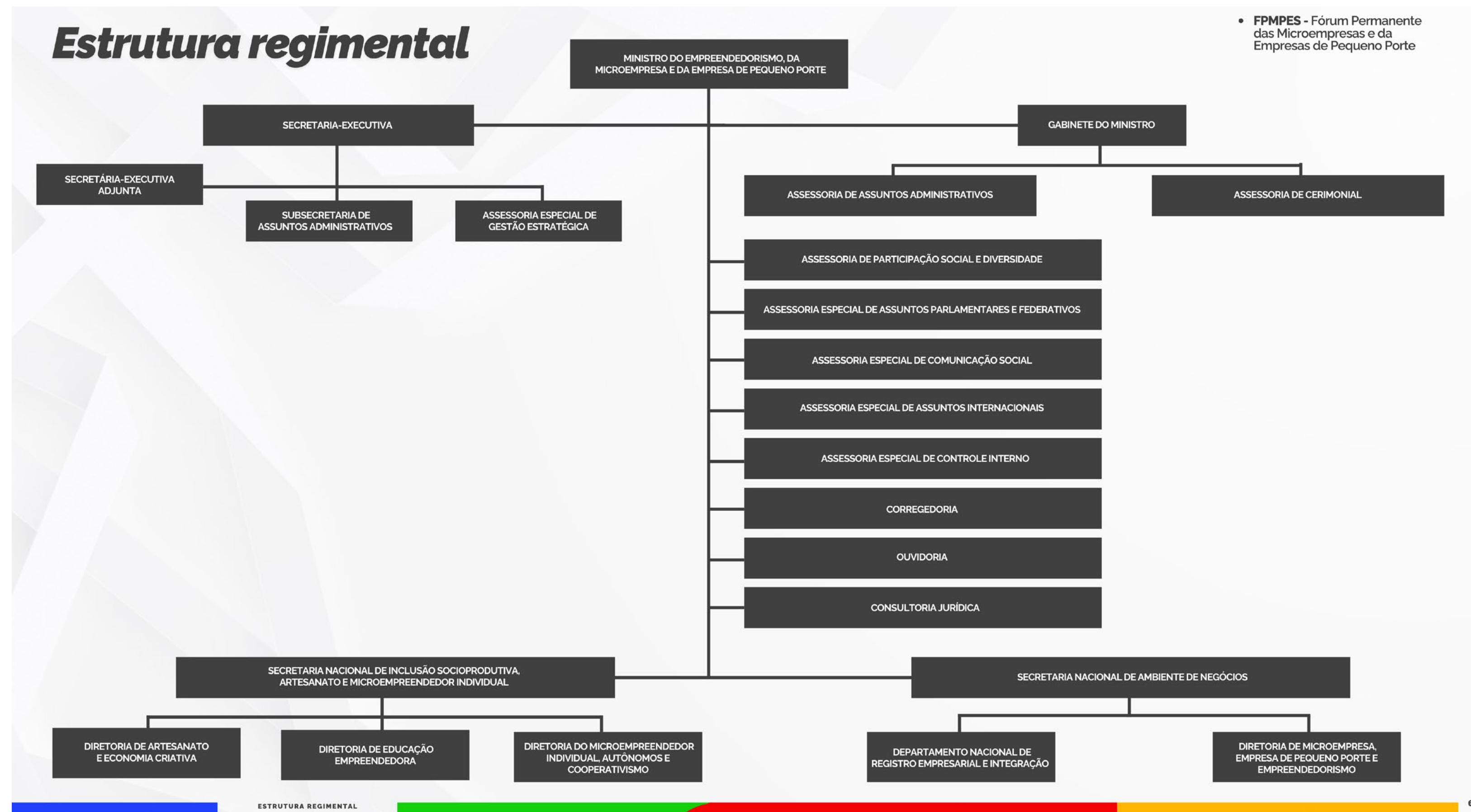
  
Valores:

- Empatia e responsabilidade social
- Colaboração e compartilhamento
- Paixão pelo que fazemos
- Comprometimento e ética
- Inovação e criatividade

Fonte: Planejamento Estratégico — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura regimental vigente do Ministério foi publicada no [Decreto nº 12.694, de 22 de outubro de 2025](#). A figura a seguir ilustra o MEMP conforme o referido decreto:

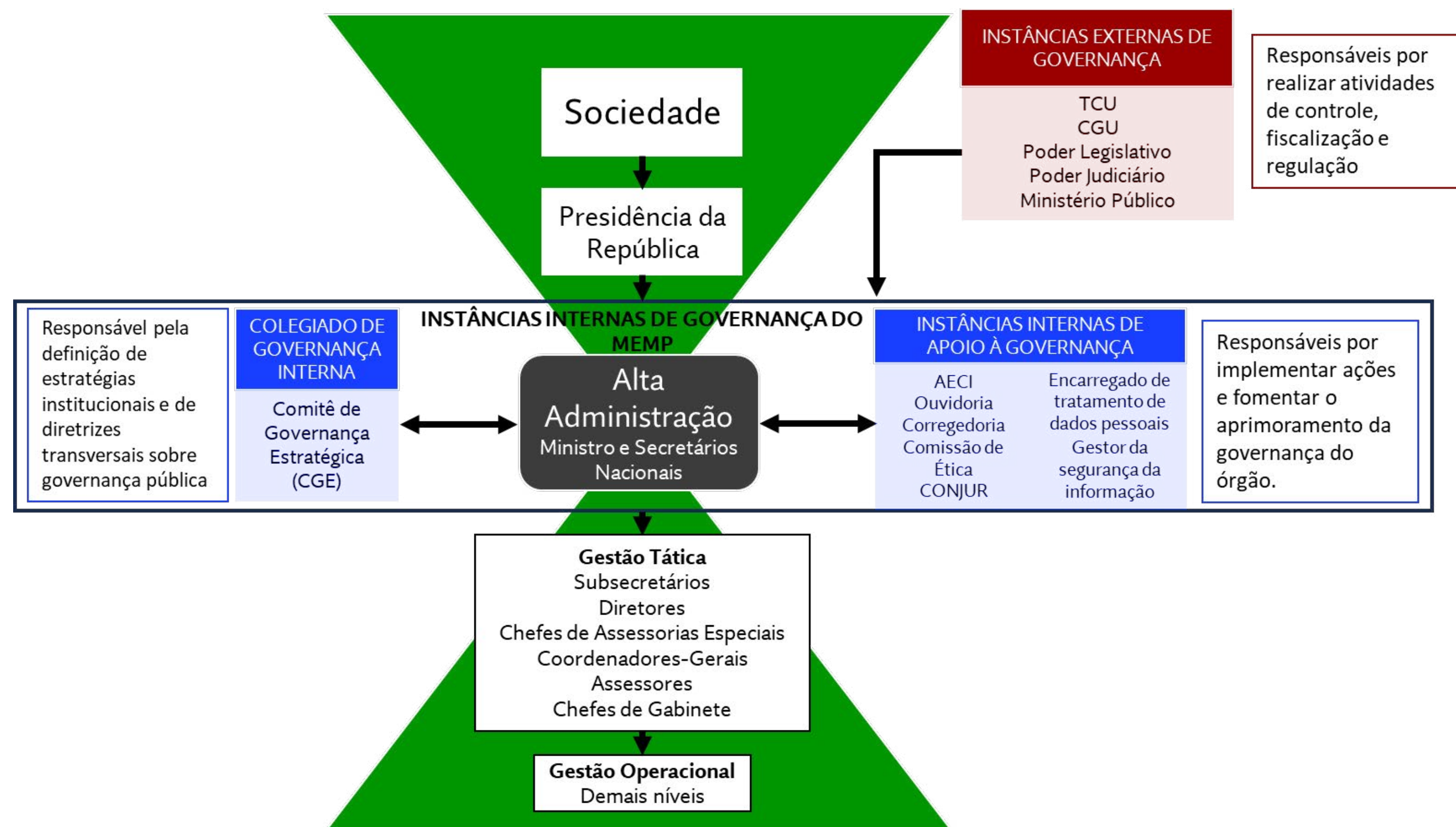


• FMPES - Fórum Permanente das Microempresas e da Empresas de Pequeno Porte

Fonte: Estrutura MEMP — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

# ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Apresenta-se a seguir uma figura com as principais instâncias de governança no contexto do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte



Fonte: AEGE/SE/MEMP

# PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA NO ÂMBITO DO MEMP

## 1) ALTA ADMINISTRAÇÃO

Composta pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Executivo e pelos Secretários Nacionais.

## 2) INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

O Ministério possui as seguintes instâncias internas de apoio à governança: a Assessoria Especial de Controle Interno - AECl, a Ouvidoria, a Corregedoria, a Comissão de Ética, a Consultoria Jurídica, o encarregado do tratamento de dados pessoais e o gestor da segurança da informação.

Essas unidades são responsáveis por implementar ações e fomentar o aprimoramento da governança do órgão.

## 3) COMITÊ DE GOVERNANÇA INTERNA

O Comitê de Governança Estratégica foi instituído pela [Portaria MEMP nº 105, de 22 de maio de 2024](#) e consiste na instância colegiada superior de governança do Ministério, exercendo as atribuições dos seguintes colegiados:

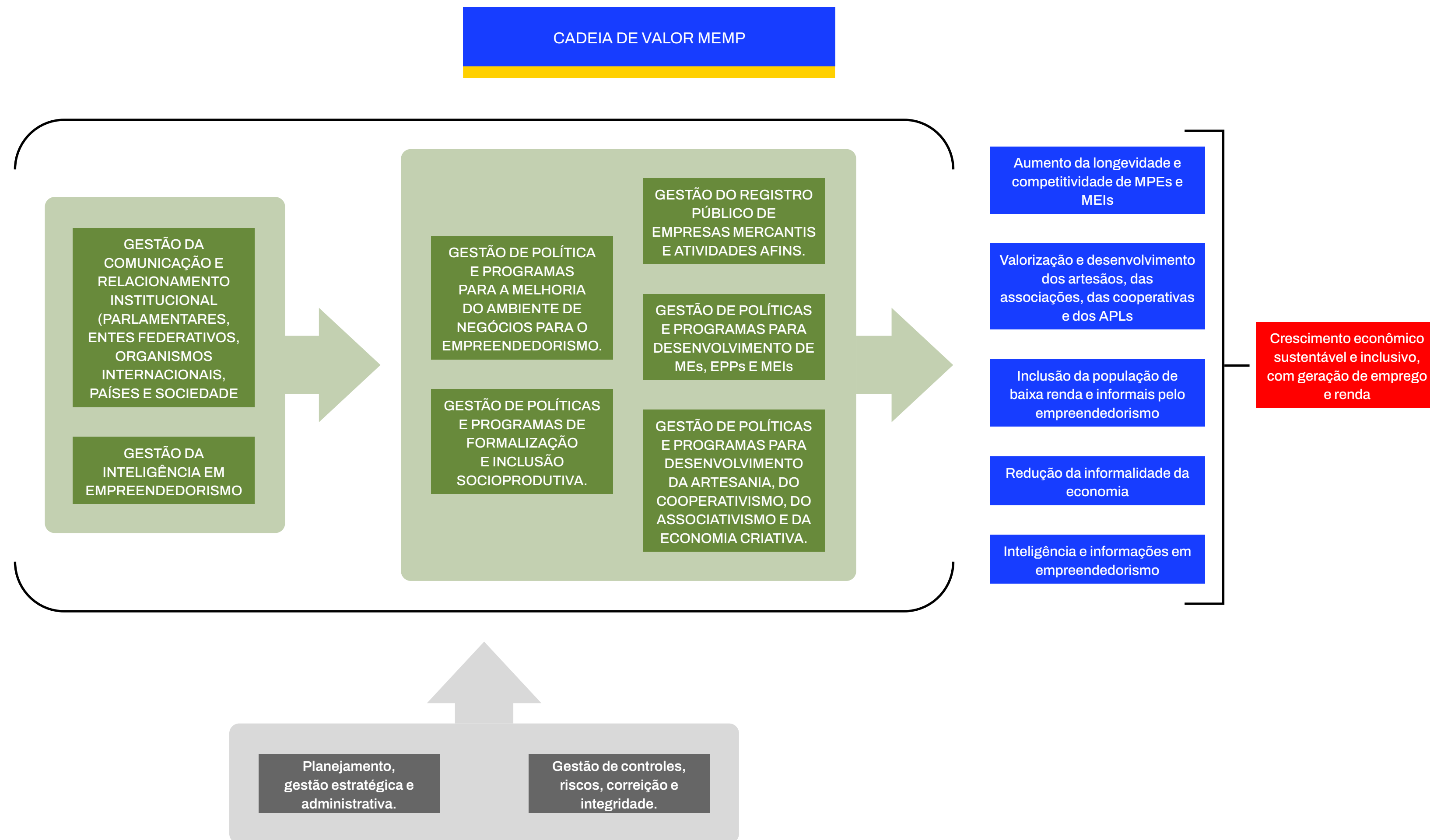
- i. comitê interno de governança, de que trata o art. 15-A do [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#);
- ii. comitê de governança digital, de que trata o art. 2º do [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#); e
- iii. comitê de segurança da informação, de que trata o inciso IV do art. 15 do [Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018](#).

# MODELO DE NEGÓCIOS E CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor é um instrumento de governança essencial para a organização da instituição e de seus macroprocessos internos, assim como permitir o desdobramento em processos, em alinhamento ao previsto no artigo 15-A do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e ao art. 3º da Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020.

Consiste em um modelo representativo de como os macroprocessos e processos da organização se inter-relacionam para gerar valor a seus beneficiários, por meio de seus produtos e serviços.

A Cadeia de Valor do MEMP está esquematizada na figura a seguir:



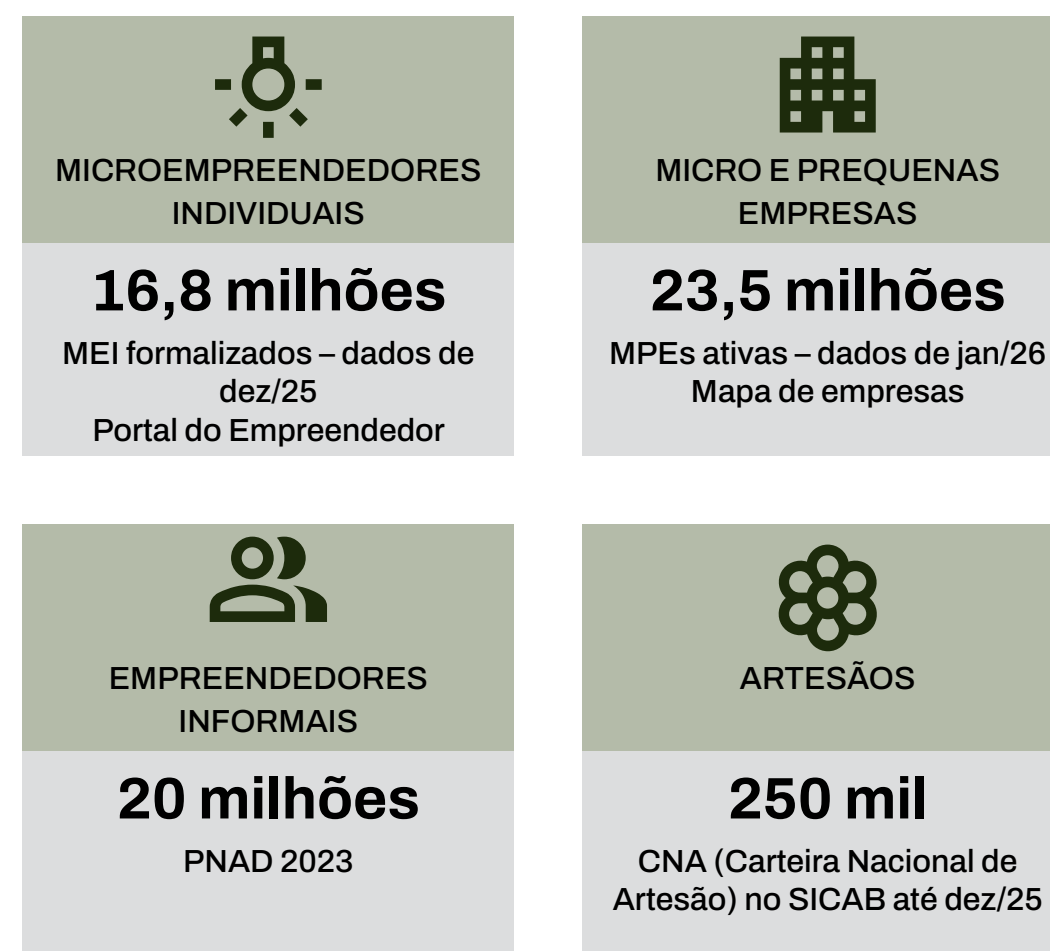
Fonte: Planejamento Estratégico — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (AEGE/SE/MEMP)

## O MODELO DE NEGÓCIOS DO MEMP

O MEMP possui um modelo de negócios fortemente ancorado na interface com seu público-alvo, em especial, por meio de colegiados e instâncias de interação no território.

Nesse sentido, destaca-se a atuação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Comitê de Empreendedorismo Feminino e da Coordenação Nacional do Programa do Artesanato Brasileiro (e as Coordenações Estaduais).

Nosso público-alvo:



As políticas, programas e ações do MEMP possuem os seguintes focos de intervenção junto ao público-alvo:

- Desenvolvimento de competências;
- Geração de oportunidades;
- Incentivo à formalização e inclusão socioproductiva pelo empreendedorismo;
- Facilitação de acesso ao crédito e investimento; e
- Melhoria do ambiente de negócios.

Os focos de intervenção se relacionam com os macroprocessos da cadeia de valor, os quais tratam da gestão de serviços públicos perenes, da gestão de relacionamentos com as partes interessadas, da gestão e governança interna e da gestão de políticas e programas públicas.

A partir dos macroprocessos e projetos da instituição, a organização busca contribuir para o crescimento econômico sustentável e inclusivo, com geração de emprego e renda, buscando especificamente a disponibilização de inteligência sobre empreendedorismo, a redução da informalidade da economia, a inclusão da população de baixa renda e informais por meio do empreendedorismo, a valorização e desenvolvimento do artesanato, cooperativismo, associativismo e Arranjos Produtivos Locais (APLs); e o aumento da longevidade e competitividade das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e Microempreendedores Individuais (MEIs).

Para gerar esses resultados específicos, o MEMP oferta e busca melhorar a prestação de serviços públicos voltados para a formalização, legalização e registro de empresas; e formula, articula, implementa, monitora e avalia políticas, programas e ações voltadas para a melhoria do ambiente de negócios, formalização e inclusão socioproductiva, promoção do desenvolvimento das Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs), MEIs, artesãos, cooperativas, associações e economia criativa.

Todos esses macroprocessos se apoiam na gestão da comunicação e relacionamento com as partes interessadas, na geração de inteligência sobre empreendedorismo e nos processos de gestão e governança do órgão.

Os recursos utilizados pelo órgão para esse fim são, principalmente:

### RECURSOS HUMANOS

129 servidores  
37 funcionários terceirizados  
6 estagiários

### RELACIONAMENTO

21 colegiados integrados pelo MEMP  
1491 manifestações recebidas pela ouvidoria

### ORÇAMENTO

R\$ 270.487.330

### ÓRGÃO SUPERVISIONADO

SEBRAE  
(Orçamento 2025:  
R\$ 8.985.893.600,00)

### PARCEIROS

16 ACTs  
39 Termos de Fomento  
55 Convênios  
54 TEDs

### RECURSOS DE TI

Estações de trabalho: 197  
Impressoras: 21  
Videoconferência: 02  
Sistemas próprios: 02  
Sistemas do Colaboragov: 04

# POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

## PPA

O MEMP contribui para o Programa 2802 - Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva:

Objetivo Geral: 1342 - Ampliar a inclusão socioprodutiva, o empreendedorismo, a competitividade e a longevidade das Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs), com melhoria do ambiente de negócios e valorização do artesanato, cooperativismo, associativismo e da economia criativa.

O Programa possui 3 Objetivos Específicos:

**OBJETIVO ESPECÍFICO:** 0548 – Melhorar o ambiente de negócios para o Empreendedorismo

**INDICADOR:** 12645 – Tempo de abertura de empresas

**ÍNDICE DE REFERÊNCIA:** 26h (2023)

**META 2025:** 20h

**DESEMPENHO 2025:** 20h

**COMPOSIÇÃO:** 6 entregas (com indicadores e metas) e 3 medidas institucionais normativas

**OBJETIVO ESPECÍFICO:** 0549 – Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo.

**INDICADOR:** 12646 – Índice de produtividade das MEs, EPPs e MEIs com base nas informações prestadas para fins de arrecadação e E-social

**ÍNDICE DE REFERÊNCIA:** 24,34 (2022)

**META 2025:** 24,6 (R\$/hora de trabalho)

**DESEMPENHO 2025:** 26,41 (2024)

**COMPOSIÇÃO:** 11 entregas (com indicadores e metas) e 3 medidas institucionais normativas

**OBJETIVO ESPECÍFICO:** 0550 – Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.

**INDICADOR:** 12647 – Número de artesãos certificados e incluídos na política pública do artesanato por meio da Carteira Nacional do Artesão - CNA

**ÍNDICE DE REFERÊNCIA:** 213.331 (2023)

**META 2025:** 258.866 artesãos

**DESEMPENHO 2025:** 250.911 artesãos

**COMPOSIÇÃO:** 9 entregas (com indicadores e metas)

Veja mais informações sobre o programa no [PPA Aberto](#).

As entregas e medidas implementadas ao longo de 2025 serão mencionadas ao longo deste relatório na seção 4.3.

O MEMP possui atuação alinhada com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



8.2 - Atingir níveis mais elevados de **produtividade** das economias, por meio da **diversificação, modernização tecnológica e inovação**, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra

8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, **empreendedorismo**, criatividade e inovação, e incentivar a **formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas**, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros



9.3 - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados



16.6 - Desenvolver **instituições eficazes, responsáveis e transparentes** em todos os níveis



10.2 - Até 2030, empoderar e promover a **inclusão social, econômica e política** de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra



5.5 - Garantir a **participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades** para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

Além disso, possui interface com a política Nova Indústria Brasil (NIB), sendo que parte dos instrumentos para alcance das missões da NIB são voltados para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

# SUPERVISÃO MINISTERIAL

O exercício da supervisão ministerial pelo MEMP abrange entidades de grande relevância para o desenvolvimento econômico do país. Além do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cujo orçamento é aprovado por este Ministério, a supervisão se estende à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

No caso da ABDI e da Apex-Brasil, conforme previsto no art. 34, parágrafo único, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, o MEMP deve participar, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), dos contratos de gestão com a ABDI e a Apex-Brasil, nos pontos atinentes ao empreendedorismo, à microempresa e à empresa de pequeno porte. Ressalte-se, ainda a participação do MEMP no Conselho Deliberativo da ABDI.

A cooperação com a ABDI foi reforçada pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado em outubro de 2025, voltado ao desenvolvimento de ações conjuntas de inovação,

transformação digital, inclusão socioprodutiva e fortalecimento das micro e pequenas empresas, incluindo capacitações digitais (com atenção a mulheres empreendedoras e artesãos) e o uso estratégico de dados e indicadores para aperfeiçoar políticas públicas.

De forma análoga, a articulação institucional com o Sebrae consolidou-se com o Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2025, que estabelece mútua cooperação para a promoção de políticas de inclusão socioprodutiva, melhoria do ambiente de negócios e fortalecimento e competitividade dos pequenos negócios (MEI, ME e EPP), do artesanato, do cooperativismo e do associativismo, suprimindo a lacuna decorrente do término do ACT nº 167/2022 em maio de 2024.

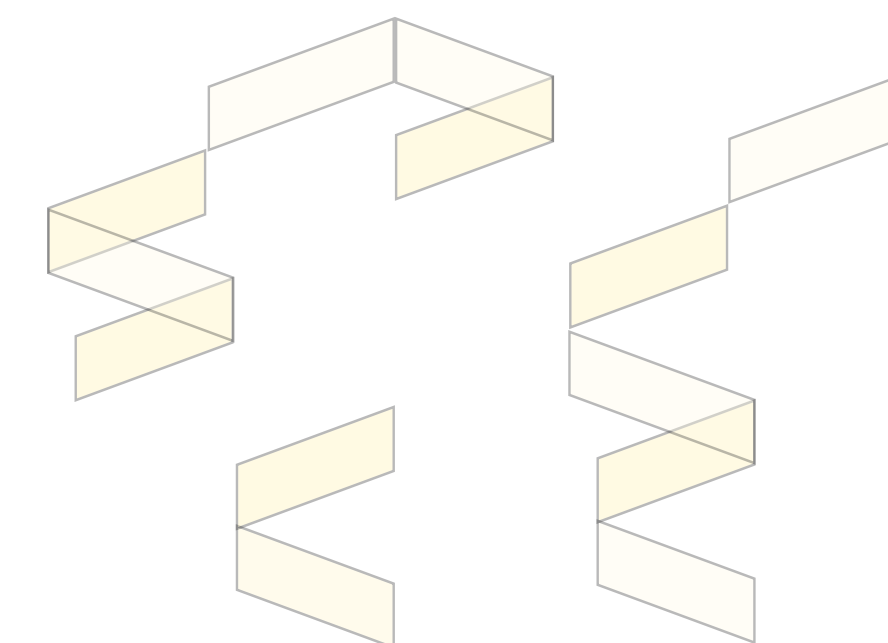
No que tange especificamente ao orçamento do Sebrae, a competência para sua aprovação e alterações é delegada ao Ministro de Estado do MEMP (art. 2º do Decreto nº 715, de 29 de dezembro de 1992). Tal prerrogativa, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.295/2018 – Plenário), caracteriza exercício

de supervisão ministerial sobre serviços sociais autônomos.

Assim, no exercício de sua função supervisora, o MEMP analisou a proposta orçamentária do Sebrae para o exercício de 2025. A avaliação técnica, coordenada pela Secretaria-Executiva e com a colaboração das demais unidades do Ministério, examinou a aderência dos programas, metas e indicadores da entidade às políticas e ações do Governo Federal. O processo resultou na emissão de recomendações voltadas ao aprimoramento da efetividade das iniciativas e ao fortalecimento da sinergia com as diretrizes ministeriais. Após o diálogo técnico e a apresentação dos devidos esclarecimentos pelo Sebrae, verificou-se a conformidade da proposta com os limites legais de aplicação de recursos, culminando na edição da [Portaria MEMP nº 44, de 10 de abril de 2025](#), publicada no Diário Oficial da União em 14 de abril de 2025.

A atuação do MEMP na supervisão do orçamento do Sebrae reforça o papel do Ministério como instância coordenadora das políticas nacionais de fomento ao

empreendedorismo e de apoio às micro e pequenas empresas, garantindo que os recursos parafiscais sejam empregados de forma estratégica e alinhada aos objetivos de desenvolvimento econômico e social do país.



# AMBIENTE EXTERNO

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, tal como outros órgãos, é afetado por variáveis econômicas, políticas e legais que influenciam no alcance dos resultados da entidade.

A própria situação de recente criação do Ministério (pela Medida Provisória nº 1.187, de 13 de setembro de 2023, convertida na [Lei nº 14.816, de 16 de janeiro de 2024](#)) requereu um esforço adicional de transição de competências, estrutura e recursos, além da formulação da estratégia, para conformar o novo órgão.

Um dos fatos relevantes que afetaram a atuação do órgão foi a imposição de aumento de tarifas pelo Governo Americano ao Brasil, que encareceu os produtos brasileiros para compradores americanos e que prejudicou, especialmente as micro e pequenas empresas, pois estas não têm grande poder de barganha ou escala, além de terem reservas financeiras menores para absorver os custos. Em resposta, o Brasil lançou o Programa Brasil Soberano, que definiu um conjunto de medidas para proteger exportadores e trabalhadores.

Por meio da Portaria nº 1.863/2025, definiu que as instituições financeiras e entidades autorizadas participantes do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) poderão aderir e requerer a garantia do Fundo de Garantia de Operações (FGO) em 100% de cada operação, que tem como objetivo assegurar uma parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos a

microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores Individuais e profissionais liberais.

Também, destaca-se que, com a aprovação do PLP 108/2024 pela CCJ do Senado e a previsão de implementação gradual a partir de janeiro de 2026, a agenda tributária ganhou prioridade no governo, o que tem exigido ajustes e criado desafios operacionais na execução de algumas políticas do ministério.

Por fim, ressalta-se que o atraso significativo na aprovação do orçamento de 2025 teve impacto expressivo na implementação das iniciativas do MEMP que dependiam de recursos e da previsibilidade quanto ao montante e momento de disponibilidade. Tal aspecto associado ao reduzido número de servidores do MEMP, que recebeu apenas no final do ano um número abaixo da expectativa de servidores provenientes do CNU para composição das equipes, gerou atrasos e inviabilizou algumas das entregas previstas.

No nível tático e operacional, destacam-se como fatores externos que influíram no desempenho do órgão a dependência das diretrizes e dos níveis de serviço ofertadas no âmbito do arranjo colaborativo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Assim, o desempenho dos processos logísticos, de recursos humanos, de tecnologia da informação e orçamentários é fortemente influenciado pela condução do órgão central do Colaboragov em relação ao atendimento às demandas e necessidades do órgão.

## COLEGIADOS INTEGRADOS PELO MEMP

No que diz respeito à relação com Ambiente Externo, cabe destacar também a inserção do órgão em colegiados que permitem uma articulação estreita com atores externos para permitir a captação das necessidades de seu público-alvo e articular as políticas e ações do Ministério junto a seus parceiros. Os colegiados integrados pelo MEMP são:

- Comitê de Empreendedorismo Feminino, Elas Empreendem;
- Conselho Deliberativo Nacional e Comitê de Compliance e Auditoria do SEBRAE – CDN;
- Comitê Temporário de Discussão sobre a Reforma Tributária – Resolução CDN n. 524/2024;
- Comitê de Mecanismos Financeiros de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - CFIN
- Conselho de Participação da União em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas – CPFGMPE;
- Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM;
- Comitê Gestor e Secretaria-Executiva do Simples Nacional – CGSN;

- Grupo Técnico de Atividades e Ocupações do Simples Nacional – GTAQ/SE
- Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FPMPE;
- Conselho de Desenvolvimento do Ambiente de Negócios do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – CODAN;
- Conselho Deliberativo da ABDI;
- Comitê Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI;
- Comitê de Orientação Estratégica do Programa Brasil Mais Produtivo;
- Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – CNODS;
- Comitê Interministerial, Subcomitê e Câmaras Temáticas de Governança de Serviços Compartilhados – CIG-SC;
- Subcomissão de Coordenação do Sistema de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos do Centro de Serviços Compartilhados - Subsiga ColaboraGov
- Rede PGD;
- Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta da Política Nacional de Direitos Humanos e Empresas;

- Programa Federal de Ações Afirmativas – PFAA;
- Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude – COIJUVE; e
- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CODEL/SUDECO.

## COMUNICAÇÃO COM OS BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Além da interação com os beneficiários por meio dos colegiados, caravanas, participação em feiras e eventos de divulgação, o MEMP possui os seguintes canais de comunicação:

- **OUVIDORIA DO MEMP** (Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação) – link: [Ouvidoria — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

Canal para recebimento de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

- **CANAL DO PARTICIPA + BRASIL – MEMP** – link: [Governo Federal - Participa + Brasil - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

Canal que trata das consultas públicas e audiências públicas do MEMP.

- **REDES SOCIAIS**

Canal para veiculação de notícias e informações importantes e atualizadas sobre as ações e temas do Ministério.

Instagram: <https://www.instagram.com/mempoficial/>

Tik Tok: <https://www.tiktok.com/@memp.oficial>

Facebook: [Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte | Brasília DF | Facebook](#)

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/mempoficial>

Flickr: [Ministério do Empreendedorismo, da ME e da EPP | Flickr](#)

- **SÍTIO INSTITUCIONAL** – link: <https://www.gov.br/memp/>

Sítio institucional oficial do MEMP com informações sobre o Ministério, suas políticas e ações, canais de comunicação, perguntas frequentes, informações para contatos

- **PORTAL DO EMPREENDEDOR** – link: [Portal do Empreendedor — Empresas & Negócios](#)

Ambiente digital do Governo Federal direcionado para os microempreendedores individuais, para acesso a serviços e soluções voltadas para a formalização e gestão dos MEIs. O Portal conta com o chatbot MEIre, que facilita o atendimento ao cidadão, oferecendo orientações rápidas e acessíveis diretamente na plataforma.

- **FALE COM O DREI** – link: [Fale com o DREI — Empresas & Negócios](#)

Canal de comunicação para recepção de elogios, sugestões e denúncias a respeito do atendimento das Juntas Comerciais e do DREI.

- **CANAL DE COMUNICAÇÃO COM O FÓRUM PERMANENTE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Sítio institucional: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/forum-permanente>

Contato: [forum.permanente@memp.gov.br](mailto:forum.permanente@memp.gov.br)

Contato para esclarecimentos adicionais acerca da Política Nacional de Desenvolvimento das Micro e Pequenas

Empresas — incluindo diretrizes, ações previstas e formas de participação.

- **CANAL DE COMUNICAÇÃO SOBRE PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO – PAB e SICAB**

Sítio institucional: [Portal do Artesanato Brasileiro — Empresas & Negócios](#)

Contato: [artesanato@memp.gov.br](mailto:artesanato@memp.gov.br)

Contato para esclarecimentos adicionais acerca do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB.

- **DADOS ABERTOS MEMP** – link: [Portal de Dados Abertos](#)

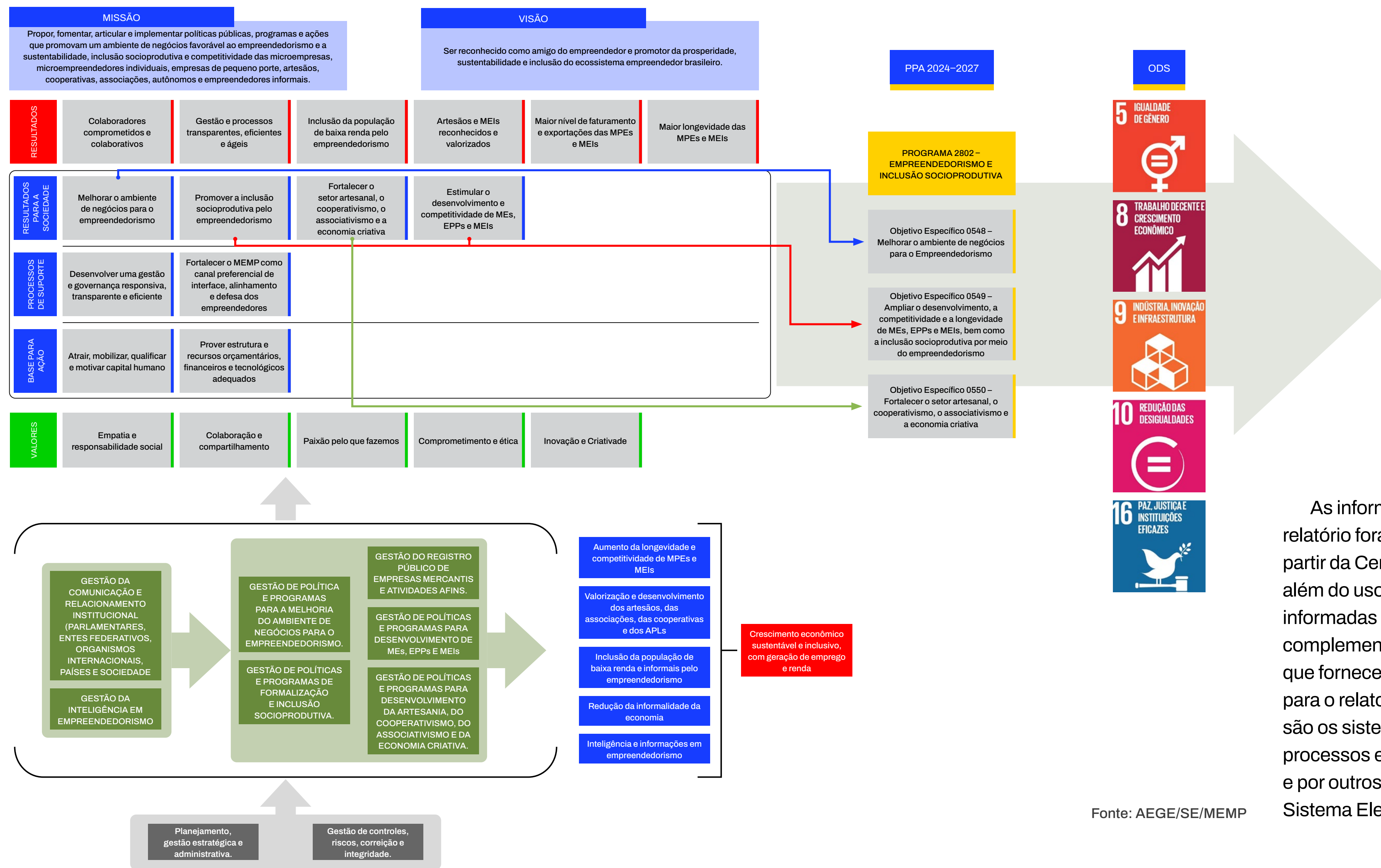
Canal em que o MEMP disponibiliza dados abertos para acesso pela população, incluindo dados de tradutores e leiloeiros registrados nas Juntas Comerciais, Tabelas de dispensa de alvarás de licenças, Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças, Pronampe, Procred 360, Mapa de Empresas, Empresas Filiais Estrangeiras, Decisões Recursais do DREI, Compras gov.br, Adesão ao CRED+, entre outras bases.

# MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A materialidade das informações está relacionada aos temas relevantes que afetam a geração do valor público pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Nesse contexto, a seleção de temas foi norteada pelo Plano Estratégico MEMP 2024-2027. Os resultados da gestão serão apresentados ao longo do relatório demonstrando a evolução de indicadores, programas e iniciativas realizadas no âmbito dos 4 objetivos finalísticos.

A imagem a seguir apresenta a relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODSs mais impactados pelas linhas de atuação do MEMP:





As informações apresentadas neste relatório foram colhidas primeiramente a partir da Central de Monitoramento do MEMP, além do uso de informações já divulgadas ou informadas pelas unidades e, posteriormente, complementadas pelas áreas responsáveis, que forneceram dados adicionais relevantes para o relato. As principais fontes desses dados são os sistemas informatizados utilizados nos processos e serviços prestados pelo Ministério e por outros órgãos públicos, incluindo o Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Fonte: AEGE/SE/MEMP



# RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

## GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Atualmente, o MEMP dispõe de uma Política de Gestão de Riscos formalmente instituída. Embora o Planejamento Estratégico 2024–2027 previsse, inicialmente, a elaboração e a implementação dessa política ainda no exercício de 2024, a concretização da iniciativa foi impactada por limitações decorrentes da insuficiência de recursos humanos e da priorização de outras demandas institucionais, incluindo a elaboração de outros normativos internos.

Após a conclusão dos trabalhos técnicos conduzidos pela Assessoria Especial de Controle Interno – AECl e a devida apreciação pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE, a Política de Gestão de Riscos do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP foi instituída por meio da Portaria MEMP nº 390, de 16 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União, disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-memp-n-390-de-16-de-dezembro-de-2025-675824749>.



# GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

# ESTRATÉGIA

A estratégia do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte está expressa no Plano Estratégico MEMP 2024-2027.

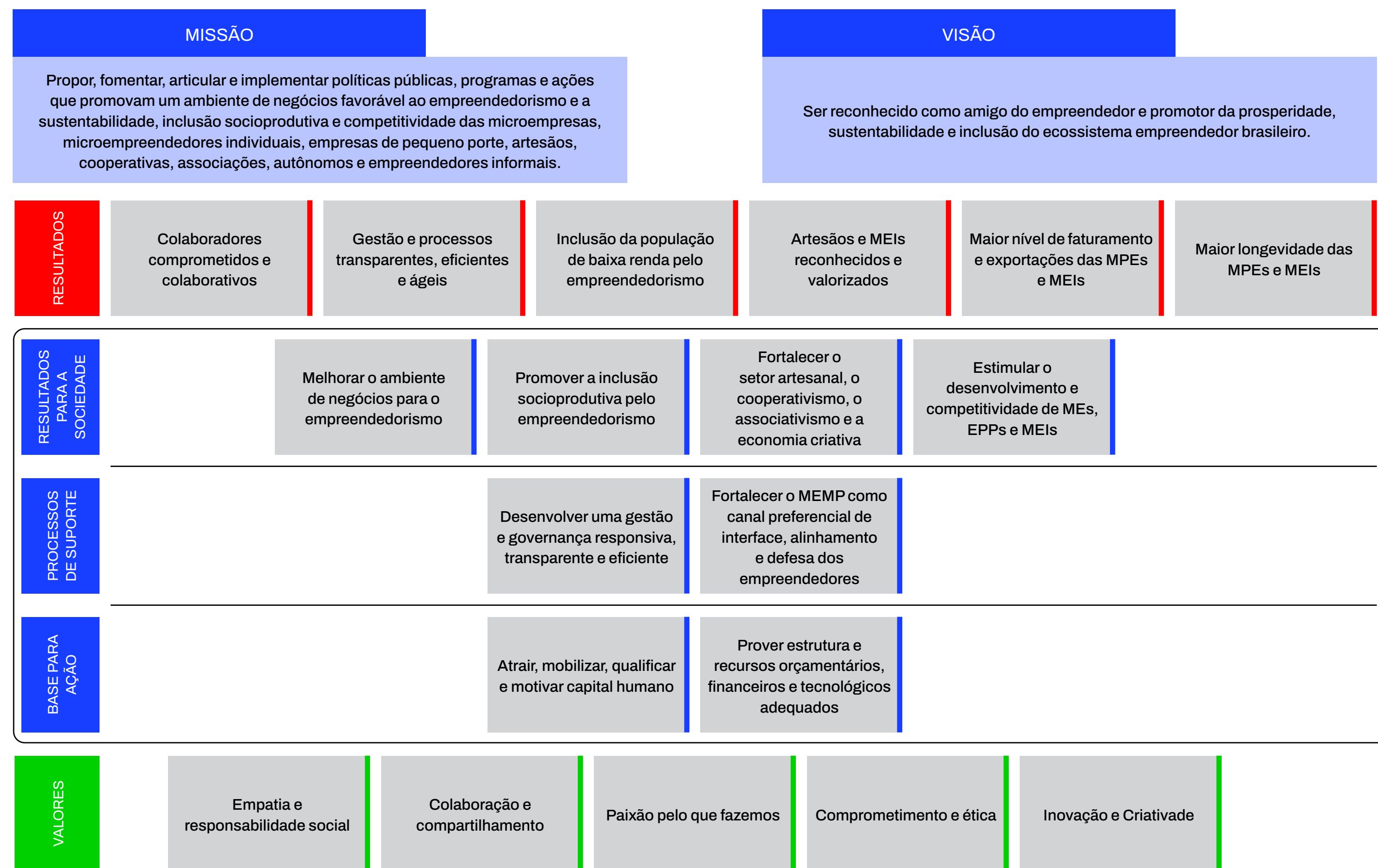
Aprovado pela [Resolução CGE/MEMP Nº 1, de 9 de julho de 2024](#), o plano foi revisitado e atualizado pelas Resoluções CGE/MEMP nº 5, de 26 de maio de 2025 e nº 6, de 12 de setembro de 2025. Sua revisão contínua é um aspecto importante que demonstra a dinamicidade e adaptabilidade da estratégia do ministério às mudanças no contexto de atuação e às suas capacidades de implementação de políticas e serviços públicos.

O método utilizado para estruturar o plano estratégico foi o Balanced Scorecard, adaptado para entidades públicas. Destaca-se que o plano está em contínuo processo de aperfeiçoamento e integração/alinhamento ao Plano Plurianual do Ministério. O programa 2802 “Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva” reflete em grande parte os objetivos, entregas e indicadores do plano estratégico, mas com reforço e inclusão de aspectos referentes à metodologia do PPA, que traz como enfoque entregas em termos de serviços públicos como elementos viabilizadores dos objetivos específicos.

Nesse contexto, o mapa estratégico do MEMP é estruturado por meio de objetivos estratégicos distribuídos em perspectivas, interligados por relações de causa e efeito. São 8 objetivos estratégicos distribuídos em 3 perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos de Suporte e Base para Ação.

Mais informações a respeito das iniciativas e indicadores do Planejamento Estratégico podem ser consultadas na página do MEMP.

MAPA ESTRATÉGICO MEMP 2024-2027

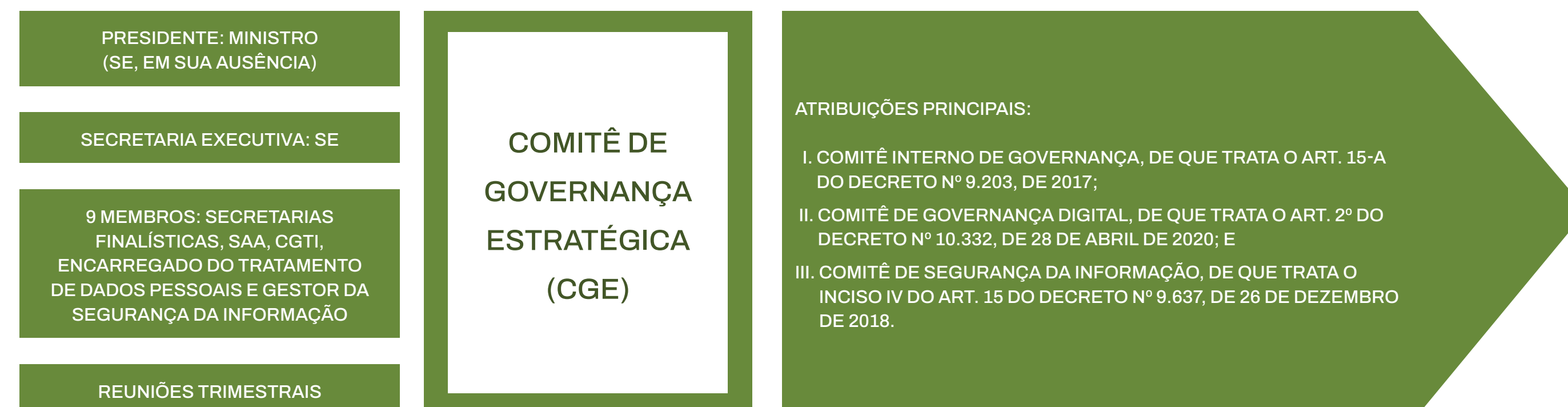


# APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR

A construção de uma estrutura de governança foi um aspecto priorizado pelo MEMP, tendo em vista a necessidade de acompanhar, aprofundar as discussões e direcionar os esforços na implementação da estratégia do Ministério.

Assim cabe destaque à instituição do Comitê de Governança Estratégica (CGE) por meio da Portaria MEMP nº 105, de 22 de maio de 2024.

O CGE é presidido pelo Ministro de Estado e é a instância colegiada superior de governança do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



Incorpora os princípios, as diretrizes e os mecanismos definidos na política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e exerce o papel do comitê interno de governança, no âmbito do MDIC, nos termos do [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), e suas alterações.

Também exerce as atribuições do comitê de governança digital (art. 2º do [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#), posteriormente revogado pelo [Decreto nº 12.198, de 28 de abril de 2020](#)) e do comitê de segurança da informação (inciso IV do art. 15 do [Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018](#), posteriormente revogado pelo [Decreto nº 12.572, de 3 de agosto de 2025](#)), sendo responsável por avaliar e deliberar sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e comunicação - PDTIC/MEMP; Plano de Transformação Digital - PTD/MEMP e o Plano de Dados Abertos – PDA/MEMP; além de deliberar sobre assuntos relativos à Política Nacional de Segurança da Informação – PNSI e outros temas relevantes no contexto da governança do órgão.

Trata-se de um ambiente de articulação, debate, monitoramento e tomada de decisão acerca dos temas mais relevantes do ministério, identificando e gerenciando possíveis gargalos à conclusão das iniciativas estratégicas do plano institucional.

Todos os instrumentos estratégicos, como a Cadeia de Valor Integrada, o Mapa Estratégico, os Indicadores e Metas são aprovados pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

Houve 3 reuniões do Comitê de Governança Estratégico em 2025:

- 3ª Reunião Ordinária do CGE (06/05/2025)
- 4ª Reunião Ordinária do CGE (27/08/2025)
- 5ª Reunião Ordinária do CGE (26/11/2025)

Foram aprovadas 5 resoluções:

- Resolução CGE/MEMP nº 3, de 24 de abril de 2025 - Aprova o Plano de Transformação Digital do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para o período de abril de 2025 a dezembro de 2026.
- Resolução CGE/MEMP nº 4, de 23 de maio de 2025 - Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para o período de 2025 a 2027.
- Resolução CGE/MEMP nº 5, de 26 de maio de 2025 - Atualiza o Plano Estratégico do Ministério do

Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, com exclusão, inclusão e alteração de iniciativas e indicadores estratégicos, conforme deliberação da 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança Estratégica - CGE/MEMP, realizada em 06 de maio de 2025.

- Resolução CGE/MEMP nº 6, de 12 de setembro de 2025 - Atualiza o Plano Estratégico Institucional do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP para o período 2024-2027, com exclusão, inclusão e alteração de iniciativas e indicadores estratégicos, conforme deliberação da 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança Estratégica - CGE/MEMP, realizada em 27 de agosto de 2025.
- Resolução CGE/MEMP nº 7, de 24 de setembro de 2025 - Aprova o Plano de Dados Abertos do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, para o biênio 2025-2027.

A Central de Monitoramento do MEMP consiste em um sistema de monitoramento de suporte ao processo de gestão da estratégia do Ministério, com o objetivo de sistematizar, centralizar, consolidar e acompanhar a implementação dos resultados das iniciativas e indicadores previstos no Plano Estratégico Institucional.

Em 2025, 92,5% dos indicadores e iniciativas estratégicas do plano estratégico do MEMP foram monitorados.

A Secretaria-Executiva do MEMP, também responsável pelo secretariado do CGE e pelos trabalhos de formulação e gestão estratégica, também continuou o mapeamento de processos do MEMP, realizando o mapeamento de 10 processos de apoio à gestão.

Em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário, não é possível considerar os resultados aferidos em 2017 no contexto do MDIC (ao qual a então Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa estava vinculada). Isso se deve às diversas mudanças na organização básica dos Ministérios ocorridas desde então, incluindo a criação, em 2023, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, cuja estrutura difere significativamente da antiga Secretaria.

O MEMP surgiu sob uma lógica de arranjo colaborativo, na qual várias competências, atribuições, responsabilidades, processos e estruturas de gestão ficaram centralizadas no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Dessa forma, haveria necessidade de nova avaliação ou elaboração de instrumento de avaliação específico, adaptado ao atual modelo de arranjo colaborativo.

Apesar de não ter participado oficialmente da apuração do IESGo, o MEMP realizou simulação interna do referido índice tendo obtido a pontuação de 39% em fevereiro de 2025; estabelecendo metas para os demais anos do plano estratégico e priorizando novas iniciativas voltadas para o aprimoramento da governança institucional em alinhamento com o indicador.

## PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, DE CONTROLE E DE CORREIÇÃO

As principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas pelo MEMP para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos são realizados praticamente por três órgãos: pela Assessoria Especial de Controle Interno, pela Ouvidoria e pela Corregedoria.

Conforme destacado no [Decreto nº 12.694, de 22 de outubro de 2025](#), que aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte cabe a esses órgãos:

### Assessoria Especial de Controle Interno – AECI

“Art. 8º À Assessoria Especial de Controle Interno compete:

- I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, de gestão de riscos, de transparência e de integridade da gestão;
- II - assessorar o Ministro de Estado no pronunciamento de que trata o art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
- III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos dirigentes do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e em comitês, nas áreas de

controle, de gestão de riscos, de transparência e de integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério com vistas a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão;

V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais;

VI - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VII - acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, de gestão de riscos, de transparência e de integridade da gestão;

IX - propor e supervisionar o programa de integridade do Ministério;

X - auxiliar na interlocução entre as unidades do Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado quanto aos

assuntos relacionados à ética, à ouvidoria e à correição; e

XI - apoiar a supervisão ministerial de entidades supervisionadas, em articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos.”

### Corregedoria

“Art. 9º À Corregedoria, unidade setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete:

- I - promover as atividades de prevenção e de correição para verificar a regularidade e a eficácia de serviços e propor medidas sanadoras ao seu funcionamento;
- II - analisar as representações e as denúncias que lhe forem encaminhadas e proceder a seus juízos de admissibilidade;
- III - instaurar e conduzir, de ofício ou por determinação superior, arquivar e decidir pelo arquivamento, em sede de juízo de admissibilidade, sindicâncias, inclusive patrimoniais, e processos administrativos disciplinares;
- IV - julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e em processos administrativos disciplinares, nas

hipóteses de advertência ou de suspensão por até trinta dias;

V - instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas sejam demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado;

VI - instruir os procedimentos de apuração de responsabilidade de entes privados de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

VII - exercer as competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e

VIII - planejar, acompanhar, coordenar, orientar, avaliar e controlar as apurações disciplinares e as atividades de correição executadas pelas comissões disciplinares no âmbito do Ministério.”

#### Ouvidoria

“Art. 10. À Ouvidoria compete:

I - executar as atividades de ouvidoria previstas no art. 13 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e no art. 10 do Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018;

II - planejar e coordenar o comitê técnico das ouvidorias das unidades do Ministério e supervisionar,

em articulação com a Assessoria de Participação Social e Diversidade, as atividades e os resultados decorrentes da participação social nas ouvidorias;

III - informar ao órgão central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal a respeito do acompanhamento e da avaliação dos programas e dos projetos de atividades de ouvidoria no âmbito do Ministério;

IV - organizar e divulgar informações sobre atividades de ouvidoria e procedimentos operacionais;

V - produzir e analisar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria; e

VI - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação e gerenciar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. As atividades relacionadas à participação social no âmbito da Ouvidoria serão realizadas em articulação com a Assessoria de Participação Social e Diversidade.”

Além do decreto já mencionado, o [Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023](#), que instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (SITAI), estabeleceu que compete à

Assessoria Especial de Controle Interno a gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação.

“Art. 5º Compõem o Sitai: (Vigência)

I - a Controladoria-Geral da União, como órgão central; e

II - as unidades nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação, como unidades setoriais.

§ 1º Na administração pública federal direta, as unidades setoriais do Sitai para a gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação são as assessorias especiais de controle interno. conforme segue:

...

Art. 8º Compete às unidades setoriais do Sitai: (Vigência)

I - assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nos assuntos relacionados com a integridade, a transparência e o acesso à informação e com os programas e as ações para efetivá-los;

II - articular-se com as demais unidades do órgão ou da entidade que desempenhem funções de integridade, com vistas à obtenção de

informações necessárias à estruturação e ao monitoramento do programa de integridade;

III - coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;

IV - promover, em coordenação com as áreas responsáveis pelas funções de integridade, a orientação e o treinamento, no âmbito do órgão ou da entidade, em assuntos relativos ao programa de integridade;

V - elaborar e revisar, periodicamente, o plano de integridade;

VI - coordenar a gestão dos riscos para a integridade;

VII - monitorar e avaliar, no âmbito do órgão ou da entidade, a implementação das medidas estabelecidas no plano de integridade;

VIII - propor ações e medidas, no âmbito do órgão ou da entidade, a partir das informações e dos dados relacionados com a gestão do programa de integridade;

IX - avaliar as ações e as medidas relativas ao programa de integridade sugeridas pelas demais unidades do órgão ou da entidade;

X - reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade informações sobre o desempenho do

programa de integridade e informar quaisquer fatos que possam comprometer a integridade institucional;

XI - participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sitai;

XII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade e adotar as medidas necessárias para sua remediação;

XIII - supervisionar a execução das ações relativas à Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

XIV - monitorar o cumprimento das normas de transparência e acesso à informação no âmbito dos órgãos e das entidades;

XV - manter atualizadas as informações sobre os serviços de informação ao cidadão; e

XVI - manter atualizados o inventário de base de dados e a catalogação dos dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos.”

## OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte é o canal oficial de comunicação entre o cidadão e o ministério, destinado

ao recebimento, análise e encaminhamento de manifestações relativas à prestação dos serviços públicos.

Nos termos da Lei nº 13.460/2017 (regulamentada pelo Decreto nº 9.492/2018), são atribuições da Ouvidoria:

- Receber e tratar manifestações dos usuários, como reclamações, denúncias, elogios, sugestões, solicitações de providências e comunicações;
- Encaminhar as manifestações às áreas competentes e acompanhar a resposta e a solução;
- Promover a mediação e conciliação entre o cidadão e o órgão público, quando necessário;
- Estimular a participação social e o controle social sobre os serviços prestados.

A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) é o principal canal de comunicação, gerido com vistas a facilitar a adoção das medidas necessárias ao exercício dos direitos dos usuários de serviços públicos.

Atualmente, o MEMP conta com 13 (treze) serviços listados na Carta de Serviços – conforme descrito no sítio do órgão: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-empendedorismo-da-microempresa-e-da-empresa-de-pequeno-porte>

Nesse diapasão, segue a seguir a relação dos serviços disponíveis:

- Baixar Relatório Mensal de Receitas Brutas (MEI)
- Cadastrar/formalizar Microempreendedor Individual (MEI)

- Emitir o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI)
- Falar sobre os serviços do DREI e de registro empresarial das Juntas Comerciais
- Informar atividades e dados de registro nas Juntas Comerciais
- Obter Carteira Nacional do Artesão (Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB)
- Obter credenciamento para participar como artesão expositor de feiras nacionais em que o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) participa
- Protocolar Documentos junto ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- Realizar a baixa do CNPJ de Microempreendedor Individual (MEI)
- Realizar atualização de dados cadastrais do Microempreendedor Individual
- Requerer autorização para atos de filial de sociedade empresária estrangeira
- Solicitar a Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento para o Microempreendedor Individual (MEI)
- Solicitar acesso a produtos e serviços financeiros para pequenos negócios (CRED+)

A Ouvidoria/MEMP iniciou os trabalhos de revisão e atualização da Carta de Serviços ao Cidadão – documento que apresenta de forma clara e acessível os serviços oferecidos pelo órgão, bem como os compromissos de atendimento assumidos perante a sociedade.

A iniciativa tem como objetivo aprimorar a transparência, fortalecer o controle social e garantir que os serviços estejam alinhados às necessidades dos usuários, em conformidade com os princípios da administração pública e com as diretrizes da Lei nº 13.460/2017.

As unidades responsáveis pelos serviços prestados foram instadas a colaborar com informações atualizadas (por meio do preenchimento de 3 formulários), a fim de favorecer a construção de um documento mais completo, objetivo e orientado ao usuário.

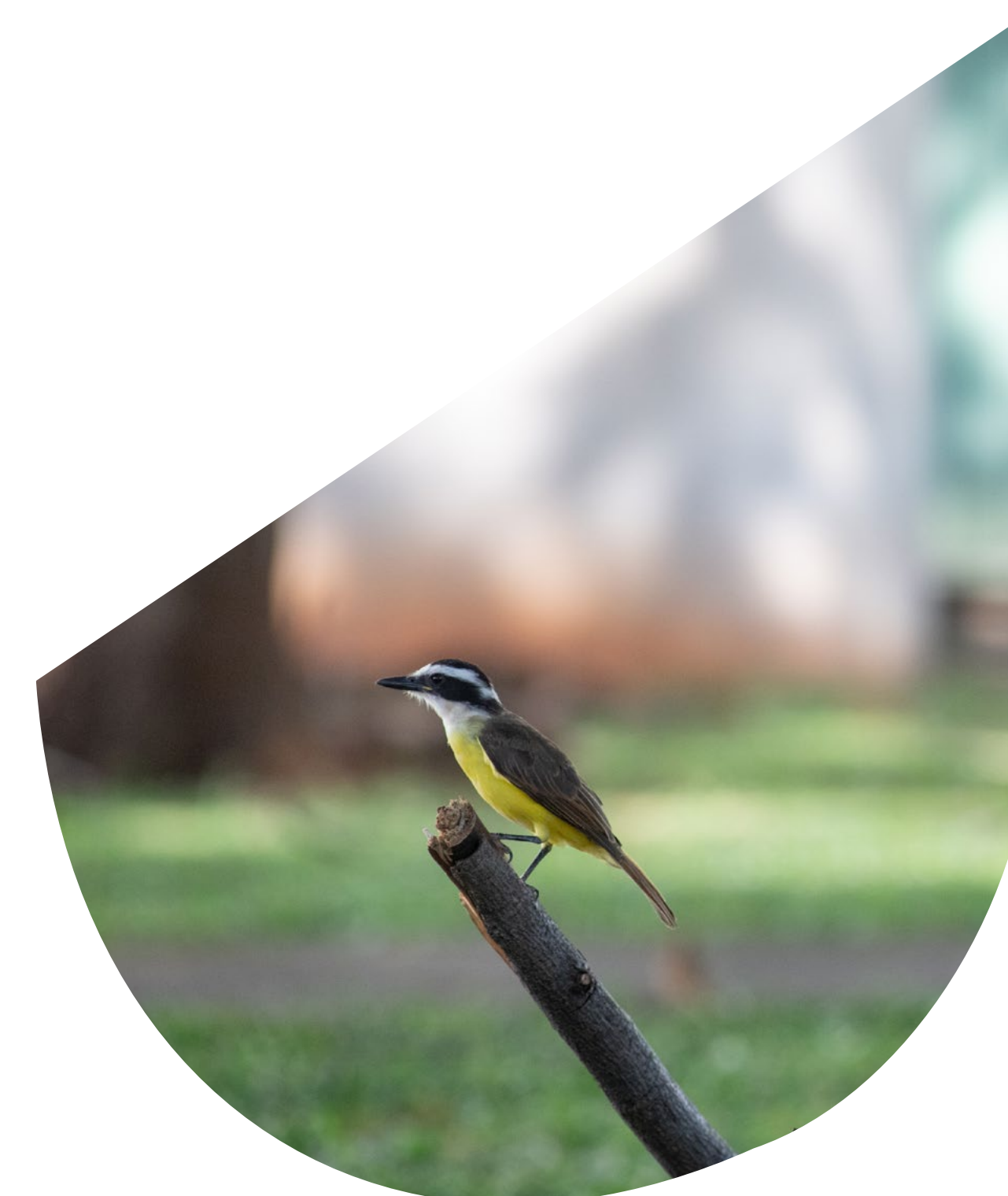
No que pertine à sequência dos formulários citados, tem-se:

Formulário 1: destina-se a indicar todos os serviços atualmente disponibilizados pela secretaria finalística ao cidadão, com a respectiva descrição.

Formulário 2: destinado a reunir informações complementares sobre como os serviços são ofertados (se presenciais ou digitais), quais os canais de acesso, base legal e outras informações adicionais.

Formulário 3: caso seja necessário, será utilizado apenas para inclusão de novos serviços que ainda não constam na Carta de Serviços atual.

Alinhado aos termos do Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024 (que instituiu a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027), com o



objetivo de cumprir o disposto na estratégia de acompanhamento do Plano de Transformação Digital do MEMP 2025/2026, a Ouvidoria encaminhou à Assessoria Especial de Comunicação Social/MEMP o conteúdo dos serviços sob encargo da Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios/MEMP, bem como da Secretaria Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual/MEMP, para a devida publicização no portal institucional do órgão.

A disponibilização da Carta de Serviços atualizada consolidará as ações voltadas à melhoria contínua dos serviços públicos, bem como à promoção da participação cidadã.

O MEMP segue comprometido com o fortalecimento da transparência, com a integridade de informações disponibilizadas para a sociedade e, com a promoção do diálogo perante o cidadão, usuário dos serviços da Pasta.

As manifestações de Ouvidoria são organizadas por tipologia (nos termos do [Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018](#) – que regulamentou a [Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#)). A seguir, estão apresentados os dados quantitativos das manifestações de Ouvidoria – no período de janeiro/2025 a dezembro/2025.

## TIPOLOGIA DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS – FALA.BR

### MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA POR TIPOLOGIA

Reclamação	440
Solicitação	901
Denúncia	65
Comunicação	47
Sugestão	36
Elogio	2
<b>TOTAL</b>	<b>1491</b>

## LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI

Pela Plataforma Fala.BR, com fundamento na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação-LAI), também é possível apresentar pedido de acesso à informação pública disponível ou custodiada pelos órgãos ministeriais federais. Em relação ao recém-criado MEMP (de janeiro/2025 a dezembro/2025), foram recebidos 158 pedidos de acesso à informação, segundo dados da Ouvidoria/MEMP – de modo que todos foram respondidos.

Adicionalmente, a Ouvidoria do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- Participa do Fórum Nacional de Ouvidoras e Ouvidores Públicos (FNOP), com o fito de estabelecer parcerias com outros órgãos e setoriais de ouvidoria;
- É membro pleno da Rede Nacional de Ouvidorias (Renouv) – conforme Art. 24-A do Decreto nº 9.492/2018 e da Resolução/Renouv nº 24, de 21/06/2023;
- Divulgou internamente o “Guia Lilás - Orientações para prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal”;
- Elaborou o “Guia para Categorização de Documentos e Processos - Módulo de Pesquisa Pública/SEI Colaboragov”;

- Em parceria com a Assessoria Especial de Comunicação Social/MEMP, atuou na divulgação interna do Curso “Mapeamento de Atividades de Tratamento de Dados Pessoais”, desenvolvido pela Serviço Federal de Processamento de Dados/SERPRO, e ofertado aos servidores de forma gratuita;
- Em conjunto com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), trabalhou na divulgação interna dos seguintes cursos: “Privacidade e Proteção de Dados Pessoais para o Setor Público” e “Proteção de Dados na Prática - Formação para Curadores e Arquivistas do ColaboraGov”;
- Em conjunto com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-SAA/MEMP, atuou nos trabalhos alusivos ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), por ocasião do envio dos Diagnósticos e Planos de Trabalho (Ciclo 1, 2, 3, 4 e 5) à Secretaria de Governo Digital - SGD/MGI;
- Em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-SAA/MEMP, atuou no trabalho de revitalização de dois Painéis de PowerBI:
  - a) Painel Ouvidoria, e
  - b) Painel Acesso à Informação (LAI).

Por meio dos citados painéis os interessados poderão visualizar dados atualizados acerca das manifestações de ouvidoria recebidas e tratadas, bem como dos pedidos de

informação. A disponibilização dos referidos painéis no portal do MEMP foi efetivada em dezembro/2025.

## ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

Após a aprovação do Programa Empreendendo Integridade, por meio da [Portaria n.º 239/2024](#), o Ministério avançou no tema com a publicação do **Plano de Integridade**.

O Plano de Integridade foi desenvolvido em conformidade com o disposto no inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023, que institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal (SITAI) e estabelece que o plano de integridade deve ser aprovado pela autoridade máxima de cada órgão.

A primeira versão de seu Plano de Integridade conta com 44 iniciativas para o biênio 2025-2026, totalmente alinhado aos objetivos do Programa Empreendendo Integridade, instituído pela Portaria nº 239, de 11 de dezembro de 2024, que estabelece o Programa de Integridade do Ministério.

## INICIATIVAS E EIXOS DO PLANO

EIXO	CATEGORIA	TEMA	INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ÁREA DE APOIO	PERIODICIDADE	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
1. Liderança	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Ética	1.1. Realizar vídeo de campanha da alta administração.	Demonstra compromisso da liderança e influencia o comportamento organizacional.	Gravar mensagens curtas com linguagem clara, divulgar nos canais internos e redes sociais.	Comissão de ética	Todos os órgãos do ministério	Bimestral	dez/25
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Ética	1.2. Orientar os dirigentes em assuntos relacionados à integridade.	Dirigentes são agentes multiplicadores e precisam de conhecimento técnico sobre riscos e responsabilidades.	Desenvolver trilhas formativas exclusivas, com encontros periódicos e consultorias.	Comissão de ética	Todos os órgãos do ministério	Única implementação	dez/25
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Combate à Corrupção	1.3. Divulgar procedimentos para tratamento de situações de potencial violação de integridade envolvendo dirigentes.	Garante isonomia e transparência nos casos sensíveis.	Publicar diretrizes claras com critérios de apuração, afastamento e reporte.	CRG	ASCOM	Semestral	dez/25
	Governança, Gestão e Transparência	Acesso à Informação e Transparência	1.4. Monitorar a publicação de compromissos públicos dos Agentes Públicos Obrigados no sistema e-Agendas.	Garante transparência sobre compromissos e encontros com terceiros.	Criar rotina de verificação, enviar alertas automáticos e cobrar atualizações periódicas.	AECI		Trimestral	a partir de ago/25

EIXO	CATEGORIA	TEMA	INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ÁREA DE APOIO	PERIODICIDADE	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
2. Conhecimento	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Ética	2.1. Propor trilha de capacitação em liderança.	Líderes bem preparados conduzem equipes de forma ética e eficiente.	Definir competências-chave, aplicar diagnóstico de maturidade e ofertar capacitação progressiva.	Comissão de ética	Todos os órgãos do ministério	Única implementação	mar/26
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Ética	2.2. Propor trilhas de capacitação em integridade (desvios, corrupção, fraude etc.)	Capacita servidores para detectar e reagir a irregularidades, reduzindo as vulnerabilidades e ampliando a cultura institucional ética.	Estruturar módulos temáticos com estudos de caso, atividades práticas e certificação.	Comissão de ética	Todos os órgãos do ministério	Única implementação	mar/26
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Ética	2.3. Elaborar Cartilha de orientação para Projetos de Emendas Parlamentares.	Previne desvios na aplicação de recursos e aumenta a transparência.	Desenvolver material com linguagem simples, gráficos explicativos e divulgar amplamente.	ASPAR	GM/SE/ASCOM	Única implementação	dez/25
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Assédio Moral / Sexual / Demais Assédios	2.4. Orientar os servidores para mitigar riscos de assédio moral e sexual.	Constrói ambiente de trabalho seguro e saudável.	Realizar campanhas educativas, dinâmicas, rodas de conversa e canais de escuta.	AECI	ASCOM/CGGP/CGOF	Trimestral	dez/25
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Conflito de Interesses	2.5. Orientar os servidores para mitigar riscos de conflito de interesses.	Fortalece o cumprimento da legislação e ética nas decisões.	Desenvolver guias com exemplos, checklists e treinamentos presenciais/virtuais.	AECI	ASCOM	Trimestral	jan/26
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Igualdade e Inclusão	2.6. Elaborar Cartilha sobre a Promoção de Ações Afirmativas.	Sensibiliza e orienta os servidores quanto a direitos e responsabilidades.	Desenvolver material didático com exemplos práticos e linguagem acessível.	ASPAD	ASCOM	Trimestral	nov/25
	Governança, Gestão e Transparência	Controle Social	2.7. Monitorar e disponibilizar informações sobre a participação social nas Políticas do MEMP29.	Aumenta o engajamento da sociedade civil e a legitimidade das decisões.	Mapear canais de participação, criar relatórios e indicadores de engajamento.	ASPAD		Trimestral	fev/26
	Governança, Gestão e Transparência	Governança	2.8. Elaborar vídeo de divulgação das áreas responsáveis pelas funções de integridade.	Informa a organização sobre onde buscar apoio e esclarecimentos.	Produzir vídeo institucional com entrevistas e explicações simples.	AECI	ASCOM/OUV/COR/ ASPA D/COMISSÃO DE ÉTICA	Única implementação	nov/25
	Governança, Gestão e Transparência	Governança	2.9. Elaborar vídeo de divulgação do programa e plano de integridade.	Aumenta o conhecimento institucional e o engajamento com o tema.	Criar vídeo animado ou institucional, com resumo dos objetivos e ações principais.	AECI	ASCOM/OUV/COR/ ASPA D/COMISSÃO DE ÉTICA	Única implementação	out/25
	Governança, Gestão e Transparência	Governança	2.10. Disponibilizar cursos avançados para as áreas responsáveis pelas funções de integridade.	Fortalece a capacidade técnica e decisória dos servidores atuantes em integridade.	Mapear lacunas de conhecimento, contratar cursos especializados e acompanhar desempenho.	AECI	CGGP	Semestral	a partir de mar/26



EIXO	CATEGORIA	TEMA	INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ÁREA DE APOIO	PERIODICIDADE	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
3. Atitude	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Conflito de Interesses	3.1. Divulgar os canais de comunicação para consultas sobre conflito de interesses	Estimula a consulta preventiva e evita irregularidades.	Criar materiais visuais, tutoriais e promover campanhas periódicas.	AECI	ASCOM/CGGP/CGOF	Trimestral	dez/25
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Canal de Denúncia	3.2. Divulgar canais de comunicação para registro de denúncias de suspeitas de violação dos padrões de integridade	Amplia o alcance dos canais e estimula a denúncia responsável.	Usar murais, site institucional, vídeos explicativos e capacitações.	OUV	ASCOM	Trimestral	nov/25
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Canal de Denúncia	3.3. Fortalecer os canais de comunicação, denúncias e controle social	Aproxima o cidadão e os servidores da integridade pública.	Integrar Ouvidoria, LAI e canais digitais, ampliando acessibilidade e monitoramento.	OUV	ASCOM	Única implementação	nov/25
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Canal de Denúncia	3.4. Divulgar canais de denúncia e proteção ao denunciante.	Esclarece os caminhos seguros para denúncias, reforçando a confiança institucional.	Usar murais, site, eventos e campanhas educativas para informar amplamente.	OUV	ASCOM	Trimestral	nov/25

EIXO	CATEGORIA	TEMA	INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ÁREA DE APOIO	PERIODICIDADE	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
4. Percepção	Prevenção e Combate a Irregularidades	Combate à Corrupção	4.1. Identificar riscos para a integridade, com base em histórico e recomendações de controle.	Permite atuação preventiva com base em evidências.	Usar matriz de riscos, revisar relatórios de auditoria e entrevistas com áreas sensíveis.	AECI	SE/CONJUR	Anual	a partir de fev/26
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Combate à Corrupção	4.2. Realizar 2º diagnóstico interno sobre integridade no MEMP.	Permite medir evolução, comparar com o 1º diagnóstico e ajustar o plano	Aplicar questionários, realizar entrevistas, compilar resultados e apresentar em relatório.	AECI	ASCOM	Anual	dez/2025 e dez/2026
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão	4.3. Monitorar a implementação das iniciativas do Plano de Integridade.	Assegura execução das iniciativas, permite correções e prestação de contas.	Criar painel de acompanhamento, definir metas, prazos e responsáveis por ação.	AECI		Trimestral	a partir de jan/2026
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Combate à Corrupção	4.4. Monitorar a implementação de respostas adequadas às recomendações dos órgãos de controle.	Evita reincidência de irregularidades e fortalece a governança.	Consolidar recomendações em sistema, acompanhar prazos e reportar à alta gestão.	AECI		Por demanda	no momento da demanda
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão de Riscos	4.5. Mapear os riscos estratégicos e de integridade.	Fundamenta decisões de integridade e prevenção de danos.	Realizar oficinas com as áreas, consolidar riscos mapeados e validar com comitês.	AEC	Todos os órgãos do ministério	Anual	fev/26
	Governança, Gestão e Transparência	Acesso à Informação e Transparência	4.6. Monitorar as respostas de pedidos de acesso à informação.	Assegura cumprimento da LAI e transparência passiva.	Integrar sistemas da LAI, gerar relatórios periódicos e indicar pendências.	AECI	OUV	Trimestral	a partir de set/25
	Governança, Gestão e Transparência	Acesso à Informação e Transparência	4.7. Monitorar o atendimento às obrigações de transparência ativa no site do Ministério.	Atende a exigências legais e amplia o controle social.	Criar checklist dos itens obrigatórios, revisar site e publicar relatórios de conformidade.	AECI	OUV	Trimestra	a partir de set/25
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Igualdade e Inclusão	4.8. Orientar os servidores para mitigar riscos de discriminação e promover igualdade de gênero, étnica e racial.	Previne práticas discriminatórias e fortalece a cultura institucional.	Oferecer treinamentos específicos e campanhas de conscientização contínuas.	ASPAD		Trimestral	dez/25
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão	4.9. Avaliar continuamente a efetividade do Programa de Integridade.	Permite ajustes e evolução do programa, garantindo resultados concretos.	Estabelecer indicadores de desempenho, realizar avaliações periódicas e entrevistas com stakeholders.	AEC	CRG/OUV/ASPAD/COMISSÃO DE ÉTICA/SE	Semestral	a partir de dez/25

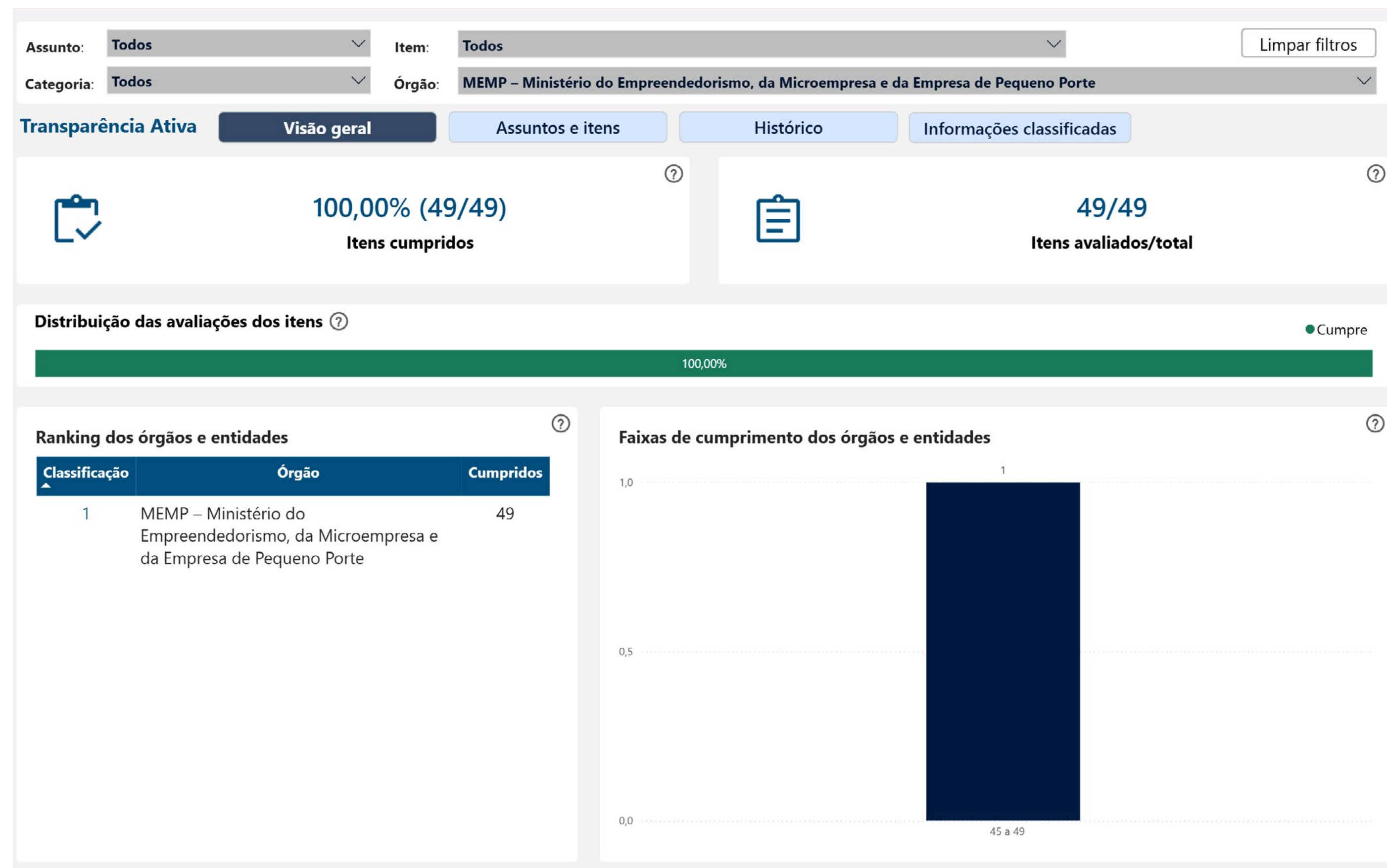
EIXO	CATEGORIA	TEMA	INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ÁREA DE APOIO	PERIODICIDADE	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
5. Estruturação	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Ética	5.1. Elaborar o Código de Conduta do MEMP.	Define padrões de comportamento esperados e reforça a cultura ética.	Criar grupo de trabalho com áreas-chave, revisar boas práticas e aprovar em instância superior.	Comissão de ética	Todos os órgãos do ministério	Única implementação	mar/26
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Assédio Moral / Sexual / Demais Assédios	5.2. Elaborar e divulgar procedimentos para assegurar proteção aos denunciantes	Garante segurança e incentiva o uso responsável dos canais de denúncia	Normatizar fluxos, sigilo, proteção e acompanhamento das denúncias.	OUV	ASCOM/CONJUR	Única implementação	fev/26
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Combate à Corrupção	5.3. Definir procedimentos de detecção, apuração e sanções de agentes públicos ou privados.	Estrutura o ciclo completo da responsabilização, promovendo segurança jurídica.	Elaborar normativo interno com fluxograma, prazos, responsáveis e base legal.	AECI	ASSAD/CONJUR	Única implementação	mar/26
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão de Riscos	5.4. Elaborar a política de gestão de riscos estratégicos e de integridade.	Direciona a organização a identificar, avaliar e mitigar riscos.	Redigir política com conceitos, responsabilidades e metodologia integrada.	AECI	Todos os órgãos do ministério	Única implementação	dez/25
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão de Riscos	5.5. Elaborar metodologia de gestão de riscos estratégicos e de integridade.	Instrumentaliza a política com métodos aplicáveis e rastreáveis.	Definir critérios de criticidade, matriz de risco, níveis de tratamento e plano de ação.	AECI	ASCOM	Única implementação	dez/25
	Governança, Gestão e Transparência	Segurança de Dados	5.6. Elaborar e acompanhar a execução da Política de Segurança da Informação e de Normas Internas de Segurança.	Protege dados sensíveis e assegura a continuidade das operações.	Redigir política alinhada à LGPD e INs do GSI, treinar servidores e monitorar conformidade.	SE/SAA/CGTI		Trimestra	a partir de set/25
	Conduta Ética e Comportamento no Trabalho	Igualdade e Inclusão	5.7. Elaborar normativo com regras para ações afirmativas e acessibilidade.	Promove a equidade e inclusão no ambiente institucional.	Incluir critérios para seleção, permanência e acessibilidade física e comunicacional.	ASPAD		Única implementação	nov/25
	Governança, Gestão e Transparência	Controle Social	5.8. Elaborar materiais de comunicação sobre controle social.	Facilita a compreensão e uso dos instrumentos de participação e fiscalização.	Produzir vídeos, infográficos, cartilhas e podcasts com linguagem acessível.	ASPAD	ASCOM	Trimestral	fev/26
	Governança, Gestão e Transparência	Acesso à Informação e Transparência	5.9. Elaborar normativo com o fluxo interno para tratamento de demandas do Falabr, LAI.	Organiza o atendimento às demandas externas e assegura agilidade e rastreabilidade.	Formalizar fluxos, prazos e responsáveis; integrar com sistemas eletrônicos.	OUV	CONJUR/SE	Única implementação	dez/25
	Governança, Gestão e Transparência	Assédio Moral / Sexual / Demais Assédios	5.10. Disponibilizar Sala Estruturada de Acolhimento (Ouvidoria e Assédio)	Garante escuta qualificada, acolhimento e suporte a vítimas de assédio ou discriminação.	Preparar espaço reservado, treinar equipe e garantir sigilo e empatia no atendimento.	OUV	SE/SAA	Única implementação	fev/26

EIXO	CATEGORIA	TEMA	INICIATIVA	JUSTIFICATIVA	FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL	ÁREA DE APOIO	PERIODICIDADE	PRAZO PARA IMPLEMENTAÇÃO
5. Estruturação	Governança, Gestão e Transparência	Gestão	5.11. Disponibilizar Sala Estruturada de Oitiva para corregedoria.	Assegura ambiente adequado para escuta de investigados e testemunhas	Equipar sala com estrutura física e tecnologia apropriada, com normas de uso.	CRG	SE/SAA	Única implementação	fev/26
	Governança, Gestão e Transparência	Assédio Moral / Sexual / Demais Assédios	5.12. Selecionar servidores para atuação na sala de acolhimento.	Garante atendimento especializado, ético e sensível a situações de assédio ou discriminação.	Estabelecer critérios de perfil, realizar seleção interna e oferecer capacitação específica.	OUV		Única implementação	mar/26
	Governança, Gestão e Transparência	Meio Ambiente	5.13. Elaborar política de sustentabilidade e meio ambiente do MEMP.	Alinha o órgão às práticas ESG e compromissos ambientais.	Criar política com diretrizes de consumo consciente, gestão de resíduos, eficiência energética etc.	ASPAD	CONJUR/SE	Única implementação	mar/26
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Canal de Denúncia	5.14. Criar ações de proteção ao denunciante.	Protege integridade física e psicológica do denunciante, estimulando a confiança nos canais.	Implementar medidas de sigilo, acompanhamento psicológico e controle de retaliação.	OUV		Única implementação	mai/26
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão	5.15. Estabelecer fluxos claros entre ouvidoria, corregedoria e comissão de ética.	Evita sobreposição e omissões na apuração de irregularidades.	Formalizar fluxogramas, atribuições e comunicação intersetorial.	OUV		Única implementação	dez/25
	Prevenção e Combate a Irregularidades	Combate à Corrupção	5.16. Incluir cláusulas de integridade em contratos e convênios.	Estende a responsabilidade ética a parceiros e fornecedores.	Atualizar modelos contratuais com cláusulas de integridade e penalidades.	AECI	CGRL/ASSAD/ CONJUIR	Por demanda	no momento da demanda
	Governança, Gestão e Transparência	Gestão	5.17. Integrar informações de integridade aos sistemas de gestão.	Facilita a análise integrada e a tomada de decisão baseada em dados.	Implantar dashboards, cruzar bases e integrar com BI institucional.	AECI	TODAS AS ÁREAS	Única implementação	mar/26

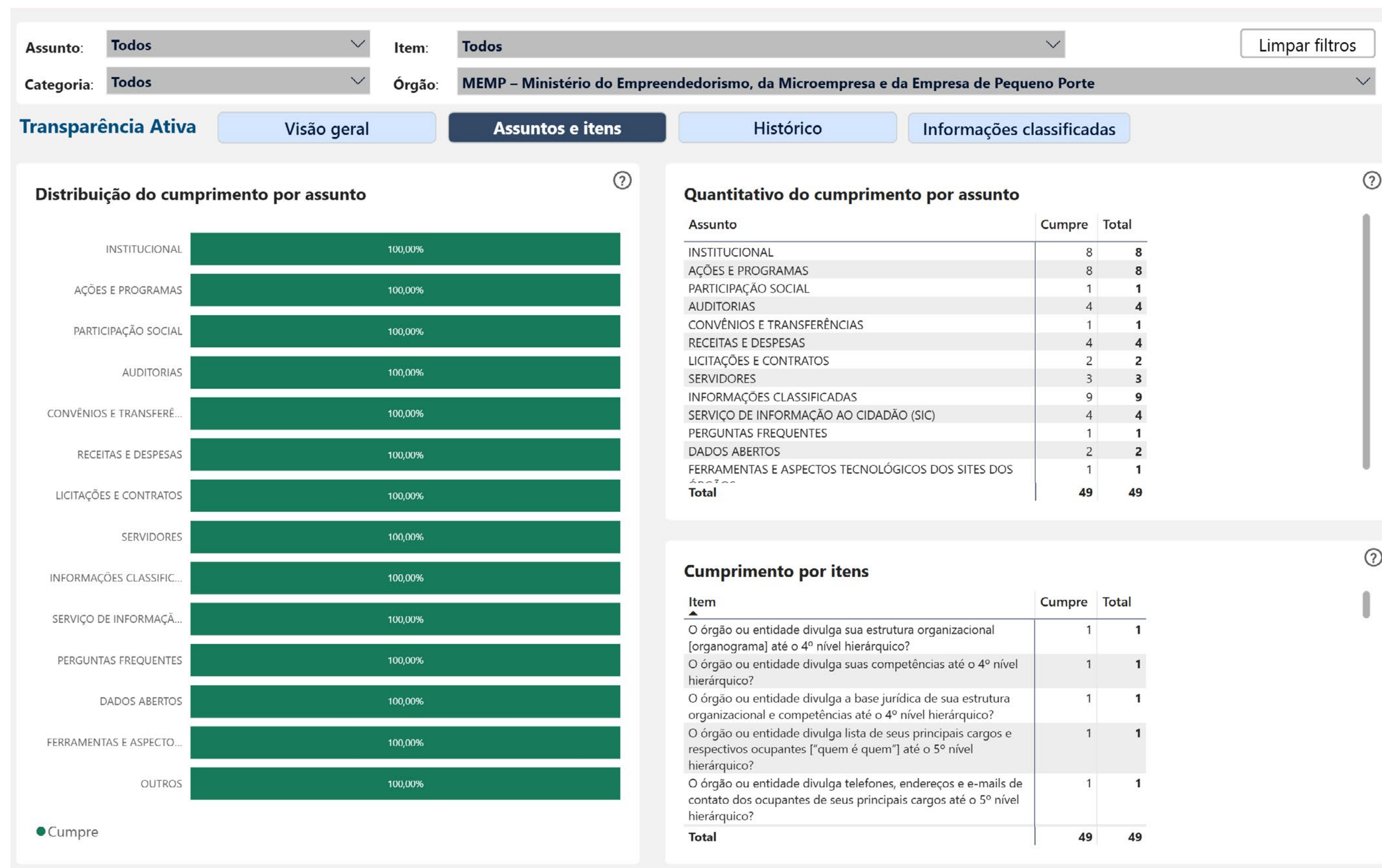
Mais informações: [Plano de Integridade — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

Em relação à **Transparência Ativa**, observa-se uma evolução significativa no desempenho do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP). No exercício de 2024, o MEMP atendia a 47 dos 49 itens obrigatórios para publicação, alcançando 95,91% de cumprimento e ocupando a 146ª posição no ranking geral.

Já no exercício de 2025, o Ministério passou a atender integralmente os 49 itens obrigatórios, atingindo **100% de cumprimento** e alcançando a **1ª posição no ranking de cumprimento**, conforme demonstrado nos quadros a seguir. Esse resultado reflete o comprometimento institucional com a transparência pública, a adequada gestão da informação e o fortalecimento da integridade na administração pública.



Fonte: [Central de Painéis](#)



Fonte: [Central de Painéis](#)

O Plano de Dados Abertos do MEMP, com vigência de 2025 a 2027, foi aprovado pelo Comitê de Governança Estratégica (CGE) por meio da Resolução CGE/MEMP nº 7, de 24 de setembro de 2025, sendo coordenado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI).

O documento foi elaborado em conformidade com a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que estabelece diretrizes voltadas à promoção da transparência e ao acesso público à informação.

O Plano estabelece as bases de dados a serem disponibilizadas no período de 2025–2027, além de prever ações relacionadas à governança, sustentação, monitoramento e controle da política de dados abertos no âmbito do Ministério.

Alinhado aos padrões mínimos de qualidade definidos pela Política de Dados Abertos, o documento busca garantir que as informações disponibilizadas sejam claras, acessíveis e passíveis de reutilização pela sociedade.

A publicação do Plano de Dados Abertos, ocorrida no segundo semestre de 2025, reafirma o compromisso do MEMP com a transparência, a acessibilidade das informações públicas e a participação cidadã, estando o documento disponível para consulta por meio do link [Plano de Dados Abertos \(2025-2027\)](#).

Em dezembro de 2025, estava prevista a abertura da base de dados “Licitações”, que reúne informações sobre os processos licitatórios abertos e encerrados no âmbito do MEMP. Os dados seriam disponibilizados em formato aberto, no Portal de Dados Abertos, acessível por meio da página institucional do MEMP, garantindo transparência e acesso público irrestrito a qualquer cidadão.

Ressalta-se, contudo, que a abertura dessa base de dados encontra-se em atraso, situação que vem sendo tratada em conjunto com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, unidade responsável pela referida base.

### 3.3. PLANO DE DADOS ABERTOS (PDA)

A implementação da Política de Dados Abertos se dá por meio da execução dos Planos de Dados Abertos (PDA), instrumentos de planejamento que orientam e operacionalizam as ações destinadas à abertura e à manutenção de dados nas organizações públicas. As instituições sujeitas ao Decreto nº 8.777/2016 têm a obrigação de elaborar um novo PDA a cada dois anos e devem, ainda, observar a exigência de catalogar suas bases abertas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), bem como assegurar a correta atualização de seus conjuntos de dados.

Este órgão ou entidade possui Plano de Dados Abertos (PDA) com vigência até 24/09/2027

Bases abertas: 0  
Previstas até fim do PDA: 17  
Com abertura em atraso: 1

Fonte: Imagem extraída do Boletim de Apoio às Setoriais de Integridade, Transparência e Acesso à Informação – BASI, encaminhado pela CGU.

As demais bases de dados permanecem previstas para abertura a partir de junho de 2026, conforme o cronograma apresentado a seguir, reforçando o compromisso do Ministério com a ampliação da transparência ativa e a disponibilização de informações públicas em formatos acessíveis e reutilizáveis.

## CRONOGRAMA DE ABERTURA DE BASES

BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	META/PRAZO PARA ABERTURA
Licitações	Dados sobre licitações (aberta e encerradas).	Dezembro/ 2025
Mapa de Empresas	Conjunto de painéis que utilizam a base CNPJ para gerar informações estatísticas sobre o registro empresarial no Brasil.	junho/2026
Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças	Documento analítico que destaca as principais movimentações na classificação de baixo risco para o registro de empresas do trimestre.	junho/2026
Concessão do uso da Marca da Política do MEI	Insituições financeiras que solicitaram a autorização para uso da Marca MEI.	Agosto/2026
Pedidos de Acesso à Informação	Demonstrativo dos pedidos de acesso a informação, gerados pelo usuário de serviços públicos por meio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.	Agosto/2026
Dispensas e Inexigibilidades	Dados sobre dispensas e inexigibilidade realizadas na instituição.	Setembro/ 2026
Compras.gov.br	Sistema de Gestão de Contratos do Compras.gov.br.	Setembro/ 2026
Tradutores e leiloeiros	Base de dados ainda em construção que irá conter a informação de todos os Tradutores e Leiloeiros cadastrados no Brasil.	Setembro/ 2026
Tabelas de dispensa de alvarás de licenças	Dados sobre as atividades econômicas classificadas como baixo risco no Brasil.	Outubro/2026
Contratos Firmados	Dados sobre contratos e ajustes (contratos, aditivos, apostilamentos).	Outubro/2026



BASE DE DADOS	DESCRIÇÃO DA BASE	META/PRAZO PARA ABERTURA
Adesão ao Programa de Simplificação do Acesso a Produtos e Serviços Financeiros para os Pequenos Negócios (CRED+)	Insituições financeiras que aderiram ao programa CRED+.	Outubro/2026
Decisões recursais	Conjunto de decisões recursais que foram apreciadas pelo DREI.	Novembro/ 2026
PROCRED 360	Base de dados agregado referente a esta linha de crédito criada através do Programa Acredita, específica para empresas que faturam até 360 mil reais por ano.	Novembro/ 2026
PRONAMPE	Base de dados agregado referente ao programa é destinado às Microempresas, empresas de Pequeno Porte, que buscam apoio financeiro para manter suas atividades, especialmente em momentos de crise. Essas empresas geralmente têm faturamento anual limitado, de acordo com as definições do programa.	Novembro/ 2026
Empresas filiais estrangeiras	Dados sobre as filiais estrangeiras que obtiveram autorização e se instalaram no Brasil.	Dezembro/ 2026
Instrumentos de transferência voluntária (exceto TED)	Dados sobre os instrumentos de repasse de recursos financeiros (convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de fomento) do MEMP.	Dezembro/ 2026
Termo de Execução Descentraliza da (TED)	Dados sobre os Termos de Execução Descentralizada (TED) do MEMP.	Dezembro/20 26
Responsabilização de agentes públicos	Situação dos processos disciplinares e de sanções aplicadas a agentes públicos.	Maió/2027

Fonte: [Consulta Pública para o Plano de Dados Abertos 2025-2026 — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#) (adaptado)

## CORREGEDORIA

Em 2025, a Unidade Correcional Instituída no MEMP seguiu no trabalho de consolidação de suas atividades, descrevendo e padronizando fluxos e macroprocessos de trabalho. A definição desses protocolos, com atestada conformidade legal e normativa, possibilita uma maior profissionalização da gestão, o aumento da efetividade da prestação correcional e o aprimoramento da responsividade interna.

Destaca-se que a Corregedoria do MEMP foi classificada no grupo 1 do Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional (Idecor), ferramenta criada pela CGU, por intermédio da Portaria Normativa CGU nº 181, de 31 de outubro de 2024, para pontuar e classificar a atuação das unidades correcionais no âmbito do Poder Executivo Federal. Para determinar a pontuação, o Idecor utiliza indicadores de gestão e de desempenho das atividades correcionais, tais como: previsão formal da unidade de correição na estrutura da instituição, o grau de transparência das ações de correição, o tempo médio dos procedimentos investigativos e dos processos correcionais, o percentual de efetividade dos processos correcionais, dentre outros.

A publicização das principais informações da Corregedoria em transparência ativa, no site do Ministério, continua como uma boa prática que permite que a sociedade em geral tenha conhecimento sobre as atividades desenvolvidas na Unidade.

A tabela a seguir apresenta os dados quantitativos relativos aos procedimentos correcionais concluídos em 2025:

PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS CONCLUÍDOS	QUANTIDADE EM 2025
Análise de Admissibilidade	6
Investigação Preliminar Sumária (IPS)	1
Processo Administrativo Disciplinar - PAD	1
Processo Administrativo de Responsabilização - PAR	0

ASSUNTO	QUANTIDADE EM 2025
Responsabilidade funcional	1
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	2
Assédio Moral	2
Comportamento inidôneo	3

## COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética do MEMP foi instituída pela Portaria de Pessoal MEMP nº 97, de 27 de maio de 2024.

Essa comissão tem a responsabilidade de assegurar que os servidores públicos mantenham condutas alinhadas aos princípios constitucionais e legislação infra, prevenindo conflitos de interesse e garantindo que as decisões sejam tomadas em benefício do interesse público.

Programas de capacitação, linhas de crédito acessíveis e a simplificação de processos burocráticos são algumas das iniciativas que visam criar um ambiente mais favorável para o crescimento das pequenas empresas. Esses esforços são importantes em um contexto econômico desafiador, onde a resiliência e a adaptabilidade dos pequenos negócios podem significar a diferença entre o crescimento sustentável e a mitigação de risco ante as incertezas do cenário econômico.

Em suma, a estrutura organizacional e o fomento às práticas éticas no órgão são alicerces para promover uma cultura empreendedora no país. A ética na gestão pública não só reforça a confiança nas instituições, mas também cria um cenário onde o empreendedorismo é possível, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil.

Em atenção aos resultados, no período de janeiro a dezembro de 2025, a Comissão de Ética do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte manteve atuação regular, em cumprimento das normas do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. As atas evidenciam a presença de quórum suficiente para deliberação e o registro formal de ausências justificadas quando existentes, assegurando a validade das reuniões e decisões adotadas.

Entre os temas tratados, destacou-se o processo de aperfeiçoamento normativo do órgão colegiado, incluindo a discussão e consolidação de minuta de Regimento Interno, com apoio técnico-jurídico e participação colaborativa dos membros. Esse processo culminou na aprovação do Regimento Interno por meio de ato normativo publicado no Diário Oficial da União, o que formalizou competências, estrutura e procedimentos de funcionamento da Comissão de Ética, em consonância com os decretos e resoluções que regem a matéria no âmbito federal.

O período também foi marcado pela participação da Comissão de Ética em ações institucionais relacionadas ao Programa e ao Plano de Integridade do Ministério. Os registros demonstram o envio de informações, validação de iniciativas e contribuição na definição de responsabilidades associadas às ações de integridade, especialmente aquelas relacionadas à promoção de conduta ética, disseminação de orientações e apoio a práticas preventivas. As interações ocorreram de forma coordenada com a unidade responsável pelo controle interno, no contexto da elaboração e consolidação do Plano de Integridade do biênio 2025–2026.

Além disso, foram observadas interlocuções com órgãos centrais do Sistema de Ética, por meio do atendimento a demandas de caráter censitário e de repasse de informações para fins de monitoramento nacional das Comissões de Ética.

De modo geral, os registros do período indicam que a Comissão de Ética atuou com foco na consolidação de sua estrutura normativa, no apoio a iniciativas de integridade organizacional e na orientação preventiva em temas relacionados a ética pública e conflito de interesses, contribuindo para o fortalecimento dos instrumentos institucionais de governança ética no âmbito do Ministério.

# RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

## RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DE GESTÃO

Seguem resultados alcançados por objetivo estratégico do Plano Estratégico do MEMP 2024-2027:

### 1. MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA O EMPREENDEDORISMO

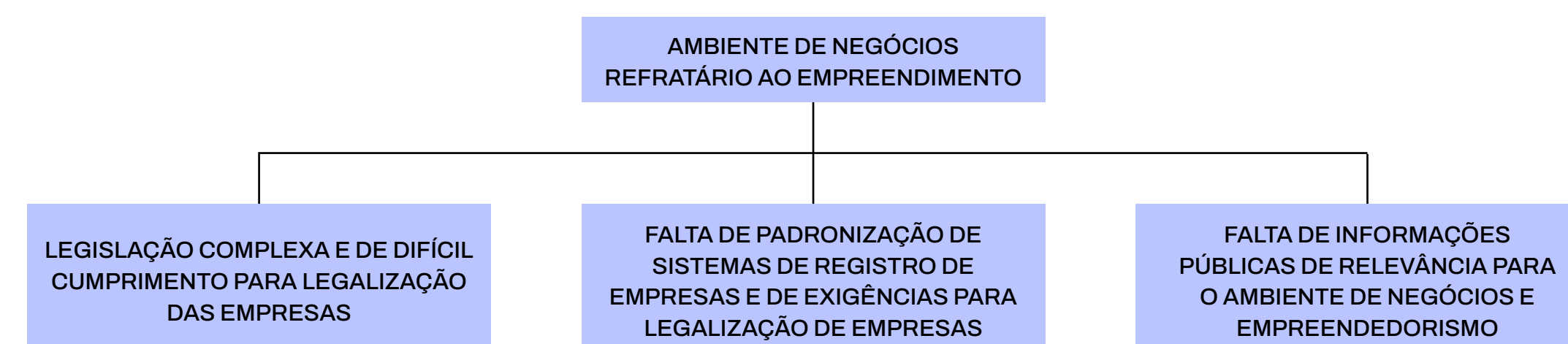
O MEMP busca a melhoria do ambiente de negócios, em especial, nos aspectos que afetam o ciclo de vida da empresa, buscando reduzir entraves, conferir maior transparência, simplificar, desburocratizar, padronizar, harmonizar e dar maior segurança jurídica aos atos de abertura, legalização, fechamento e demais atos relativos à gestão de empresas e MEIs. Além disso, ressalta-se o papel importante na geração e disponibilização de informações e de inteligência que apoiem o empreendedor em suas atividades e possam contribuir para

melhores perspectivas de sobrevivência do negócio.

### CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

As melhorias advindas das ações deste objetivo contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ao promover maior eficácia, eficiência e transparências das instituições envolvidas no ciclo de vida da empresa e ao desenvolver medidas de simplificação e desburocratização do ambiente de negócios, que favorecem o desenvolvimento das atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas.

### ÁRVORE DE PROBLEMAS:



### RELAÇÃO COM PPA - PROGRAMA 2802: EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

OBJETIVO ESPECÍFICO: 0548 - Melhorar o ambiente de negócios para o Empreendedorismo.

- 3284 - Unificação, simplificação e padronização das normas e decisões sobre registro e a legalização de pessoas jurídicas
- 3285 - Sistemas de registros e legalização de empresas unificados em nível nacional
- 3286 - Atendimento de dúvidas no “Fale com o DREI”
- 3287 - Ampliação dos serviços de tradução juramentada
- 3288 - Mapa de Empresas disponibilizado com novas bases de dados
- 3290 - Disponibilização do Cadastro Nacional de Empresas (CNE)

Principal secretaria responsável: Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios – SANE (antes Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - SMEPP)

Em relação à cadeia de valor, os macroprocessos que se correlacionam mais diretamente ao objetivo estratégico são:

- Gestão de políticas e programas para a melhoria do ambiente de negócios para o empreendedorismo
- Gestão do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins
- Gestão da inteligência em empreendedorismo



### INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Indicador:** Percentual de normas revisadas com propostas de alteração (Leis, Decretos, Instruções normativas)

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:		
	2024	2025
Metas	6,3%	3%
Desempenhos	13,3%	20%

**Análise:** Em 2025, o DREI demonstrou elevado empenho institucional ao superar a meta de edição de Instruções Normativas, tendo editado três normativos voltados ao aprimoramento do Registro Público de Empresas Mercantis. As normas editadas refletiram atuação estratégica orientada à segurança jurídica, à modernização administrativa e à inclusão produtiva.

A IN DREI nº 1/2025 estabeleceu critérios mais objetivos para a análise de identidade e semelhança de nomes empresariais, fortalecendo a padronização das decisões das Juntas Comerciais, prevenindo registros indevidos e contribuindo para o combate a fraudes. A IN DREI nº 2/2025 atualizou as regras do Exame de Aptidão para Tradutores e Intérpretes Públicos, viabilizando sua realização total ou parcialmente à distância,

com garantia de isonomia, segurança e ampliação do acesso. Já a IN DREI nº 3/2025 instituiu processo simplificado para a constituição de sociedades cooperativas, com foco na inclusão social, no desenvolvimento econômico e na geração de emprego e renda.

Conjuntamente, as iniciativas evidenciam o compromisso do DREI com a entrega de resultados, a simplificação do ambiente de negócios e o alinhamento às diretrizes estratégicas do Ministério e do Plano Plurianual.

**Indicador:** Número de pessoas que acessam Portal da Redesim, Portal do Empreendedor (MEI) e Portal do MEMP

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	31.828.886 (2023)	
	2024	2025
Metas	110.000.000	111.000.000
Desempenhos	157.742.014	142.289.058

**Análise:** A meta foi superada e os acessos para cada portal foram os seguintes:

- Redesim 16.644.957
- Empresas e Negócios 39.791.558
- MEMP 1.242.404
- Portal do MEI 84.610.139

**Indicador:** Tempo de abertura de empresas

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	26H (2023)	
	2024	2025
Metas	21h	20h
Desempenhos	19h	20h

**Análise:** A meta foi alcançada, sobretudo, em função da integração entre os sistemas de registro empresarial, aliada ao uso intensivo de tecnologias digitais. A interoperabilidade entre as plataformas dos diferentes entes federativos possibilitou a automação de etapas, a redução de entraves operacionais e maior eficiência nos processos, criando condições favoráveis para a manutenção do desempenho ao longo do exercício anual.

**Indicador:** Nível de inadimplência das MPEs

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	4,1% (2024)	
	2024	2025
Metas	-	4,0%
Desempenhos	4,1%	5,4%

**Análise:** O aumento da inadimplência pode ser apenas parcialmente explicado pelo aumento da taxa SELIC, mas também pode estar tendo restrição a linha de capita de giro; sendo importante aguardar avaliação mais detalhada pelo Banco Central do Brasil.

O indicador “Percentual de demandas atendidas dentro do prazo no serviço “Fale com o DREI”” não pôde ser apurado, pois o mecanismo de aferição dos prazos de atendimento encontra-se em fase de aprimoramento.

O indicador “Percentual de implementação do “Portal Nacional da Redesim (PNR)” desenvolvido pela Receita Federal do Brasil, em atuação coordenada com os outros órgãos que compõem a Redesim não pôde ser apurado pois o MEMP não está participando diretamente do desenvolvimento do PNR, o que impossibilita o acompanhamento dos indicadores do projeto em si. Todavia, devido aos reflexos que o projeto trará ao Registro Público Mercantil (Juntas Comerciais), faz-se necessário o alinhamento institucional, pois as regras de negócio que orientarão o desenvolvimento de sistemas deverão ser geridas pelo DREI/MEMP, como órgão federal competente, nos termos do artigo 22, XXV, da CF.

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS**

**Iniciativa:** Unificação, simplificação e padronização das normas e decisões sobre registro e a legalização de pessoas jurídicas;

**Objetivo:** Revisão das instruções normativas, mediante realização de reuniões técnicas com atores que realizam as atividades de registro, inclusive estudo sobre a possibilidade de apresentação de propostas para alterações na legislação indicada no quadro (problema/causa);

**Unidade responsável:** SANE<sup>1</sup>

**Impacto esperado:** Simplificar e desburocratizar o Registro e Legalização de Empresas

**Principais resultados em 2025:** Neste ano de 2025, foram publicadas três Instruções Normativas, notadamente:

1. [IN DREI Nº 01, DE 05 DE JANEIRO DE 2025 - Dispõe sobre os critérios de análise para verificação de identidade e semelhança de nomes empresariais e dá outras providências.](#)
2. [IN DREI /MEMP Nº 02, DE 11 DE AGOSTO DE 2025 - Altera a Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, no que pertine à realização de concurso/exame de aptidão para tradutor e intérprete público e dá outras providências.](#)
3. [IN DREI/MEMP Nº 03, DE 03 DE OUTUBRO DE 2025 - Dispõe sobre o processo simplificado de constituição de sociedades cooperativas voltadas à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda e dá outras providências.](#)

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Levantamento de normas em relação às quais há necessidade de revisão; Proposta de revisão, reuniões, consultas e audiências públicas e Publicação.

<sup>1</sup> Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios (SANE), antes Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (SMEPP)

**Iniciativa:** Padronizar procedimentos de tributação sobre formas de atuação econômica

**Objetivo:** Atualmente a forma de formalização e legislação tributária e previdenciária, bem como os procedimentos para a conformidade são completamente diferentes entre profissional autônomo e liberais; MEIs e Simples Nacional e Regime Normal de tributação. A própria legislação de renda, gera distorções, incentivando atividades econômicas que deveriam ser prestados como profissional autônomos e liberais a serem prestados como MEI e em regime de Pessoas Jurídicas.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Redução da complexidade regulatória, de tal forma que a legislação não seja o fator determinante na forma como o empreendedor irá estruturar a sua atividade econômica, o que pode impactar seus custos fixos iniciais e até mesmo seu acesso previdenciário. Espera-se com a iniciativa reduzir a pejetização.

**Principais resultados em 2025:**

Em 2025, a equipe da DMEPPE/SANE fez o estudo sobre as diferentes formas de atuação profissional e suas consequências, tal como o efeito da Pejetização. Esse estudo ainda embasa a necessidade de mudanças estruturantes no Simples Nacional e na legislação previdenciária para aperfeiçoamento do ambiente de negócios em especial para profissionais autônomos e liberais, ou até mesmo CLTs, que realizem uma segunda atividade profissional. Os resultados desses estudos foram apresentados na audiência pública realizada pelo STF sobre a pejetização.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Auxiliar tecnicamente nas ações necessárias para implementar as soluções aprovadas pelos agentes políticos. É previsto o envio da proposta de Decreto para a criação de grupo de assessoramento técnico até fevereiro/2025, considerando a sanção da Lei Complementar.

**Iniciativa:** Desenvolver o Novo Simples Nacional com base na reforma tributária

**Objetivo:** Considerando a reforma tributária, acredita-se que seja um momento propício para que seja feita uma nova Lei Complementar do Tratamento Favorecido das Micro e Pequenas Empresas, podendo essa legislação ser a primeira entrega do Comitê Nacional de Obrigações acessórias, simplificação e tratamento favorecido de MPEs.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Novo conceitos de MPEs, devidamente embasados pela experiência nacional e pela literatura acadêmica nacional e internacional. Novas formas de implementar o tratamento favorecido das MPEs, sem gerar complexidade no ambiente de negócio em especial o sistema tributário.

A nova lei terá um viés mais desenvolvimentista e o papel econômico das MPEs com base na sociedade e realidade econômica nacional, ao invés do viés tributário da Lei atual. A nova Lei também incluirá a participação dos profissionais autônomos e Liberais.

**Principais resultados em 2025:** O Novo modelo para o Simples Nacional continuou sendo aperfeiçoado em 2025.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:**

Em 2026, a DMEPPE/SANE pretende mostrar o modelo na SE/CGSN e para os membros do Fórum Permanente para fins de validação e apoio dessas instituições, o que pode facilitar o uso do modelo como referencial para evoluções no Simples Nacional após a reforma tributária do consumo e da renda.

O modelo ora desenvolvido visa também minimizar os impactos já conhecido na literatura nacional e internacional o efeito provocado pelas barreiras do Simples Nacional. Tal como o nanismo tributário, onde as empresas têm medo de crescer ou começam a ocultar faturamento para se manter dentro do regime simplificado. E ainda tem o fenômeno da repartição de empresas, onde o empresário, seja para se manter no regime favorecido, ou ainda para montar um grupo econômico para se aproveitar do tratamento simplificado começa a abrir empresas e a subdividir sua atividade econômica. E por fim, o efeito da pejetização também começou a se mostrar mais relevante e desafiador.

Esses três elementos necessitam de ajustes estruturantes para serem devidamente enfrentados e impactam a avaliação do indiciador.

**Iniciativa:** Revisão e atualização de orientações que constam do Portal da Redesim

**Objetivo:** Inserção de informações e orientações ao empreendedor de forma clara e objetiva; unificar informações básicas necessárias à abertura e legalização de empresas.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Simplificar e desburocratizar o Registro e Legalização de Empresas.

**Principais resultados em 2025:** O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, como conteudista do Portal da Redesim, identificou a necessidade de novos textos orientativos. Os textos já foram produzidos, contudo, a publicação depende da Receita Federal do Brasil que ainda não providenciou as alterações necessárias. Como medida alternativa, as informações que tratam, com detalhes, do processo de viabilidade, registro e licenciamento foram inseridas no novo site do DREI. O DREI desenvolveu as orientações para que fossem inseridas em portais que têm a incumbência de levar aos usuários informações claras e objetivas para os empreendedores.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** O DREI após a aprovação, irá disponibilizar o portal com os textos produzidos. As próximas etapas incluem ajustes nas orientações para abertura de negócios e a produção de novos conteúdos para facilitar a formalização empresarial. Essa iniciativa busca garantir uma experiência mais ágil e transparente para os usuários.

**Iniciativa:** Simplificação da linguagem para as MPES;

**Objetivo:** Elaboração de um Manual específico para as MPES.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Simplificar e desburocratizar o Registro e Legalização de Empresas.

**Principais resultados em 2025:** Após a revisão da IN DREI nº. 81/2020 pela IN DREI nº. 01/2024 em 2024, o MEMP trabalhou em uma entrega mais agradável e interativa ao usuário através de uma página na internet.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Levantamento das normas em relação às quais há necessidade de revisão; Proposta de revisão, reuniões, consultas e audiências públicas e publicação.

**Iniciativa:** Criação do Cadastro Nacional de Empresas (CNE)

**Objetivo:** Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Empresas a ser mantido e gerido pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** O DREI poderá fornecer acesso a dados atualizados e confiáveis sobre empresas e empreendedores a órgãos e entidades governamentais, agências e entidades reguladoras, ao Congresso Nacional e demais órgãos públicos de forma rápida e simples, auxiliando na elaboração, na medição do desenvolvimento de políticas públicas e melhora do ambiente de negócios do País.

**Principais resultados em 2025:** Consulta pública da minuta do ato normativo foi finalizada.

A especificação das regras de negócio foi feita em alto nível, assim como a estimativa de esforço e custo para implementação do projeto foi obtida junto ao SERPRO. Foi feito um esforço de detalhamento, priorização e faseamento dos

requisitos do projeto, de maneira permitir sua implementação em fases. Adicionalmente, foram prospectados potenciais fornecedores alternativos, de maneira a ter mais de uma opção para implementação e viabilização do projeto. O DREI também tem participado ativamente de reuniões da Federação Nacional de Juntas Comerciais para o alinhamento político deste desenvolvimento.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:**

Validação da especificação, priorização e faseamento das regras de negócio que serão utilizadas no desenvolvimento do sistema, definição das formas de integração, dados necessários a serem inseridos no CNE, organização das informações, definição e criação de APIs para integração automática do CNE aos cadastros das juntas comerciais, armazenamento e manutenção; Desenvolvimento do sistema e repositório de dados.

Acesso ao CNE - Na terceira fase seria realizada a abertura do CNE para acesso às próprias Juntas Comerciais, à Receita Federal e demais órgãos públicos para a realização de consultas, pesquisas, estudos e troca de informações sobre o empresariado brasileiro, por meio de convênios, ajustes e outros instrumentos aderentes às funções desses entes. Os próximos passos têm como finalidade a aprovação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) pelos envolvidos, consolidando o marco legal e operacional para a troca de informações entre as juntas comerciais e o DREI. Paralelamente, está sendo realizada a padronização do modelo de dados, garantindo que todas as juntas comerciais adotem um modelo único e

alinhado, o que é crucial para a integridade e a qualidade das informações que compõem o CNE.

**Iniciativa:** Mapeamento de ações da Administração Pública Federal em relação a MPES

**Objetivo:** Contato com Ministérios que tenham políticas e ações voltadas à MPES, para o mapeamento de iniciativas para que as informações fiquem consolidadas, de forma a tornar conhecidos às Associações, Federações, Confederações, bem como aos gestores públicos.

Estaduais e Municipais, os programas, políticas e ações que envolvam o seguimento de MPES existentes nos demais Ministérios.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Tornar conhecidos às Associações, Federações, Confederações, bem como aos gestores públicos Estaduais e Municipais, os programas, políticas e ações que envolvam o seguimento.

**Principais resultados em 2025**

As iniciativas mapeadas estão sendo divulgadas no site da Política Nacional de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, na aba Portfólio de Oportunidades. ([https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/forum-permanente/politica-nacional-1/como-a-politica-chega-aos-territorios/como-a-politica-chega-aos-territorios/?\\_authenticator=6d-1d9e643659e913863ca5412751073c7193fc27](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/forum-permanente/politica-nacional-1/como-a-politica-chega-aos-territorios/como-a-politica-chega-aos-territorios/?_authenticator=6d-1d9e643659e913863ca5412751073c7193fc27))

A atualização do material é rotineira e passiva a indicação dos entes federativos.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Criar página para dar conhecimento ao público e divulgar.

Outras iniciativas importantes tiveram progresso no período, com esforços e análises técnicas para sua construção, a exemplo da iniciativa “Criar o Comitê Nacional de Obrigações acessórias, simplificação e tratamento favorecido de MPES”



## Registro Empresarial

Ainda no âmbito do Registro Empresarial, o MEMP, por meio da Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração tem envidado esforços em projetos estruturantes:

- **Exame Nacional de Tradutores Públicos:**

Contratação de banca organizadora especializada para a realização, em âmbito nacional e na modalidade on-line, do exame de tradutores e intérpretes públicos, visando suprir o déficit de profissionais habilitados em todo o país, em cumprimento à Lei nº 14.195/2021 e à IN DREI nº 52/2022. A opção pela modalidade on-line possibilita ampla participação nacional, redução de custos logísticos, maior celeridade e eficiência, inclusão de candidatos de todas as regiões, segurança no processo seletivo e sustentabilidade ambiental.

O DREI promoveu a atualização do marco normativo aplicável, mediante a edição da Instrução Normativa DREI nº 2/2025, que alterou a Instrução Normativa DREI nº 52/2022, instituindo regras para o Exame de Aptidão de Tradutores e Intérpretes Públicos, com a previsão de realização total ou parcial a distância, assegurados os princípios da isonomia, da segurança e da ampliação do acesso.

As ações desenvolvidas culminaram na formalização do **Contrato Administrativo nº 64/2025**, celebrado entre o **Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP** e o **Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE)**.

No tocante à execução contratual, as tratativas permanecem em curso, com atuação contínua do DREI no fornecimento de subsídios técnicos ao CEBRASPE. O edital encontra-se em fase de elaboração, com previsão de publicação no primeiro trimestre do exercício corrente. A realização do exame está prevista para o exercício de 2026, conforme cronograma contratual.

- **Mapa de Empresas:**

Ferramenta consolidada de transparência, publicada desde 2020 (17 edições). Em 2025, registrou **25 milhões de empresas ativas**, crescimento em relação a 2024 e **tempo médio nacional de abertura de 20 horas**. Destaca-se ainda o **Inova Simples**, com **9.657 empresas ativas** (3.272 abertas em 2024 e 10.037 em 2025). O Mapa de Empresas foi integrado com o **B-Cadastrados** permitindo a criação de novos painéis analíticos por gênero, faixa etária, nível de endividamento, setor e porte empresarial. Uma cartilha informativa está em elaboração para empreendedores.

- **Ranking Nacional de Dispensa de Alvarás e Licenças:**

Instrumento previsto na Lei nº 13.874/2019, atualmente em sua 24ª edição, com adesão de 21 estados e 718 municípios. A partir de 2026, o Ranking passará por uma revisão metodológica, com aperfeiçoamento das métricas e do módulo de CNAEs, incorporando uma abordagem mais analítica, apoiada por painel de Business Intelligence (BI) com dados em tempo real, fortalecendo o monitoramento e a eliminação de barreiras burocráticas ao exercício da atividade econômica.

- **Capacita DREI:**

Programa de capacitação de analistas das Juntas Comerciais, em execução via Termo de Fomento nº 975363/2025 (FAPETEC).

O programa visa à uniformização das análises, à redução de exigências indevidas e à qualificação das decisões técnicas exaradas pelas Juntas Comerciais, com certificação dos participantes. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a FAPETEC.

O projeto prevê o desenvolvimento e a disponibilização de uma plataforma digital destinada à oferta de cursos de capacitação, treinamentos, palestras, conteúdos educativos e canais para esclarecimento de

dúvidas. A iniciativa tem como público-alvo os servidores das Juntas Comerciais, os profissionais vinculados a entidades de classe (OAB, CRC, CRA, CRE, entre outras) e os empreendedores em geral.

A plataforma tem como objetivo promover a qualificação contínua dos usuários, contribuindo para a adequada execução das atividades relacionadas aos órgãos de registro público, à legalização de empresas e ao cumprimento das normas legais e administrativas. Busca-se, ainda, padronizar procedimentos, disseminar boas práticas, reduzir inconsistências operacionais e fortalecer a segurança jurídica no ambiente de negócios.

Este Departamento apresentou à FAPETEC, instituição responsável pelo desenvolvimento da plataforma, o Plano de Curso do **Capacita DREI**, compreendendo, inicialmente, 8 (oito) módulos.

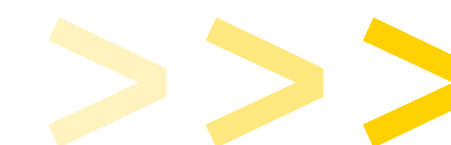
- **Simplificação das Sociedades Cooperativas:**

Projeto em parceria com a OCB, em atenção à Resolução da ONU nº 76/122.

O DREI, na qualidade de órgão normatizador do Registro Público Mercantil, ao considerar a proclamação de 2025 pela Organização das Nações Unidas como o “**Ano Internacional das Cooperativas**”, entendeu pertinente elaborar norma destinada a simplificar a constituição de sociedades cooperativas voltadas à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à geração de emprego e renda, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse contexto, foi editada a **Instrução Normativa DREI nº 3, de 3 de outubro de 2025**.

Após a realização de consulta pública, a referida Instrução Normativa foi publicada com a disponibilização de modelos de instrumentos para





submissão às Juntas Comerciais, com vistas a facilitar o registro dessas cooperativas. Ressalte-se, contudo, que os referidos instrumentos encontram-se em fase de revisão, no âmbito de tratativas com as instituições correlatas.

Ademais, foi elaborada cartilha ilustrativa contendo a descrição simplificada das regras atinentes ao registro de atos constitutivos e de alterações de sociedades cooperativas nas Juntas Comerciais de todo o País, a qual, entretanto, ainda não foi publicada

#### ▪ Portal Nacional de Publicações Empresariais:

O projeto prevê o desenvolvimento de uma plataforma digital para a realização de publicações legais de empresários, sociedades empresárias, cooperativas e leiloeiros oficiais, garantindo segurança jurídica e transparência. Uma plataforma digital sob gestão do DREI para centralizar as publicações legais obrigatórias de empresas e agentes auxiliares do comércio. O objetivo é conferir segurança jurídica e transparência às publicações digitais, incluindo demonstrações financeiras de companhias de capital fechado com receita anual de até R\$ 78 milhões. Em 2025, foi desenvolvida a especificação inicial do sistema e obtido orçamento preliminar da solução. Em 2026, a viabilidade de execução do projeto seguirá em análise e, caso autorizado, o desenvolvimento deverá ser iniciado.

#### ▪ Inova Simples:

Outra vertente relevante para promoção de melhoria de ambiente de negócios é o incentivo à formalização e operacionalização de iniciativas empresariais inovadoras (startups) por meio de sistema simplificado – Inova Simples. Nesse sentido em 2025, foram alcançados 10.037 novos registros de startups, desempenho consideravelmente superior ao que foi obtido ao longo de todo ano de 2024.

Outros esforços estão sendo realizados para entregas futuras em favor da melhoria do módulo de licenciamento nos municípios e a evolução do

Sistema de Normas de Baixo Risco e das regras regentes dos leiloeiros no País.

A emissão do **CCMEI Simplificado** por meio do app MEI também foi um avanço relevante para o ambiente de negócios, especialmente para o microempreendedor individual. Com essa melhoria, o usuário pode gerar o certificado de forma rápida, prática e totalmente digital, direto pelo app. Também ficou mais fácil visualizar e compartilhar o documento. O microempreendedor poderá apresentar o QR Code gerado no app para qualquer pessoa, empresa ou instituição que necessite comprovar que o seu CNPJ é um MEI ativo. A iniciativa foi implementada pela Receita Federal do Brasil em parceria com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

O MEMP, por meio do DREI, acompanha a iniciativa “Unificar sistemas de registros e legalização de empresas com a adoção de sistema nacional” que trata do desenvolvimento do sistema PNR. Apesar de não estar participando diretamente do desenvolvimento do PNR, o que impossibilita o acompanhamento dos indicadores do projeto em si, devido aos reflexos que o projeto trará ao Registro Público Mercantil (Juntas Comerciais), faz-se necessário o alinhamento institucional, pois as regras de negócio que orientarão o desenvolvimento de sistemas deverão ser geridas pelo DREI, como órgão federal competente, nos termos do artigo 22, XXV, da CF.

## 2. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA PELO EMPREENDEDORISMO

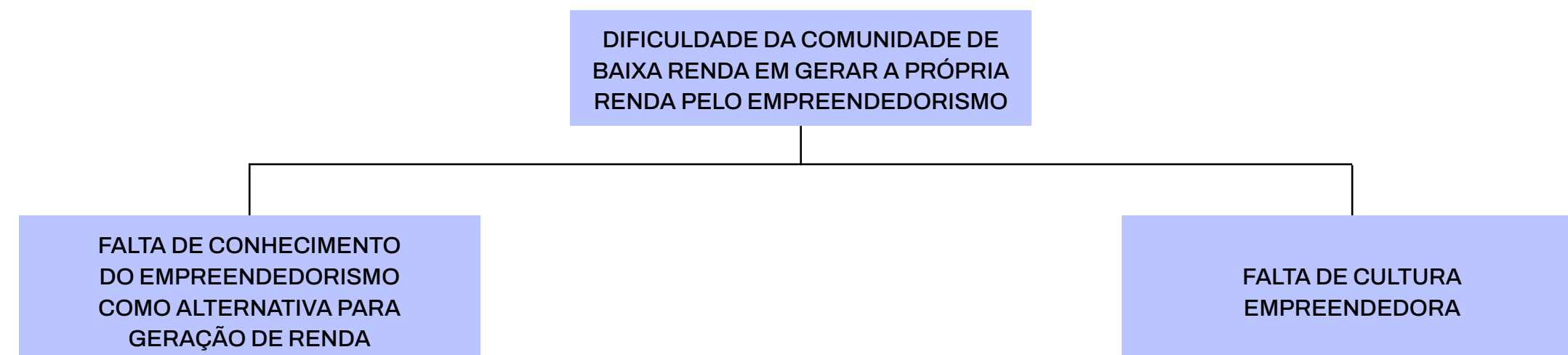
O Ministério tem um objetivo importante de organizar, capacitar e prover meios que facilitem a formalização de empreendedores informais, autônomos e inscritos do Cadastro Único, visando propiciar capacidade para que eles possam gerar sua própria renda de maneira estável e digna. Assim, contribui-se para a redução da população em situação de pobreza e vulnerabilidade social, por meio do empreendedorismo. A promoção da capacitação empreendedora, voltada tanto para aspectos culturais quanto para aspectos técnicos envolvidos na atividade empreendedora, se torna um ponto-chave da atuação do MEMP para os próximos anos.

### CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Há contribuição direta do objetivo para os ODSs 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), 10 (Redução das desigualdades) e 5 (Igualdade de gênero). A atuação do MEMP neste objetivo promove políticas voltadas para a promoção do empreendedorismo e incentivo à formalização e crescimento das micro, pequenas e médias empresas.

Empodera e promove inclusão social e econômica da população em situação de vulnerabilidade, além de promover a participação plena e efetiva de mulheres e igualdade de oportunidades nas lideranças de empresas, especialmente micro e pequenas empresas, por meio da promoção do empreendedorismo feminino (em especial por meio da Estratégia Elas Empreendem).

## ÁRVORE DE PROBLEMAS:



Principais secretarias responsáveis: Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios – SANE (antes Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte -SMEPP) e Secretaria Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual – SISAM (antes Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual -SAMI).

Em relação à cadeia de valor, o macroprocesso que se correlaciona mais diretamente ao objetivo estratégico é a “Gestão de políticas e programas de formalização e inclusão socioprodutiva”.

**RELAÇÃO COM PPA - PROGRAMA 2802: EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA**

OBJETIVO ESPECÍFICO: 0549 - Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo.

- 3300- Mulheres capacitadas em programas e projetos apoiados pela Estratégia Elas Empreendem
- 3301 - Pessoas em situação de vulnerabilidade capacitadas por meio de iniciação profissional em panificação - Projeto Padaria Artesanal
- 3302 - Pé no Futuro - Formando o Empreendedor do amanhã
- 3303 - Pessoas capacitadas em competências técnicas, gerenciais e digitais relacionadas ao empreendedorismo - Jornada Empreendedora
- 3435 - Implementar Programa de Incentivo ao Empreendedorismo nas Universidades (PIEMP)
- 3313 - Qualificação gerencial para o Microempreendedor Individual (MEI) ofertada
- 3315 - Formalização de MEIs ampliada
- 3316 - Pessoas capacitadas em complemento à capacitação profissional segundo as vocações regionais - Programa de Apoio ao Empreendedorismo - PAEM



## INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Indicador:** Número de pessoas capacitadas por programas voltados para o estímulo ao empreendedorismo coordenados pelo MEMP

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	0 (2023)	
	2024	2025
Metas	5.100	68.100
Desempenhos	33.218	9.648

Ao todo foram 437 mulheres capacitadas no âmbito da Estratégia Elas Empreendem, 8.831 pessoas capacitadas por programas voltados à inclusão produtiva da população vulnerável por meio da iniciação profissional em panificação e 380 jovens e adultos em situação de vulnerabilidade em capacitação no âmbito do programa Pé no Futuro.

A meta não foi plenamente alcançada, pela necessidade de adiamento do programa Jornada Empreendedora e do Programa de Incentivo ao Empreendedorismo nas Universidades (PIEMP), além de não se ter alcançado as metas de capacitação no âmbito da Estratégia Elas Empreendem e Pé no Futuro, por dificuldades de articulação institucional, insuficiência orçamentária e/ou restrição de pessoal do ministério. Espera-se em 2026, dar continuidade aos programas adiados e buscar ampliar o número de capacitados em empreendedorismo.

O indicador “Número de inscritos no CADÚnico que passaram a ser registrados como MEI” não pôde ser adequadamente

apurado, por ausência de gestão direta dos dados necessários ao cruzamento entre os registros do CADÚnico e os novos registros de MEI. Devido à relevância estratégica deste indicador para mensurar o impacto das iniciativas do MEMP, busca-se assegurar a autonomia na gestão de dados para permitir seu monitoramento.

## INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

### Iniciativa: Fomentar o empreendedorismo feminino nacionalmente (Elas empreendem)

**Objetivo:** A Estratégia Elas Empreendem, de caráter intersetorial, tem a finalidade de promover o empreendedorismo feminino como instrumento de inclusão social e econômica e de desenvolvimento do País por meio da articulação e da coordenação entre órgãos e entidades da administração pública federal, setor privado e sociedade civil. Como objetivos gerais estão fomentar ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de empreendimentos e empresas liderados por mulheres; facilitar o acesso das mulheres a políticas e serviços públicos de empreendedorismo; promover ambiente institucional e normativo favorável ao empreendedorismo feminino; incentivar a produção de dados e a disseminação de informações sobre o empreendedorismo feminino. São eixos estruturantes da Estratégia: acesso ao mercado e inclusão socioprodutiva; acesso à tecnologia e à inovação; acesso ao crédito; e educação empreendedora.

### **Unidade responsável:** SISAM<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Secretaria Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual (SISAM), antes Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual (SAMI).

**Impacto esperado:** Ampliação da renda, da produtividade e da sustentabilidade dos empreendimentos liderados por mulheres;

### **Principais resultados em 2025:**

Instituída em abril de 2024, a implantação da Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino — Estratégia Elas Empreendem avançou em 2025, com a realização de quatro reuniões ordinárias do Comitê de Empreendedorismo Feminino (18/03, 17/06, 02/10 e 02/12). Esses encontros permitiram monitorar as ações do Elas Empreendem, alinhar prioridades e discutir as diretrizes estratégicas para o fortalecimento da agenda de empreendedorismo feminino.

Em fevereiro, foram instituídas quatro Comissões Temáticas: Acesso a Crédito; Acesso a Tecnologia e Inovação; Educação Empreendedora; e Acesso a Mercado e Inclusão Socioprodutiva. Cada comissão realizou quatro reuniões no semestre e, em junho, apresentou seus planos de trabalho ao Comitê.

A execução do plano de ação do Elas Empreendem avançou em três frentes principais. Em Territórios, concluiu-se a pesquisa de indicadores para a criação do Índice de Empreendedorismo Feminino e também, concluiu-se a pesquisa e mapeamento das iniciativas que endereçam os desafios do empreendedorismo feminino dentro do projeto da curadoria de soluções nacionais e internacionais e iniciou-se o desenvolvimento de uma plataforma digital, ambos com previsão de entrega até o final do ano. Quanto à plataforma digital, a arquitetura está em fase de conclusão, com integração à plataforma do Sebrae prevista para ocorrer ao longo de 2026. Em Rede, houve

articulações locais em estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Espírito Santo, Alagoas e Bahia, incluindo o apoio para criação de grupos de trabalho e redes regionais de empreendedorismo feminino. Em Compras Públicas e Corporativas, foram discutidas ações para ampliar a participação de mulheres empreendedoras, com destaque para a integração do marcador de gênero na plataforma Contrata+Brasil e o projeto de Ciências Comportamentais em parceria com Sebrae e MGI.

### Objetivos gerais:

Fomentar ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento de empreendimentos e empresas liderados por mulheres.

Promover a ampliação da renda, da produtividade e da sustentabilidade dos empreendimentos liderados por mulheres.

Incentivar a produção de dados e a disseminação de informações sobre o empreendedorismo feminino.

Promover ambiente institucional e normativo favorável ao empreendedorismo feminino.

Facilitar o acesso das mulheres a políticas e serviços públicos de empreendedorismo.



Fonte: [Elas Empreendem — Empresas & Negócios](#)

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Disponibilizar o Índice de Empreendedorismo Feminino em painel de controle; divulgar o Índice como metodologia de diagnóstico que permita analisar a situação do empreendedorismo feminino em nível local; divulgar curadoria de soluções em empreendedorismo feminino; lançar plataforma de soluções para gestores e tomadores de decisão; criar e acompanhar comunidade de gestores públicos sobre empreendedorismo feminino.

### **Iniciativa:** Construção do Banco de Soluções (Elas Empreendem nos Territórios)

**Objetivo:** Construção de uma Plataforma com curadoria de soluções e compartilhamento de boas práticas e iniciativas bem-sucedidas para impulsionar o empreendedorismo feminino. A curadoria estará alinhada aos quatro eixos da Estratégia Elas Empreendem.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Fomentar a adoção de políticas e práticas eficazes para o empreendedorismo feminino, por meio do compartilhamento estruturado de soluções testadas e bem-sucedidas. A iniciativa visa apoiar a implementação de ações de impacto em nível local, fortalecer capacidades institucionais e promover a articulação entre atores públicos e privados nos territórios.

**Principais resultados em 2025:** Foram mapeadas as iniciativas que endereçam os desafios do empreendedorismo feminino.

**Valores aplicados:** A iniciativa será viabilizada por meio de parceria com o Sebrae. O MEMP contribuirá com os conhecimentos técnicos, metodológicos e validação do

índice, enquanto o Sebrae assumirá os custos financeiros relacionados à implementação da ferramenta nos territórios.

**Próximos passos:** Avaliação das organizações provedoras das soluções, webinar de apresentação das soluções para parceiros estratégicos, desenvolvimento e testes da plataforma de soluções e lançamento da plataforma com descrição das soluções e parceiros.

### **Iniciativa:** Estimular o empreendedorismo e a inclusão socioeconômica do público-alvo do Cadastro Único (CadÚnico)

**Objetivo:** Incentivar o empreendedorismo e a inclusão socioeconômica das pessoas cadastradas no CadÚnico, através de políticas de apoio ao microempreendedorismo e artesanato em todo o país, por meio de parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Tornar mais fácil para os beneficiários do CadÚnico acessar informações e oportunidades que melhorem a

inclusão socioeconômica, ajudando-os a ganhar mais autonomia financeira e valorizando suas habilidades locais. Além disso, busca-se unir esforços para melhorar os impactos das políticas públicas e promover uma inclusão mais eficaz e abrangente.

**Principais resultados em 2025:** Após assinatura de Acordo de Cooperação Técnica MEMP/MDS Nº 11/2024 ([Acordo de Cooperação Técnica — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)), foi publicada no Portal do Empreendedor informações sobre Cadastro Único e MEI: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/orientacoes-par-inscritos-no-cadunico/orientacoes-par-inscritos-no-cadunico>

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Realizar caravanas presenciais e on-line para divulgar oportunidades inclusivas e treinar profissionais dos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS para ajudar quem quer se tornar MEI.

Empresas & Negócios

O que você procura?

Empreendedor > Orientações para inscritos no CadÚnico > Orientações para inscritos no CadÚnico

**Cadastro único Bolsa Família**  
Orientações para MEI

**MEI e Bolsa Família: O que Precisa Saber**  
Se você é beneficiário do Bolsa Família e deseja se formalizar como Microempreendedor Individual (MEI), saiba que isso não significa automaticamente a perda do benefício. O critério principal para continuar recebendo o Bolsa Família é a renda por pessoa da família, que deve ser de até R\$ 218,00.

Mesmo após se tornar MEI, se a renda familiar permanecer dentro desse limite, o benefício não será cancelado. No entanto, caso a renda aumente e ultrapasse esse valor, é possível que a família perca o direito ao Bolsa Família. Mas existe uma alternativa: a Regra de Proteção.

**Regra de Proteção:**  
Se, após a formalização como MEI, a renda por pessoa aumentar a família pode continuar no programa recebendo 50% do valor do benefício. Veja abaixo as três categorias da nova Regra de Proteção:

1. Famílias já estavam em Regra de Proteção até junho de 2025:

- Continuam com as regras atuais: até 24 meses de permanência, com renda por pessoa de até R\$ 759,00.
- Recebem 50% do valor dos benefícios. O benefício pode ser cancelado se a renda ultrapassar R\$ 759,00, o prazo de 24 meses for atingido ou por outros motivos previstos na

Formalize-se!  
Documentos necessários  
Quais as ocupações que podem ser MEI  
Direitos e Obrigações  
Perguntas frequentes MEI -

Fonte: Página no Portal do Empreendedor dedicada ao CadÚnico: [Orientações para inscritos no CadÚnico — Empresas & Negócios](#)

**Iniciativa: Pé no Futuro – Formando o Empreendedor do amanhã**

**Objetivo:** O Pé no Futuro tem como objetivo capacitar jovens recém-egressos do ensino médio, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, fornecendo formação em inovação, tecnologia e empreendedorismo. O programa busca integrar educação e prática empreendedora, incentivando a qualificação profissional, a criação de negócios sustentáveis e o desenvolvimento da autonomia financeira dos participantes.

Por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), os jovens selecionados passam por um processo estruturado que inclui pré-incubação, incubação e monitoramento de seus projetos, além de receberem suporte técnico e financeiro para desenvolverem planos de negócios sólidos e inovadores.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** O Projeto piloto capacitará de 500 jovens nas cinco regiões brasileiras nos Estados de São Paulo, Recife, Goiás, Rio Grande do Sul e Amapá. A expectativa é a ampliação do número de jovens impactados em 2026. Espera-se que os alunos adquiram competências em planejamento

de negócios, gestão financeira, marketing, liderança e inovação, enquanto se conectam com recursos e redes de apoio. Além disso, a iniciativa estimulará o empreendedorismo social e a educação financeira, garantindo que os empreendimentos gerem impactos positivos tanto econômicos quanto sociais.

**Principais resultados em 2025:** O programa está sendo implementado em parceria com o MEC e com os RFEPCT, mediante Acordo de Cooperação Técnica e Termo de Execução Descentralizada, respectivamente. O TED foi assinado e os recursos foram disponibilizados para a Fundação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, responsável pela gestão das ações previstas no Plano de Trabalho. Ao longo de 2025, foram estruturados os cronogramas das aulas, realizados os processos de seleção de alunos e professores, planejadas as atividades extracurriculares e promovido o engajamento de docentes, monitores e equipes de apoio. Também foram desenvolvidas ações de acompanhamento pedagógico, orientação aos estudantes beneficiários do Pé-de-Meia, articulação com as políticas de permanência estudantil e alinhamento institucional com os Institutos Federais das regiões contempladas pelo programa (Goiás, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Amapá). As aulas iniciaram em dezembro de 2025.

**Valores aplicados:** 4.200.000,00

**Próximos passos:** Monitoramento da qualidade das aulas e engajamento dos alunos.

**Iniciativa:** Projeto Padaria Artesanal

**Objetivo:** O Projeto Padaria Artesanal é uma exitosa iniciativa implantada e validada no Estado de São Paulo e que foi transformada em uma política pública nacional voltada a inclusão produtiva da população em situação de vulnerabilidade, por meio da iniciação profissional desses indivíduos que se dá a partir da: a) capacitação profissional com foco na produção de pães artesanais; e b) participação de cursos e orientações sobre empreendedorismo e formalização e atuação como MEI.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** 1. Implantação de Unidades Polos e Unidades Descentralizadas – espaços onde serão realizados os cursos; 2. Realização de cursos de panificação; 3. Disseminação da Cultura Empreendedora; 4. Incentivo à formalização de MEI; 5. Inclusão produtiva de trabalhadores no mercado de trabalho; 6. Resgate de cidadãos em situação de vulnerabilidade social, a partir da oferta de oportunidade de iniciação profissional na fabricação de pães artesanais.

**Principais resultados em 2025:** Em conformidade com os objetivos propostos no Acordo de Cooperação Técnica (ACT), celebrado em outubro de 2023 entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e devidamente convalidado pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, segue um resumo do status atual do Projeto Padaria Artesanal:

**Unidades Polo:** 39 no total

**Unidades Descentralizadas:** 134 no total

**Quantidade de Alunos Atendidos:** 8.831 em 2025

Foi também organizado, em Brasília, evento comemorativo pelos dois anos do Projeto Padaria Artesanal, com a participação de aproximadamente duzentas pessoas.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** O ciclo se repete ao longo do projeto com a identificação dos municípios elegíveis para a implantação do Projeto Padaria Artesanal; identificação de parceiros para a instalação das unidades

polos e unidades descentralizadas e realização de capacitação unidade polo e unidade descentralizadas.

**Iniciativa:** Fortalecimento e estruturação da pauta do empreendedorismo sob ótica dos pequenos negócios na educação profissional e tecnológica

**Objetivo:** Estabelecer parceria com os Institutos Federais para criar Núcleos de Inovação e Empreendedorismo em todo o Brasil. Esses núcleos vão oferecer ajuda, capacitação, conselhos e recursos para apoiar quem quer começar ou melhorar seu negócio.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Aumentar as chances de sucesso de novos negócios, ajudar a 180 pessoas empreendedores a desenvolver ideias criativas, e oferecer suporte para que mais pessoas possam abrir ou expandir suas empresas. Isso pode gerar mais empregos, fortalecer a economia local e promover o crescimento sustentável em várias regiões do Brasil.

**Principais resultados em 2025:** Piloto da Missão Sertão - IF Sertão, contemplou seis cidades-polo do Sertão Pernambucano, com uma turma em cada local, promovendo a capacitação de 180 microempreendedores

e autônomos em curso de empreendedorismo envolvendo conceitos empresariais, financeiros, jurídicos e administrativos referentes à gestão de empresas e formalização como MEI. ( TED Nº 4/2024 - 2024 — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)

**Valores aplicados:** R\$ 186.000,00

**Próximos passos:** Avaliação da execução do PAEM e proposta de modelo para o PAEM com foco no MEI e cooperativismo.



Link: <https://globoplay.globo.com/v/13597803/>

EXTENSÃO

## IFSertãoPE lança o Programa de Apoio ao Empreendedorismo

publicado em 10 de junho de 2025

última modificação em 11 de junho de 2025



Em uma cerimônia virtual com a presença de representantes institucionais e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) lançou, oficialmente, o programa de Apoio ao Empreendedorismo (PAEM). O evento, realizado na última quinta-feira (05), foi transmitido pelo YouTube e, além das falas institucionais, contou com um painel sobre o poder transformador do empreendedorismo.

O Programa de Apoio ao Empreendedorismo (PAEM) é uma iniciativa piloto desenvolvida pelo IFSertãoPE. O Secretário nacional do Artesanato e do Microempreendedorismo Individual do MEMP, Milton Coelho Neto, destacou o pioneirismo da iniciativa do IFSertãoPE como um modelo a ser replicado em outras regiões do país. “Nós, com este programa, estamos realizando história, porque estamos desenvolvendo aqui uma política pública que vai seguramente alcançar uma dimensão nacional, pelos seus resultados, por estar dentro da linha programática do ministério, por estar na missão dos Institutos Federais e por também atender a uma expectativa e uma necessidade daqueles que querem empreender no Brasil e muitas vezes não têm onde se apoiar para adquirir o conhecimento necessário para se desenvolver e empreender”, celebrou Coelho Neto.



O Secretário Nacional do Artesanato e do Microempreendedorismo Individual do MEMP, Milton Coelho Neto, destacou o pioneirismo da iniciativa do IFSertãoPE

Links: <https://ifsertaope.edu.br/ifsertaope-lanca-o-programa-de-apoio-ao-empreendedorismo/>



Registros de aulas: As aulas iniciaram no início do mês de junho de 2025

### **Iniciativa: Coordenar o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPEs)**

**Objetivo:** Orientar e assessorar na formulação e coordenação da política nacional de apoio e desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, bem como acompanhar e avaliar sua implementação.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Seu propósito é divulgar e promover o fortalecimento das micro e pequenas empresas brasileiras, atuando como um espaço de debate e colaboração entre o governo federal e as entidades de apoio e representação nacional.

A missão do Fórum Permanente é promover debates com o intuito de encaminhar à Secretaria propostas que assegurem um tratamento favorecido e diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, com foco especialmente em:

- Criação e modificação de leis, regulamentos, procedimentos, sistemas de informação, portais e canais de comunicação da administração pública, tanto direta quanto indireta, abrangendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

- Ajuste e aprimoramento de ações e projetos, tanto governamentais quanto não governamentais, para harmonizar e otimizar os resultados;
- Coordenação e integração entre instituições, órgãos do Governo federal e entidades de apoio e representação nacional que atuam diretamente no setor de microempresas e empresas de pequeno porte; e
- Implementação e desenvolvimento de fóruns regionais para microempresas e empresas de pequeno porte nas unidades da federação, promovendo sua integração com o Fórum Permanente.

**Legislação e Regulamentos:** Promover a criação e modificação de leis, regulamentos, procedimentos, sistemas de informação, portais e canais de comunicação da administração pública, abrangendo todos os níveis de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

**Principais resultados em 2025:** o ano de 2025 marcou a continuidade dos trabalhos do colegiado retomado em 2024. Neste período, foram realizadas diversas reuniões temáticas, junto aos Comitês Temáticos instituídos, com o intuito de trabalhar na formulação de

agendas prioritárias temáticas que serão perseguidas ao longo do ano de 2025.

O Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte alcançou grande vitória para o empresariado nacional por meio da publicação do Decreto nº 11.993, de 10 de abril de 2024, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, fruto de um processo colaborativo, a política foi construída no âmbito do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, espaço previsto na Lei Complementar nº 123/2006 para garantir o tratamento diferenciado e favorecido a esse segmento.

A medida visa dar enfoque nos principais problemas mapeados em cada tema e alocar esforços conjuntos para a sua solução prioritária. A medida não impede a inclusão e realização de outras ações que tomem a frente pela urgência ou ocasião de novos fatos, contudo, é importante para a efetividade das ações.

Concluídas as agendas prioritárias, a pauta foi apresentada e deliberada em cada comitê na 1ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, realizada em Manaus, nos dias 23 e 24 de abril.

A segunda reunião ordinária foi realizada no dia 20 e 21 de agosto de 2025, em Vitória/ES, e a última reunião foi realizada nos dias 03 e 04 de dezembro, na capital de Tocantins.

O ano de 2025 marca mais um ano de pleno funcionamento do Fórum Permanente depois de uma longa pausa. Os trabalhos estão sendo retomados e elos de desenvolvimento estão sendo construídos.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos: Ações e Projetos:** Ajustar e aprimorar ações e projetos, tanto governamentais quanto não governamentais, para harmonizar e otimizar os resultados.

**Coordenação e Integração:** Coordenar e integrar instituições, órgãos do governo federal e entidades de apoio e representação nacional que atuam diretamente no setor de microempresas e empresas de pequeno porte.

**Fóruns Regionais:** Implementar e desenvolver fóruns regionais para promover a integração das microempresas e empresas de pequeno porte nas unidades da federação com o Fórum Permanente.



Outra ação relevante implementada em 2025 foi o **Manual do Jovem empreendedor**.

Iniciativa da SISAM lançada em 10 de dezembro, resultado da articulação entre o MEMP e a Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República durante a “Caravana da Juventude” realizada em São Paulo, em julho de 2025, tem por objetivo oferecer um guia prático e acessível para apoiar jovens na transformação de ideias em negócios, orientando sobre a formalização como MEI, a organização do empreendimento e o acesso a oportunidades de apoio, crédito e capacitação. Tem por objetivo aumentar a formalização entre jovens, melhorar a gestão inicial dos negócios, ampliar o acesso a oportunidades, fortalecer a educação empreendedora e facilitar a interiorização do empreendedorismo ao oferecer orientações práticas, claras e alinhadas às demandas específicas.



Fonte: Pagina do [Manual do Jovem empreendedor](#) — Empresas & Negócios



Evento de lançamento do Manual Jovem Empreendedor - Roberto Lemos Monteiro da Silva - Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o Ministro Guilherme Boulos.

Algumas iniciativas relevantes para a inclusão socioprodutiva também tiveram avanços durante o ano de 2025 e devem ter resultados em 2026:

- **Implementação da Estratégia Nacional de Educação Empreendedora:** Iniciativa do MEMP, por meio da Diretoria de Empreendedorismo, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo como um caminho legítimo de geração de renda, inclusão socioprodutiva e protagonismo social. A estratégia atua de forma transversal, conectando-se a temas estruturantes como juventude, inclusão, internacionalização de pequenos negócios e o futuro do trabalho. Um dos principais projetos da estratégia é o Pé no Futuro, voltado à juventude e que combina formação empreendedora, bolsas e aceleração de negócios com foco em impacto social e econômico. Em 2025, uma minuta de decreto da estratégia foi elaborada, para aprovação em 2026.

- **Implementar programa Jornada Empreendedora:** O objetivo é capacitar microempreendedores (MEIs) com competências técnicas, gerenciais e digitais, necessárias no mercado atual. Para isso, foi lançada uma plataforma que oferece as habilidades e competências específicas para cada ocupação MEI. A intenção é reativar a iniciativa. Em 2026, espera-se concluir a assinatura do Acordo de Cooperação, que integrará a Jornada Empreendedora a outros projetos estratégicos; revisar e ampliar as trilhas de aprendizagem, incorporando novas competências digitais e gerenciais; implementar indicadores de desempenho (número de inscritos, taxa de conclusão, impacto na renda) para avaliar resultados.
- **Implementar Programa de Incentivo ao Empreendedorismo nas Universidades (PIEMP):** programa complementar à educação empreendedora no ensino superior, pois objetiva apoiar projetos de empreendedorismo que emergem a partir do conhecimento e

ideias resultantes de projetos em disciplinas, projetos de pesquisa e projetos de extensão. O PIEMP é o primeiro passo para transformar o conhecimento, adquirido e disseminado no ensino e na extensão e criado na pesquisa, em negócios inovadores com finalidade econômica e/ou social. Assim como os consolidados e bem-sucedidos programas PIBIC, PIBITI e PIBID são os pontos de partida para despertar a vocação científica, tecnológica e inventora, e docência, respectivamente, o PIEMP será o germinar da mentalidade (mindset) e competências empreendedoras e do empreendedorismo para os estudantes. Houve tratativas com a UFRPE para apoio técnico na elaboração da proposta e no desenho da metodologia a ser implantada. Foram realizadas articulação com o CNPq e aprovação do uso da plataforma Carlos Chagas para editais e pagamentos das bolsas, considerada viável pelo órgão. A formalização do TED está em andamento com previsão de alcançar o prazo estabelecido.

### 3. FORTALECER O SETOR ARTESANAL, O COOPERATIVISMO, O ASSOCIATIVISMO E A ECONOMIA CRIATIVA;

Em um contexto de mudanças em que a sociedade sente como cada vez necessária a integração do trabalho e do consumo com princípios e valores como os da sustentabilidade, da responsabilidade social e da valorização da dimensão cultural e expressão pessoal, observam-se como setores e formas de organização relevantes, o artesanato, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.

O artesanato é uma tradição cultural do povo brasileiro e precisa ser apoiado e preservado. Além disso, 80% dos artesãos são mulheres, o que o destaca como setor como importante promotor de renda e autonomia para esse público. As cooperativas e associações são empreendimentos característicos de uma economia cada vez mais democrática, sendo constituídas por pessoas com interesses comuns, seja no campo econômico, seja social, respectivamente. São atores importantes nos processos de melhorias sociais do país, possibilitando geração de renda e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

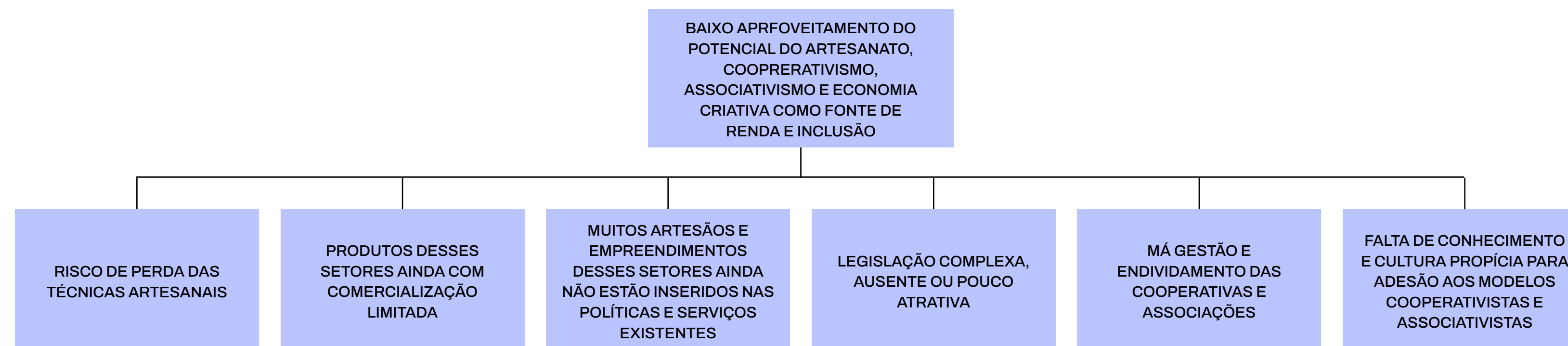
De forma transversal a esses modelos de organização, destaca-se como um foco

importante o conjunto de atividades da economia criativa, entendidas como produtoras de bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico. A economia criativa tem potencial relevante na criação de novos empregos, produtos e serviços com alta agregação de valor, renda e inclusão.

**CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

Há contribuição direta do objetivo para os ODSs 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e 10 (Redução das desigualdades). As ações de fortalecimento do artesanato, do cooperativismo, do associativismo e da economia criativa, além de empoderar e prover inclusão social e econômica, promove políticas voltadas para a promoção do empreendedorismo, das atividades produtivas, da geração de emprego decente, da criatividade e inovação e do incentivo à formalização.

**ÁRVORE DE PROBLEMAS:**



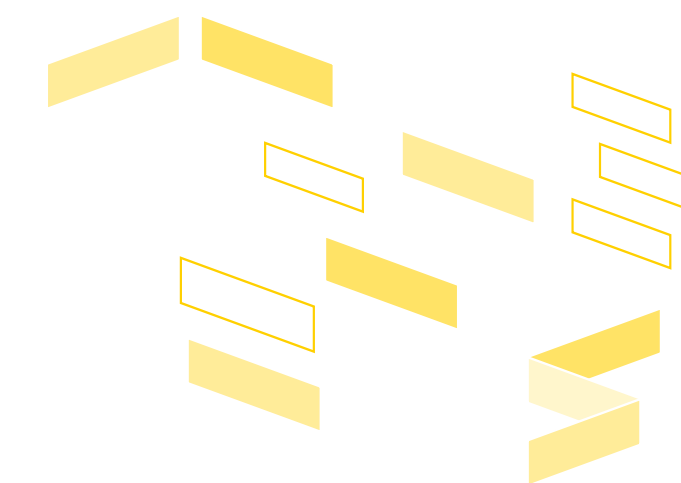
Unidade responsável: Secretaria Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual – SISAM (antes Secretaria Nacional do Artesanato e do Microempreendedor Individual -SAMI).

**RELAÇÃO COM PPA - PROGRAMA 2802: EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA**

OBJETIVO ESPECÍFICO: 0550 - Fortalecer o setor artesanal, o cooperativismo, o associativismo e a economia criativa.

- 3291 - Oferta de crédito para Artesãos cadastrados no SICAB
- 3292 - Novo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) desenvolvido
- 3293 - Inteligência em temas de artesanato gerada
- 3294 - Laboratórios técnicos “artesanato mais competitivo” celebrados
- 3295 - Canais de comercialização de artesanato fomentados
- 3296 - Rede de agentes capacitadores de artesãos ampliada
- 3297 - Coordenações Estaduais reconhecidas com o Selo “Estado Amigo do Artesanato”
- 3298 - Observatório Nacional da Economia Criativa implementado
- 3299 - “Prêmio Nacional de Valorização do Artesão Tradicional”, de que trata a Portaria nº 1.007, de 11 de junho de 2018, implementado

Em relação à cadeia de valor, o macroprocesso que se correlaciona mais diretamente ao objetivo estratégico é a “gestão de políticas e programas para desenvolvimento da artesanaria, do cooperativismo, do associativismo e da economia criativa”.



**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

**Indicador: Número de carteiras nacionais emitidas no SICAB**

	213.331 (2023)	
	2024	2025
<b>Metas</b>	<b>233.331</b>	<b>258.866</b>
Desempenhos	227.465	250.911

**Segmentação:**

	ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2023	META 2024	DESEMPENHO 2024	META 2025	DESEMPENHO 2025
Quilombolas	1.591	1.671	1.782	1.751	1.436
Indígenas	7.619	8.000	10.010	8.381	11.850

## Regionalização:

	ÍNDICE DE REFERÊNCIA 2023	META 2024	DESEMPENHO 2025	META 2025	DESEMPENHO 2025
Centro-Oeste	33.315	35.329	35.304	40.930	37.220
Sul	15.599	17.895	16.733	18.880	21.315
Norte	19.989	22.784	22.869	24.199	27.887
Sudeste	46.804	50.955	49.889	56.650	54.705
Nordeste	97.624	103.368	102.620	118.207	109.784

**Análise:** Em 2025, o número total de artesãos cadastrados alcançou 250.911, representando um acréscimo de 23.446 novos registros em relação ao total de 227.465 registrados até dezembro de 2024. Esse crescimento corresponde a um aumento de aproximadamente 10,31% no número de artesãos cadastrados no SICAB. Apesar do crescimento registrado no número de artesãos cadastrados, é importante destacar como um entrave importante para o alcance da meta as restrições enfrentadas pelas coordenações estaduais responsáveis pelo mapeamento, cadastramento e emissão da Carteira Nacional do Artesão (CNA), executadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACT).



**Indicador:** Número de canais de comercialização do artesanato e da sociedade cooperativista fomentados pelas políticas e programas do MEMP

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	3 (2023)	
	2024	2025
Metas	5	7
Desempenhos	7	7

**Análise:** Foram fomentadas 7 (sete) canais de comercialização do artesanato pelo Programa do Artesanato Brasileiro:

- 30º FIARTE – Feira Internacional de Artesanato/RN;
- 19º Salão do Artesanato - Raízes Brasileira/SP;
- 24º Feira Nacional de Negócios do Artesanato/PE;
- Festival Nordeste de Economia Popular e Solidária/BA;
- 7º Feira Nacional de Artesanato e Cultura /CE;
- 2º Festival Nacional do Artesanato da Bahia; e
- Feira do Tapete/PE.

**Indicador:** Percentual de implementação do projeto de melhoria do SICAB

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	0% (2023)	
	2024	2025
Metas	30%	50%
Desempenhos	12%	12%

**Análise:** Trata-se do desenvolvimento de um novo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro em linguagem de programação mais moderna, que diminua a quantidade de travamentos e permita a integração em ambiente único de novos módulos e funcionalidades no futuro, tais como os módulos de capacitação e de feiras, bem como integração com outros sistemas do governo federal, como o Gov.br.

O atraso nas entregas do projeto deve-se, principalmente, à necessidade de uma revisão geral dos módulos 6 e 7, realizada pelo SERPRO. Essa reavaliação impactou diretamente o cronograma inicial, provocando o atraso nas demais entregas subsequentes.

Em relação à etapa 5, que trata da migração dos dados, o SERPRO está atualmente realizando uma limpeza e preparação dos dados. Essa etapa é essencial para garantir a

integridade e a consistência das informações a serem migradas, de modo que a efetivação da migração será realizada somente após a finalização desse processo.

Assim, a análise atual do projeto reflete não apenas o status técnico das entregas, mas também os critérios de apuração previstos no PPA e os ajustes necessários que surgiram no decorrer da execução.

**Indicador:** Número de instituições que aderiram ao Plano de Capacitação Integrada para Artesãos

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	3 (2023)	
	2024	2025
Metas	5	2
Desempenhos	0	1

**Análise:** Foi realizado o Micro-Curso da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro por meio de TED entre a Universidade Federal de Goiás e o Ministério do Empreendedorismo.

No total, foram 4.139 pré-matrículas, sendo que 3.592 participantes receberam acesso ao ambiente virtual de aprendizado (ava) e 179 concluíram o curso.

Cabe ressaltar que, para além destes indicadores, outros são acompanhados pelo MEMP em relação ao referido objetivo

estratégico e não tiveram desempenho em 2025 apesar de definidas metas, a exemplo do “número de laboratórios técnicos “artesanato mais competitivo”, “número de mapeamentos cartográficos relacionados a artesanatos” e “percentual de implementação do projeto do Observatório Nacional da Economia Criativa”. O desempenho destes indicadores foi afetado pela insuficiência orçamentária e/ou restrição de pessoal.

#### INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:

**Iniciativa:** Promover abertura de novos mercados, políticas de acesso ao mercado digital e à logística eficiente

**Objetivo:** Envolve abertura de novos mercados nos níveis estadual, regional, nacional e internacional; ampliação dos canais de comercialização; ampliar exposição digital, centros de artesanato e editais de fomento para ampliar municipalização e regionalização. Promover políticas de acesso ao mercado digital e à logística eficiente.

**Unidade responsável:** SISAM (antes SAMI).

**Impacto esperado:** Impacto significativo no crescimento do setor, na valorização da cultura local, no desenvolvimento econômico das comunidades produtoras e na promoção do comércio justo e sustentável através da participação em feiras nacionais. O acesso a mercados digitais e uma logística eficiente podem transformar a maneira como os produtos artesanais são comercializados, promovendo a expansão do setor, o crescimento econômico das comunidades artesanais e a promoção da cultura local em escala global.

#### Principais resultados em 2025:

No âmbito da promoção comercial, o PAB no primeiro semestre fomentou sete importantes canais de comercialização do artesanato brasileiro:

- 30° Fiart – Feira Internacional de Artesanato (Natal/RN)
- 19° Salão do Artesanato - Raízes Brasileira/SP: Gerou R\$ 4,71

milhões em negócios, com a comercialização de 88,75 mil peças, entre vendas diretas e encomendas. O evento beneficiou 674 artesãos diretamente e cerca de 3,10 mil de forma indireta.

- 25ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte)/PE: Gerou R\$ 5,88 milhões em negócios, com 101,91 mil peças comercializadas. Foram 725 artesãos beneficiados diretamente e cerca de 2,75 mil indiretamente.
- Festival Nordeste de Economia Popular e Solidária: Também integrou as ações de fomento ao setor, fortalecendo a economia criativa e solidária no Nordeste.
- Festival Nacional de Artesanato e Cultura (Fenacce)/CE: Gerou R\$ 3,13 milhões em negócios, com 52 mil peças comercializadas. Foram 882 artesãos beneficiados diretamente e cerca de 2,8 mil indiretamente.

- 2º Festival Nacional de Artesanato da Bahia (FENABA/BA): Gerou R\$ 1,20 milhões em negócio e com 19,5 mil peças comercializadas. Foram 441 artesãos beneficiados diretamente e cerca de 3,2 mil indiretamente.
- Feira do Tapete (Lagoa do Carro/PE)

Além dessas, o programa continuará apoiando feiras locais, fortalecendo a comercialização regional e valorizando as produções artesanais em diversas partes do país.

**Valores aplicados:** R\$ 5.153.795,36 (Feiras Nacionais) e R\$ 619.050,00 (Feira Estadual).

**Próximos passos:** Ampliação da participação do Programa do Artesanato Brasileiro em novos canais de comercialização e a realização de expedições de negócios.

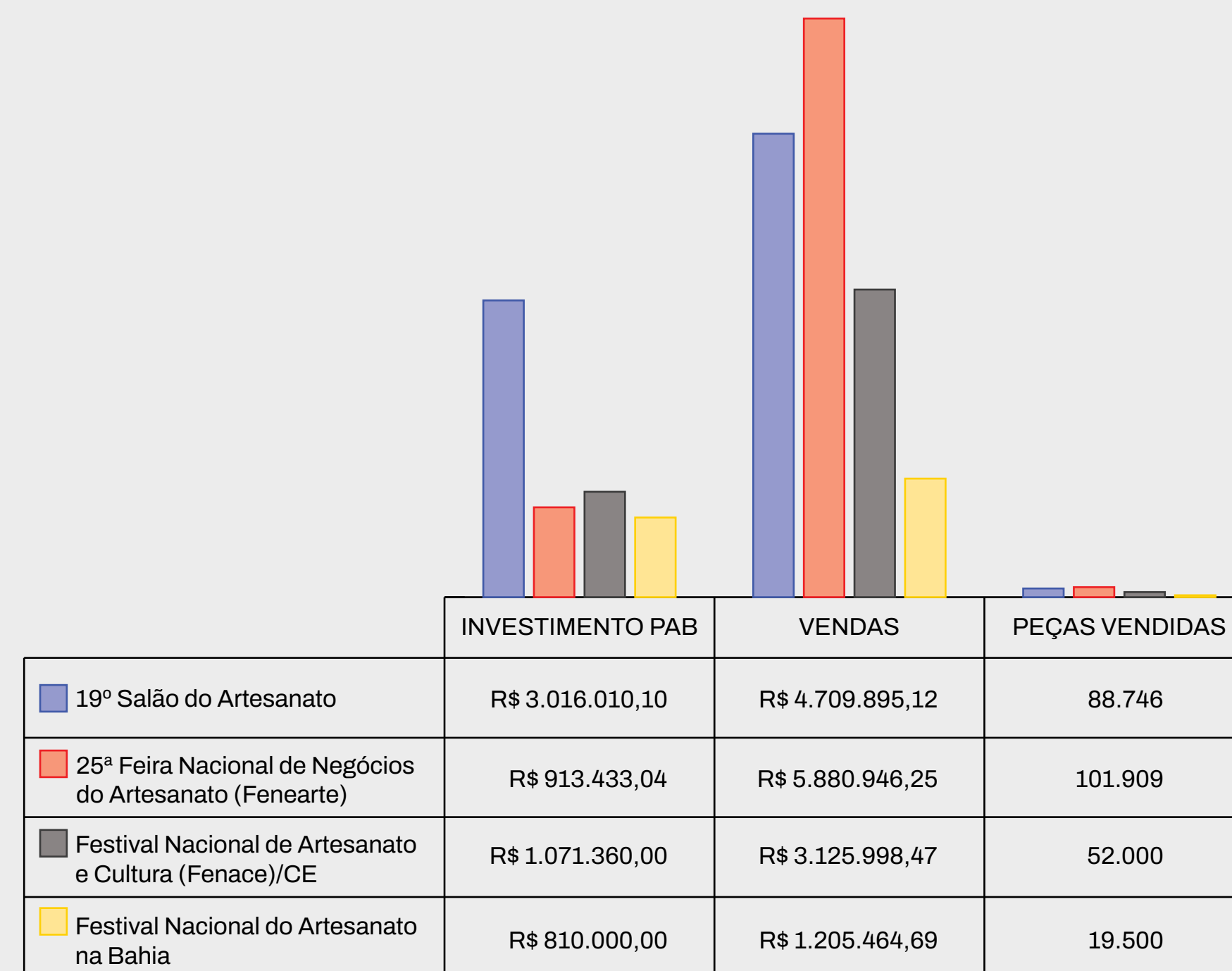
O acesso ao mercado para o artesanato segue como prioridade estratégica. Em 2025, consolidamos nossa presença por meio do

contínuo fomento e apoio à participação em Feiras Nacionais e Estaduais. Para alavancar novas oportunidades e diversificar os canais de venda, implementamos a inovadora iniciativa das Expedições de Negócios.

Alguns dados de desempenho apurados até o momento:

	INVESTIMENTO PAB	VENDAS	PEÇAS VENDIDAS	VALOR DE ENCOMENDAS	BENEFICIADOS DIRETAMENTE
19º Salão do Artesanato	R\$ 3.016.010,10	R\$ 4.709.895,12	88.746	R\$ 766.705,40	674
25ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte)/	R\$ 913.433,04	R\$ 5.880.946,25	101.909	R\$ 775.297,00	725
Festival Nacional de Artesanato e Cultura (Fenacce)/CE	R\$ 1.071.360,00	R\$ 3.125.998,47	52.000	R\$ 219.535,90	882
Festival Nacional do Artesanato na Bahia	R\$ 810.000,00	R\$ 1.205.464,69	19.500	R\$135.585,00	441

### DADOS DE INVESTIMENTO E VENDAS DAS FEIRAS NACIONAIS



**Iniciativa:** Desenvolver um programa de qualificação do artesanato e realizar ações piloto de capacitação dos artesãos (cooperativismo, associativismo)

**Objetivo:** Implantação de plano de formação e capacitação do setor artesanal. Assistência técnica e de capacitação e qualificação de artesãos, gestores estaduais, parceiros e multiplicadores.

Também promover programas de qualificação para as cooperativas e potenciais cooperados.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Facilitar o acesso a cursos de qualificação para gestores, agentes culturais e artesãos. Em torno de 500 gestores e agentes culturais capacitados para elaboração de projetos de promoção do artesanato, permitindo um melhor desempenho das políticas de estímulo e promoção do artesanato, além de 3.000 artesãos e ou entidades representativas capacitadas em aspectos técnicos e gerenciais gerando maior longevidade e capacidade de geração de renda.

**Principais resultados em 2025:** Termo de Execução Descentralizado para Universidade Federal de Goiás para qualificação de gestores públicos e artesãos. Temática: Base Conceitual do Artesanato Brasileiro.

O Microcurso da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, desenvolvido por meio de TED firmado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), registrou 4.139 pré-matrículas. Deste total, 3.592 participantes tiveram acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e 179 concluíram o curso.

**Valores aplicados:** Não houve valor aplicado em 2025

**Próximos passos:** Mapear necessidades de capacitação dos artesãos e gestores, compartilhar experiências sobre Planos de Capacitação, elaborar termos de referências para promover capacitação com base em eixos, perfis e maturidade e de acordo com o mapeamento realizado, identificar agentes de capacitação e oferecer cursos conforme demandas mapeadas.

**Iniciativa:** Desenvolver novo Sistema SICAB

**Objetivo:** Envolve a nova estrutura do sistema SICAB e suas funcionalidades e interações relacionadas ao pré-cadastro e cadastro de artesãos além de relatórios para elaboração de diagnósticos

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Facilitar a interação de artesãos e coordenações estaduais do PAB com o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB, facilitando o cadastro e renovação da Carteira Nacional do Artesão e extrair do sistema relatórios consistentes sobre a atividade artesanal desenvolvida no país.

**Principais resultados em 2025:** As etapas 1, 2, 3, 4 e 6 do projeto SICAB foram concluídas. A implantação do novo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), trará maior agilidade, segurança e eficiência no processo de cadastramento e emissão da Carteira Nacional do Artesão (CNA). A nova plataforma também permitirá o registro formal das entidades representativas do setor, promovendo maior organização e reconhecimento institucional das associações, cooperativas e grupos produtivos. Com uma interface mais moderna e integrada, o novo SICAB facilitará o acesso dos artesãos às políticas públicas, ampliando a base de dados do Programa do Artesanato Brasileiro e permitindo diagnósticos mais precisos, essenciais para a formulação de ações direcionadas às realidades locais. Essa modernização representa um passo

fundamental para a gestão digital e integrada da cadeia produtiva do artesanato no Brasil.

**Valores aplicados:** R\$ 615.902,33

Custos com repasse por meio de contrato com o SERPRO

Especificamente, prevê-se:

- R\$ 8 milhões para todas as etapas de estruturação do sistema

**Próximos passos:** Desenvolvimento de novos módulos (módulo de feiras, estatística e transparência e certificação).

**Iniciativa:** Estruturar a Rede de Artesanato Brasil e fortalecer coordenações estaduais do PAB

**Objetivo:** Estruturar a Rede de Artesanato Brasil e fortalecer coordenações estaduais do Programa do Artesanato Brasileiro, incluindo equipar as coordenações estaduais do PAB com aquisição de veículos para facilitar o cadastramento do artesão, caminhões para escoamento das peças artesanais e kit com notebook, celular, tablet e impressora para cadastramento e emissão da Carteira Nacional do Artesão.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Facilitar a logística de mercadorias artesanais para feiras, mostras e exposições e o atendimento dos técnicos coordenações estaduais do PAB aos artesãos aumentando o cadastro no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB além de facilitar a renovação de cadastros vencidos.

#### Principais resultados em 2025:

Foram feitas duas notas de empenho R\$ 872.000,00 para 4 caminhonetes da Jac Motors e R\$ 2.615.800,00, para 22 sedans da FIAT.

**Valores aplicados:** R\$ 3.487.800,00

**Próximos passos:** Entregas dos veículos para as coordenações estaduais.



**Iniciativa:** Estruturar laboratórios técnicos “artesanato mais competitivo”

**Objetivo:** Promover o aperfeiçoamento e inovação da produção artesanal, com o desenvolvimento de novas coleções de produtos, preservando as tradições e assegurando maior competitividade.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Mapeamento de 11 produções artesanais com potencial para realizar troca de experiências com o objetivo de qualificar os artesãos com relação a design, inovação, gestão, comercialização gerando competitividade e maior capacidade de geração de renda.

- Potencial para exportação
- Selo do Artesanato Brasileiro
- Fortalecimento dos grupos/ unidades produtivas
- Preservação da matéria-prima
- Continuidade da prática artesanal
- Conservação da identidade cultural local

#### Principais resultados em 2025:

Durante o 1º semestre de 2025, realizamos uma avaliação da execução do projeto, que atualmente conta com um laboratório técnico implementado e outros dois em fase de implantação (laboratórios técnicos da Paraíba e Espírito Santo). A partir dessa análise, a equipe técnica identificou limitações na estratégia originalmente adotada, que previa a execução por meio de convênios com os estados.

Constatou-se que os atrasos significativos na implementação em dois estados decorrem, sobretudo, da morosidade nos trâmites locais e da ausência de servidores suficientes nas equipes estaduais responsáveis, o que comprometeu a efetividade e os prazos estabelecidos. Diante desse cenário, optou-se por redirecionar a estratégia de execução, com a elaboração de um edital de chamamento público voltado a Organizações da Sociedade Civil (OSCs), visando maior agilidade, capilaridade e capacidade de execução. Além disso, será adotada uma metodologia única e padronizada para a implementação dos laboratórios técnicos, garantindo maior uniformidade e qualidade nas entregas. Essa reformulação busca corrigir os entraves operacionais identificados, assegurando maior eficiência e alinhamento às diretrizes do Plano Plurianual (PPA).

No 2º semestre de 2025 foi publicado o Edital de Chamamento Público para 05 laboratórios criativos -LAB-PAB onde serão contemplado os Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. O resultado preliminar está previsto para 05/01/2026.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Para a continuidade da iniciativa, estão previstos os seguintes encaminhamentos:

1. Planejamento e Instalação dos Laboratórios – cada laboratório deverá ser estruturado com foco em demandas regionais e vocações produtivas locais, assegurando infraestrutura técnica e pedagógica adequada para o aprimoramento das práticas artesanais.
2. Capacitação e Assistência Técnica – serão desenvolvidos planos de capacitação continuada para artesãos e gestores locais, com ênfase em inovação, qualidade de produto, e acesso a mercados.
3. Monitoramento e Avaliação – será implantado um sistema de acompanhamento dos resultados e indicadores de desempenho, de modo a avaliar a efetividade dos laboratórios e orientar futuras expansões da iniciativa

**Iniciativa:** Revisão da base conceitual do artesanato e proposta de aprimoramento do marco legal do artesanato brasileiro.

A proposta contempla a revisão da nova versão da Base Conceitual sob a forma de ato do Ministro e a formulação de Projeto de Lei da Política Nacional do Artesanato.

**Objetivo:** Novo desenho organizacional do PAB: Estrutura, Instrumentos, Processo de Governança, Gestão de Informação.

Aprimoramento da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** O estabelecimento de regulamentações claras pode ajudar a profissionalizar o setor artesanal, incentivando práticas de gestão mais eficientes, melhorando a interlocução entre o governo e a sociedade civil organizada além de tornar mais eficiente a política pública. Um marco legal pode reduzir a burocracia enfrentada pelos artesãos, facilitando o registro de suas atividades, acesso a crédito e participação em programas de apoio governamental.

**Principais resultados em 2025:** Realização de reuniões com os membros do Grupo de Trabalho Base Conceitual e de consulta pública para apresentação da versão final da revisão da Base Conceitual do Artesanato.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Publicação da revisão da Base Conceitual e elaboração da Minuta de Projeto de Lei e/ou Decreto da Política Nacional do Artesanato e do Sistema Nacional do Artesanato

**Iniciativa:** Realização de eventos, fóruns, workshops, palestras, dentre outros para

disseminar os princípios do cooperativismo em parceria com entidades ligadas ao setor

**Objetivo:** Incluir o tema cooperativismo nos programas e projetos do MEMP realizando e participando de eventos, fóruns, workshops e palestras com parceiros do setor. Além disso, criar um plano de ação para divulgar os princípios do cooperativismo nos municípios através das ações do MEMP.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Disseminar os princípios do cooperativismo em todo o país e promover o cooperativismo como uma forma de organização empresarial inclusiva e sustentável. Além disso, pretende-se apresentar o cooperativismo como uma alternativa viável para o empreendedorismo e uma solução eficaz para o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

**Principais resultados em 2025:** Em 2025, a iniciativa de disseminação dos princípios do cooperativismo alcançou amplos resultados, promovendo a visibilidade e o fortalecimento deste modelo empresarial em todo o Brasil. Por meio da participação de uma série de eventos estratégicos, como fóruns, workshops, palestras e congressos, foi possível mobilizar entidades parceiras, debater

temas de relevância e apresentar o cooperativismo como uma alternativa concreta para o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades locais. Esses eventos foram realizados em diversas regiões do país, garantindo maior alcance e impacto nas ações.

**Valores aplicados:** Não se aplica. Realizado mediante parcerias sem repasse.

**Próximos passos:** Fomentar a realização de eventos e capacitações, bem como avançar no desenvolvimento da plataforma digital para serviços contábeis prevista nos acordos. Participar de eventos relevantes para assegurar que o cooperativismo siga sendo uma parte das ações do MEMP, promovendo continuamente suas oportunidades e visibilidade.



Pré-Cop 30- com o Sistema OCB- missão no Rio Grande do Sul



Evento Sicred



Imersão Pré-Cop 30 no Rio Grande do Sul



Sicoob Credip e a Associação RECA



Sicoob Credip e a Associação RECA

Delegação da Pré-Cop 30 recebida em Cacoal

Feira da Reforma Agrária Neusa Paviato



Imersão Pré-Cop 30 em prol do Cooperativismo

Ribeirão Preto, Evento Nusc Movimento Empresa Júnior

COPPERCAMPO, a cooperativa de trabalhadores rurais - Gleba XV de Novembro- Rosana-SP

No exercício de 2025, algumas ações previstas no âmbito da política pública de fomento ao artesanato brasileiro não puderam ser implementadas conforme o planejamento inicialmente estabelecido: Prêmio Nacional de Valorização dos Mestres de Ofício e Artesãos, Desenvolvimento de inteligência em temas de artesanato (mapas cartográficos do artesanato, mapeamento da cadeia produtiva e identificação e registro de pólos e técnicas de artesanato) e Promoção da aquisição de peças artesanais para trocas protocolares.

Em razão da escassez de servidores e de recursos financeiros, e considerando que não se concretizou a expectativa de recomposição de equipe por meio do Concurso Nacional Unificado (CNU), a Diretoria responsável optou por direcionar esforços para ações de maior impacto e relevância para o setor artesanal. Entre essas ações, destacam-se o fomento ao acesso a mercados, a implementação da nova legislação do artesanato brasileiro e a modernização do sistema de informação e qualificação dos artesãos.

Cabe ressaltar que essas iniciativas possuem grande relevância para o desenvolvimento e fortalecimento do setor artesanal e aguardarão contexto com melhores condições para sua implementação.

**4. ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE MES, EPPS E MEIS**

Os microempreendedores individuais, as microempresas e empresas de pequeno porte são responsáveis por praticamente 80% das empresas, sendo responsável por 70% dos empregos formais e 30% do PIB.

Sendo um setor de grande importância econômica e social, e de potencial crescimento de contribuição para o PIB, o MEMP busca fornecer “musculatura” necessária para seu desenvolvimento e sua competitividade, por meio de ações de capacitação, acesso a recursos financeiros, ampliação de canais de comercialização, ampliação de mercados e estímulo à internacionalização.

Considerando importantes tendências que devem afetar significativamente os padrões de produção e consumo pela população, o MEMP tem papel essencial na indução, promoção e estímulo à adesão a práticas sustentáveis, inclusivas, inovadoras e de transformação digital.

**CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

Há contribuição direta do objetivo para os ODSs 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), 9 (Indústria, inovação e

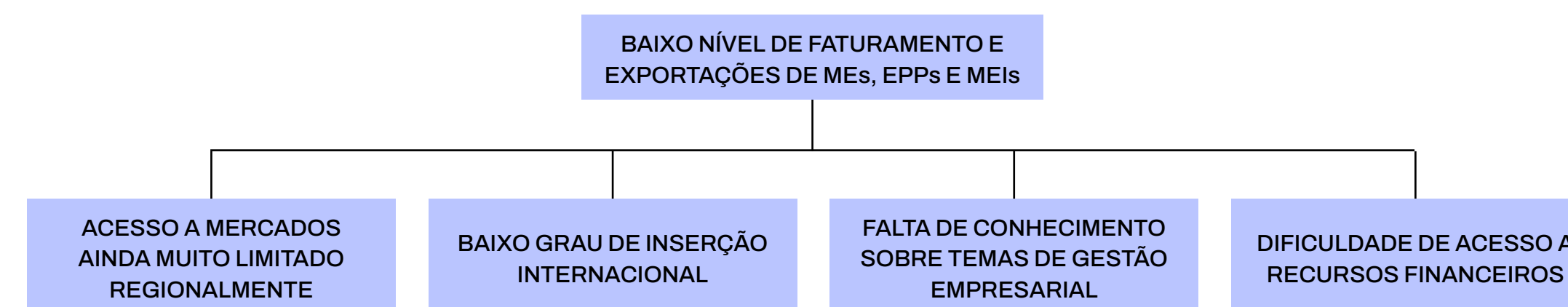
infraestrutura) e 10 (Redução das desigualdades). As ações buscam promover políticas para o desenvolvimento e apoio a atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo e incentivo à formalização e crescimento das micro e pequenas empresas – incluindo pequenas indústrias - em especial por meio da facilitação do acesso a crédito.

Por meio da atuação focada na melhoria da competitividade e desenvolvimento do setor dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, promove a inclusão social e econômica, inclusive da população em vulnerabilidade.

Destaca-se que os programas federais de crédito para MPEs e MEIs visam desenvolver sistema de crédito que favoreçam a formalização das pessoas ocupadas, especialmente grupos vulnerabilizados que compõem essas empresas e normalmente tem maior dificuldade para acessar empréstimos.

As iniciativas de apoio ao desenvolvimento dos MEIs buscam incentivar o crescimento dessas empresas, por meio da disponibilização de plataformas de simplificação da jornada empreendedora, de aquisição de produtos e serviços de forma simplificada pelo Governo Federal, além de parcerias para facilitar o acesso dos MEIs ao comércio eletrônico.

**ÁRVORE DE PROBLEMAS:**



Principais secretarias responsáveis: Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios – SANE e Secretaria Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual – SISAM.

**RELAÇÃO COM PPA - PROGRAMA 2802: EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA**

**OBJETIVO ESPECÍFICO:** 0549 - Ampliar o desenvolvimento, a competitividade e a longevidade de MEs, EPPs e MEIs, bem como a inclusão socioprodutiva por meio do empreendedorismo.

- 3306 - Sistema de incentivo à formalização e operacionalização de iniciativas empresariais inovadoras (startups) simplificado
- 3304 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte beneficiadas com acesso ao crédito no âmbito do Pronampe
- 3314 - Rede de apoio ao Microempreendedor Individual (MEI) ampliada

Em relação à cadeia de valor, o macroprocesso que se correlaciona mais diretamente ao objetivo estratégico é a “gestão de políticas e programas para desenvolvimento de MEs, EPPs e MEIs”.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

**Indicador:** Número de MEIs que viraram Simples ou outro, por excesso de receita, no ano

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	19.820 (2023)	
	2024	2025
Metas	18.876	20.811
Desempenhos	571.853	83.186

**Análise:** Em 2025, o MEMP implementou iniciativas que impulsionaram o crescimento dos MEIs, facilitando sua transição para microempresas (Simples Nacional) por aumento de faturamento no segmento. Destaques incluem o programa Contrata+Brasil e o sistema MEI Conta com a Gente. Além disso, parcerias em feiras e eventos ampliaram a divulgação das políticas públicas, fortalecendo a conexão com os MEIs. Essas ações impactaram significativamente o número de MEIs que ultrapassaram o limite de receita e migraram para o regime de microempresas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão produtiva.

**Indicador:** Número de MEs e EPPs que acessaram os programas de crédito

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	578.348 (2024)	
	2024	2025
Metas	-	560.000
Desempenhos	578.348	413.494

**Análise:** Foram 97.327 empresas atendidas pelo Procred 360 e 316.167 pelo PRONAMPE.

A criação do Procred360, com taxas de juros mais baixas e condições ainda mais vantajosas, redirecionou parte da demanda de empresas que adeririam ao Pronampe. Essa migração, embora positiva no sentido de ampliar o leque de alternativas de financiamento para os pequenos negócios, impactou o ritmo de adesão ao Pronampe e poderá reduzir o número consolidado de beneficiários nesse programa específico. Ainda assim, a existência de múltiplas linhas complementares de crédito contribui para a efetiva melhoria do ambiente de negócios e para o fortalecimento do segmento de

micro e pequenos empreendedores, preservando a coerência com os objetivos estratégicos do Ministério.

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:**

**Iniciativa:** Renegociar Pronampe

**Objetivo:** Não era possível renegociar o Pronampe. Essa ação visa permitir que os bancos renegociem o Pronampe mesmo após a honra, nas mesmas condições utilizadas para créditos próprios, de forma que o empresário possa ficar adimplente junto ao banco.

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** O cliente poderá ficar adimplente no Pronampe junto ao Banco.

**Principais resultados em 2025**

A inadimplência de 2025 se mantém em 1,2% das operações, um patamar infinitamente inferior aos 9,9% percebidos ao longo de 2024 e de 11,1% percebidos em 2023. Vê, portanto, em resultados práticos o sucesso da possibilidade de renegociação das dívidas.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Buscar junto aos agentes financeiros o nível de inadimplência, aumentar a recuperação dos empréstimos honrados pelo FGO e acompanhar a efetividade da política, conforme iniciativa “Monitorar créditos acompanhados concedidos”.

**Iniciativa:** Estimular Procred 360

**Objetivo:** Estimular a promoção dessa linha de crédito específica para MEI e Microempresas com receita bruta de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil).

**Unidade responsável:** SANE

**Impacto esperado:** Com uma segunda linha de crédito, poderão ser definidas taxas de juros e cobertura de risco diferenciado com relação ao Pronampe pelo Conselho do FGO. O que incentivará os bancos a emprestarem para o público-alvo.

**Principais resultados em 2025:** No ano de 2025, o programa atendeu um total de 97.327 empresas, com 104.905 operações realizadas, movimentando mais de R\$ 3,14 bilhões em crédito. As microempresas concentraram a maior parte dos contratos, com valores médios acima de R\$ 29 mil. Apesar do volume expressivo, a inadimplência manteve-se baixa, destacando a sustentabilidade do

programa, especialmente entre microempresas, que registraram apenas 2,7% de atraso.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Aumentar a quantidade de instituições que operam com o PROCRED 360 e acompanhar a efetividade da política, conforme iniciativa “Monitorar créditos acompanhados concedidos”.

**Iniciativa:** Inserção dos pequenos negócios em marketplaces

**Objetivo:** Promover ações que incentivem a inserção dos pequenos negócios em marketplaces (Exemplos: Mercado Azul Sebrae, Acordos com Amazon, Mercado Livre, Apex Brasil Export, Pymes Latinas Grandes Negócios (Aladi), Acordo com Alibaba)

**Unidade responsável:** Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASINT

**Impacto esperado:** Aumento da participação das MPEs brasileiras no comércio global em quantidade de empresas exportando e valor exportado.

**Principais resultados em 2025:**

No âmbito dos BRICS, foi aprovado o Plano de Ação 2025-2030, que contou com o eixo “Aumentar a participação das MPMEs

dos BRICS os fluxos globais de comércio e cadeias globais de valor”, que continha a ação C.1: 1. “Mapear as plataformas online públicas e privadas existentes: Identificar plataformas digitais públicas e privadas que forneçam informações estratégicas de mercado, facilitem parcerias entre micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e sirvam como mercados para produtos e serviços de MPMEs nos países do BRICS.” Portanto o tema será amplamente discutido nos próximos anos no bloco.

Ainda nos BRICS, a UNIDO lançou a plataforma BCIC (Centro Brics de Competências Industriais) que pretende criar um marketplace no bloco com apoio de consultores nacionais para sanar dúvidas de acesso a mercado. Nesse sentido, o ministério está discutindo um MoU com a Unido e auxiliando na divulgação da plataforma, de forma a ter maior clareza sobre como o BCIC pode ajudar as MPMEs e como o Brasil pode ajudar e se engajar.

Mercosul: No âmbito do Grupo ad hoc de MPMEs, foi aprovado o roteiro para as MPMEs 2025-2030 do Mercosul para nortear as discussões sobre MPMEs no bloco, que conta com previsão de ação voltada às plataformas digitais.

Foi firmado também MoU com o ITC (Centro de Comércio Internacional) para impulsionar o apoio às MPMEs em seu processo de internacionalização. Para 2026, há a previsão de acordar um programa de trabalho com ações específicas a serem executadas.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Promoção de discussão sobre plataformas digitais no âmbito da presidência brasileira dos BRICS.

Seguir buscando estabelecer acordos com os implementadores das plataformas.

Negociar Programa de trabalho com o ITC com ações específicas a serem executadas sob a parceria.

MoU sendo negociado entre Sebrae e Cicame da China potencializará a operacionalização do acordo já firmado entre MEMP e MIIT.

Participação do MEMP na Feira Internacional de PMEs da China (China International Small and Medium Enterprises Fair - CISMEF) que ocorrerá em Guangzhou em junho de 2026.

MoU em negociação com o Alibaba para facilitar o acesso de MPEs brasileiras às plataformas de comércio digital presentes em vários países asiáticos.

Seguir negociando acordos quadro para cooperação e intercâmbio de melhores práticas e experiências em áreas afetas às MPMEs com parceiros comerciais estratégicos.

**Iniciativa:** Promover compras governamentais de produtos e serviços dos MPEs e MEIs

**Objetivo:** Incentivar a contratação simplificada de MEIs por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, para prestarem serviços de pequenos reparos em prédios e equipamentos públicos

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Aumento na renda e crescimento dos negócios dos MEIs, promovendo o desenvolvimento econômico local e a geração de emprego e renda.

**Principais resultados em 2025:** Em 2025, foi lançada a Plataforma Contrata+Brasil, iniciativa conjunta entre MEMP, MGI, AGU, MDIC, SRI, ABDI, Sebrae, Serpro e a Prefeitura de Recife. Trata-se de um espaço digital de oportunidades de negócios para conectar compradores públicos (prefeituras, estados, governo federal e todos seus órgãos) e microempreendedores individuais na sua primeira fase. Seu uso, pelos MEIs e pelos

órgãos públicos, é 100% gratuito. Ela amplia as oportunidades de negócios entre governos e microempreendedores individuais que prestam serviços de manutenção e pequenos reparos, contribuindo para aumentar a renda desses profissionais, ao reduzir burocracias e facilitar o acesso às contratações públicas. A plataforma possui interface intuitiva e conta com procedimentos simples, seguros e ágeis, tanto para fornecedores quanto para agentes públicos. Desde o lançamento, já apresenta resultados significativos com mais de 3.998 oportunidades de negócio cadastradas, envolvendo 1.240 órgãos públicos e 7.407 fornecedores. Ao todo, 2.116 contratos foram aprovados, somando R\$ 11.771.545,38 em serviços contratados.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Expansão de serviços disponibilizados para a contratação e a mobilização para a ampliação da adesão do município.

gov.br | Governo Federal | Órgãos do Governo | Acesso à Informação | Legislação | Acessibilidade | Entrar com gov.br

Contrata mais Brasil

O que você procura?

Serviços recomendados para você | Serviços mais acessados do Gov.br | Serviços em destaque do Gov.br

Um lugar onde o governo contrata e os pequenos negócios podem vender

Comece a comprar e vender no Contrata+Brasil

O Contrata+Brasil é um lugar onde o governo contrata e os pequenos negócios podem vender. Para usar, os **fornecedores precisam se inscrever** e os **agentes públicos precisam aderir** ao sistema.

Aqui você encontra materiais que mostram, passo a passo, como os fornecedores se cadastram e mandam propostas, e como os órgãos públicos aderem e publicam suas demandas.

Sou fornecedor. Quero aprender. | Sou agente público. Quero aprender. | Acessar a plataforma

Fonte: [Contrata+Brasil — Contrata mais Brasil](#)

**Iniciativa:** Chatbot Portal do Empreendedor

**Objetivo:** Implementação de um assistente virtual inteligente no Portal do Empreendedor, projetado para fornecer suporte e informações aos usuários de forma rápida e eficiente.

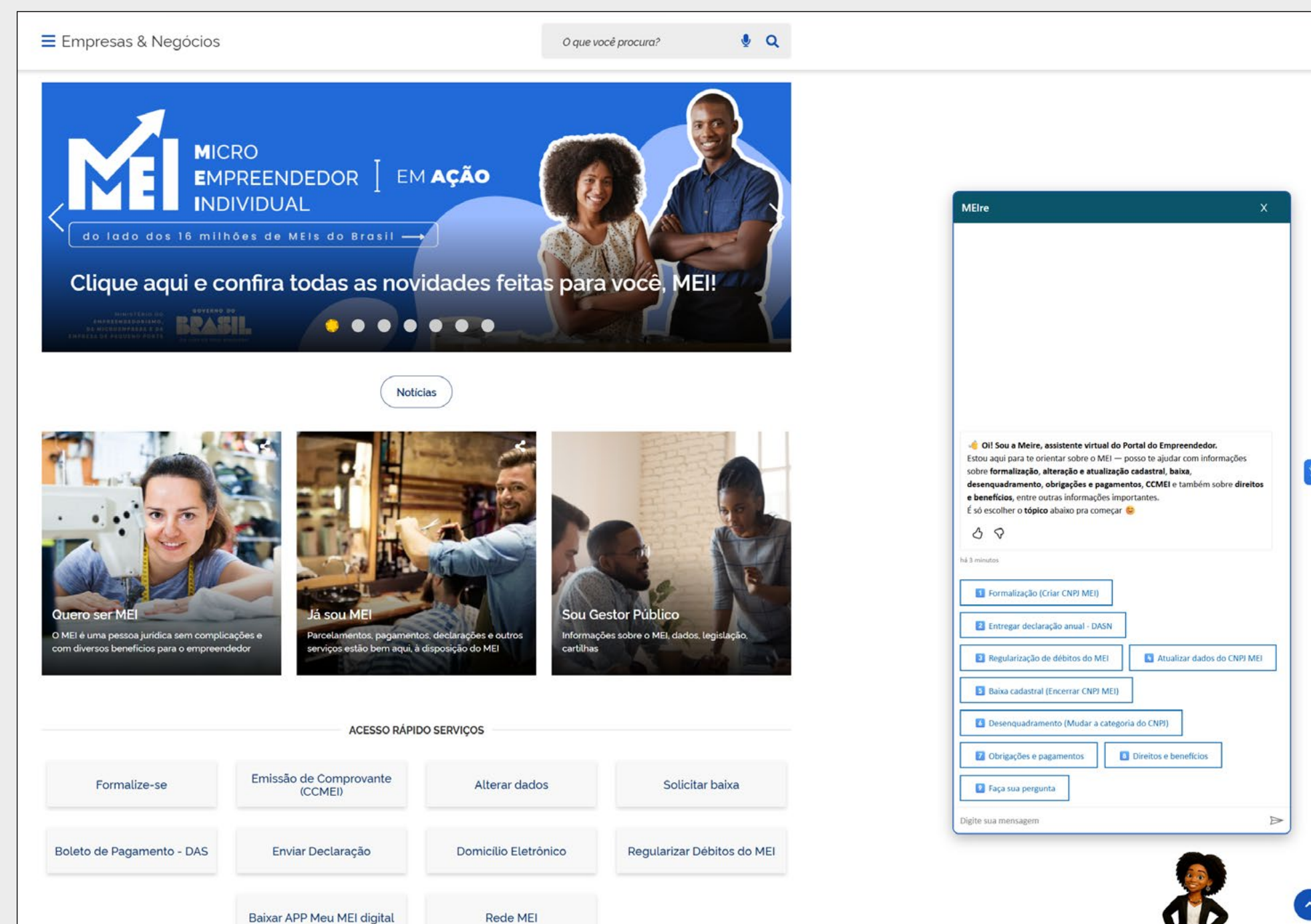
**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Acesso mais rápido, simples e fácil às informações e aos serviços disponíveis no Portal do Empreendedor, além da facilitação nas formalizações de pequenos negócios e cumprimento de obrigações de MEI. Além disso, reduzir a necessidade de mais pessoas trabalhando internamente no atendimento das demandas mais comuns. A longo prazo, essa iniciativa irá fortalecer o ambiente de negócios, ajudar no crescimento econômico e promover inclusão social, beneficiando toda a sociedade.

**Principais resultados em 2025:** Lançado em 10 de dezembro de 2025, o chatbot MEIre registrou mais de 40 mil interações em menos de um mês, com avaliação média de 4,4/5 e 98% de excelência nas respostas geradas por IA.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Promover o uso do chatbot entre os microempreendedores, destacando seus benefícios e funcionalidades. Acompanhar métricas de uso, como número de atendimentos, tempo médio de resposta e taxa de resolução. Coletar feedback dos usuários para identificar pontos de melhoria. Avaliar a possibilidade de integrar o MEIre com outros canais de atendimento, como WhatsApp, redes sociais ou aplicativos móveis, ampliando o alcance.



Fonte: [Governo Federal lança pacote “MEI em Ação” com novo app, rede integrada e soluções digitais para fortalecer 16 milhões de microempreendedores — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

**Iniciativa: Criação da Rede de Apoio à Política Pública do MEI – Rede MEI**

**Objetivo:** A Rede MEI visa ser uma iniciativa colaborativa que reúne órgãos e entidades de representação e apoio que atuam no ecossistema que envolve o MEI e tem como objetivo oferecer suporte abrangente aos MEIs, focando na disseminação de informações essenciais, capacitações e treinamentos para o desenvolvimento de habilidades empresariais.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Melhorar significativamente o ecossistema dos MEIs com a implementação de uma abordagem colaborativa e abrangente, não apenas facilitando o acesso às informações de interesse do MEI, mas também conscientizando-o sobre suas obrigações e benefícios. Reduzir as barreiras de desenvolvimento para o

microempreendedor, criando um ambiente mais favorável para esse público. Estabelecer uma perene conscientização sobre iniciativas governamentais que beneficiam os MEIs, fortalecendo o vínculo com políticas públicas e promovendo um ecossistema onde os microempreendedores possam prosperar e contribuir de forma efetiva para a economia.

**Principais resultados em 2025:** A Rede MEI foi criada por meio da Portaria MEMP nº 167, de 22 de agosto de 2025. O lançamento da Rede MEI ocorreu em 10 de dezembro.

**Valores aplicados:** Não foram aplicados recursos em 2025.

**Próximos passos:** Mobilização dos órgãos e entidades para adesão à Rede MEI; eventos presenciais no território nacional, lives para apresentação das políticas públicas do MEI e avaliação e relatório final de impacto.



Fonte: [Rede MEI — Empresas & Negócios](#)

Fonte: [Governo Federal lança pacote “MEI em Ação” com novo app, rede integrada e soluções digitais para fortalecer 16 milhões de microempreendedores — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

**Iniciativa: Implementação de rede de apoio especializada para Microempreendedores – Conta com a gente**

**Objetivo:** A iniciativa tem como escopo a criação e implementação de uma rede de apoio especializada para microempreendedores, com foco na oferta de serviços digitais que conectem MEIs a profissionais qualificados. A iniciativa inclui tem o foco na implementação de plataformas digitais que facilitem o acesso a esses serviços.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Espera-se que a iniciativa amplie o acesso dos MEIs a serviços especializados, promovendo a formalização, a redução da inadimplência fiscal e o fortalecimento dos pequenos negócios, e ainda incentivar o uso de soluções digitais a fim de contribuir para um ecossistema de empreendedorismo mais sustentável e conectado.

**Principais resultados em 2025:** Foi lançado o programa MEI Conta com a Gente. A iniciativa conecta empreendedores a contadores parceiros da mesma região por meio de uma plataforma digital gratuita, criada a partir de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Ministério do Empreendedorismo (MEMP), a Confederação Nacional do

Comércio (CNC) e a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON).

Os contadores parceiros oferecem atendimento inicial gratuito para quem quiser abrir, regularizar ou profissionalizar o seu negócio. Entre os serviços estão orientações sobre formalização como MEI, regularização de pendências fiscais ou cadastrais, apoio na gestão, acesso ao crédito, oportunidades de mercado e esclarecimento de dúvidas legais, tributárias e de cidadania fiscal.

Com o MEI Conta com a Gente, o governo dá mais um passo importante na promoção da inclusão produtiva e no fortalecimento do empreendedorismo, aproximando o MEI do apoio técnico necessário para crescer com segurança e regularidade. Desde o lançamento em julho, já foram mais de 16.500 atendimentos em 1.923 municípios em todo o Brasil.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Expandir o número de atendimentos e o número de contadores parceiros, além de implementar novos módulos de consultoria gratuita mais avançada.



Link: [MEI Conta com a Gente: nova plataforma conecta pequenos negócios a contadores de forma gratuita — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)



Link: [Portal do Empreendedor — Empresas & Negócios](#)

**Iniciativa: Implementação do Aplicativo do Portal do Empreendedor “APP Portal do Empreendedor”**

**Objetivo:** A iniciativa de implementação do aplicativo do Portal do Empreendedor tem como objetivos modernizar e facilitar o acesso aos serviços governamentais para MEIs, promovendo uma interface amigável que incentiva a inclusão digital e a autonomia dos microempreendedores. O app visa reduzir a burocracia e otimizar a comunicação com o governo, permitindo a emissão de documentos, o monitoramento cadastral e o envio de lembretes sobre obrigações acessórias, aumentando a eficácia na gestão dos negócios. Além disso, contribui para a sustentabilidade e o crescimento do setor, fortalecendo a competitividade dos MEIs e alinhando-se ao planejamento estratégico governamental, ao impulsionar a modernização e o apoio ao empreendedorismo.

**Unidade responsável:** SISAM

**Impacto esperado:** Ampliar o acesso a informações e serviços pelos MEIs, facilitando a emissão de documentos e o monitoramento da situação cadastral como também contribuir significativamente para a redução da inadimplência. Ao simplificar processos burocráticos,

essa abordagem empodera os MEIs, proporcionando-lhes ferramentas eficazes e proativas para a gestão de seus negócios. Isso, por sua vez, contribui para a construção de um ecossistema empreendedor mais robusto e dinâmico, onde os microempreendedores podem prosperar com maior confiança e eficiência.

**Principais resultados em 2025:** Lançamento do primeiro aplicativo do Portal do Empreendedor em 10 dezembro 2025. Em 31 de dezembro constava com mais 10 mil downloads nas principais lojas de aplicativos.

**Valores aplicados:** R\$ 764.761,93

**Próximos passos:** Monitorar o desempenho e coletar feedback dos usuários para identificar melhorias e realizar atualizações contínuas, como inclusão de novas funcionalidades. Acompanhar os impactos no ecossistema empreendedor, avaliando resultados como a redução da inadimplência e a melhoria na gestão dos negócios dos MEIs. Ampliar o uso do aplicativo, promovendo campanhas de engajamento e educação. Estabelecer parcerias estratégicas com instituições e órgãos públicos para integrar novos serviços.



Meu MEI Digital — Empresas & Negócios

### OUTRAS AÇÕES RELEVANTES VOLTADAS PARA OS MEIs EM 2025

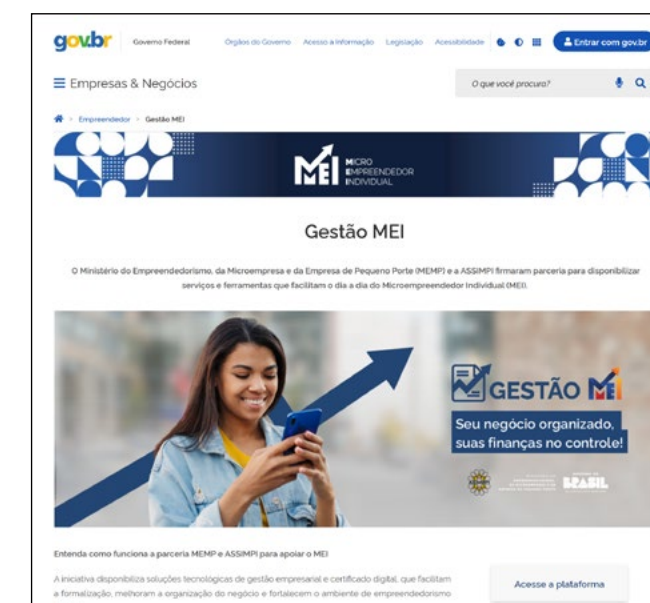
- **Gestão MEI:** iniciativa da SISAM de disponibilização de soluções tecnológicas de gestão empresarial e de serviços de certificado digital que promovam a formalização de empreendedores, o fortalecimento do ambiente de negócios e o incentivo ao empreendedorismo. Os impactos esperados incluem a superação de desafios estruturais enfrentados pelos mais de 16 milhões de Microempreendedores Individuais (MEIs) formalizados no Brasil, como a falta de ferramentas de gestão financeira, que dificultam o controle de fluxo de caixa, a precificação e o planejamento sustentável dos negócios, além da limitação no acesso a tecnologias, serviços digitais e certificados digitais, fundamentais para a formalização plena e acesso a novos mercados. A proposta de fornecer gratuitamente softwares que auxiliem na gestão financeira, emissão de notas fiscais e

obtenção de certificados digitais tem o potencial de aumentar a formalização, atrair novos MEIs e fortalecer a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos, promovendo maior inclusão produtiva, regularidade fiscal e dinamização da economia local.

Em 2025, já houve atendimento de mais de 3.405 usuários e mais de 102 upload de Certificados Digitais.



[Gestão MEI: Ministério do Empreendedorismo lança parceria para levar tecnologia e certificação digital gratuita a milhões de MEIs — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)



Página: [Gestão MEI — Empresas & Negócios](#)

- **Impulsiona MEI:** iniciativa da SISAM de disponibilização de uma trilha de capacitação empreendedora e financeira, com foco no desenvolvimento de competências, na promoção da disseminação do conhecimento e ampliação do acesso à informação que promovam a formalização, a melhoria dos processos gerenciais, o crescimento sustentável e o fortalecimento dos MEIs.

O impacto esperado é fortalecer os microempreendimentos por meio de capacitação em gestão financeira, ampliando a competitividade,

geração de empregos e sustentabilidade dos negócios. Promover o desenvolvimento do empreendedorismo, enquanto contribui para a inclusão econômica e redução das desigualdades sociais, oferecendo ferramentas que capacitam os Microempreendedores Individuais (MEIs) a tomar decisões estratégicas. Contribuir para a inclusão social, fortalecendo a cidadania econômica e colaborando para a redução das disparidades sociais, gerando impacto relevante no desenvolvimento social e no bem-estar coletivo.



Página [Impulsiona MEI — Empresas & Negócios](#)

## NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Em relação a esse objetivo, além das iniciativas estratégicas priorizadas, houve intensa atuação no âmbito das negociações e cooperações internacionais desde o primeiro ano de existência do MEMP, com o propósito de estimular o desenvolvimento e competitividade das microempresas, empresas de pequeno porte e MEIs por meio do estímulo à inserção internacional e ampliação dos mercados para essas empresas. Seguem alguns destaques:

### **Ação:** Implementação de Projeto piloto do Projeto Savannah, em parceria com o PNUD e a Autoridade Monetária de Singapura

**Objetivo:** promover a integração das MPMEs brasileiras no cenário global de sustentabilidade, por meio do Projeto Savannah que é desenvolvido em colaboração com a Autoridade Monetária de Singapura (MAS) e a Fundação Global Legal Entity Identifier (GLEIF). O Projeto Savannah fornece um sólido ponto de partida para as MPMEs embarcarem em suas jornadas de sustentabilidade, estabelecendo um conjunto de métricas básicas de ESG.

**Unidade responsável:** ASINT

**Impacto esperado:** Estabelecimento de uma estrutura de relatórios ESG harmonizada que não só atenda às MPMEs no Brasil, mas também contribua para a melhoria contínua do Savannah.

**Principais resultados em 2025:** Está em execução um piloto do Projeto Savannah, em parceria com o PNUD e da Autoridade Monetária de Singapura (MAS) sobre facilitação de compliance das MPEs em matéria de ESG visando maior acesso a crédito verde (green finance). O MEMP está liderando o grupo de ativação 28 da Cop30, buscando estender o projeto Savannah e outras iniciativas na área aos demais países.

Foi realizado webinar sobre o projeto em Belém durante a COP30 com boa adesão do público. Foi realizado em outubro o Primeiro Workshop do Projeto Savannah: ESG na prática para MPMEs, que reuniu instituições líderes, governo, setor financeiro, entidades setoriais e empresas para discutir o uso de ferramentas digitais para gerar indicadores ESG, compartilhar avanços do piloto com MPMEs do setor de café, e explorar os próximos passos para ampliar o impacto e a relevância institucional.

**Próximos passos:** O PNUD está desenvolvendo as últimas entregas do projeto, que

deve ser finalizado no primeiro semestre de 2026, com definição de próximos passos.

Buscar formas de facilitar o compliance dessas MPEs aos requisitos de ESG em bancos brasileiros e internacionais e de mercados estrangeiros.

### **Ação:** Coordenação da participação do MEMP na presidência brasileira dos BRICS.

**Objetivo:** Coordenar a participação do MEMP na Presidência brasileira do BRICS em 2025.

**Unidade responsável:** ASINT

**Impacto esperado:** Realização dos eventos do MEMP na Presidência dos BRICS 2025.

**Principais resultados em 2025:** No âmbito do Grupo de Trabalho de Micro, Pequenas e Médias Empresas (GT-MPMEs) dos BRICS, foi discutido o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e integração de cadeias produtivas.

A presidência brasileira no grupo de trabalho de MPMEs desenvolveu três documentos estratégicos para solidificar institucionalmente o grupo de trabalho, gerar cooperação concreta e de longo prazo entre os países:

- Termo de Referência, com a definição do funcionamento

interno do GT, seus princípios operacionais, critérios de decisão por consenso e mecanismos de comunicação contínua. Também prevê coordenação transversal com outros grupos do BRICS e o compartilhamento sistemático de boas práticas, resultados e projetos-piloto entre os países.

- Plano de Ação para as MPMEs 2025-2030 estruturado em três eixos - intercâmbio de informações, sinergia empresarial e acesso a mercados. Estabelece uma rota clara para fortalecer a cooperação no setor. Dentre as ações previstas para os próximos anos, destaca-se o mapeamento de ecossistemas de PMEs e startups; a promoção de feiras e encontros empresariais; o incentivo a práticas sustentáveis e inclusivas; e o levantamento de plataformas digitais de apoio à internacionalização das MPMEs, inclusive no comércio intraBRICS.
- Lista de contatos institucionais de cada país membro, para facilitar a articulação direta e prática entre os diferentes atores dos ecossistemas empreendedores dos BRICS.

O MEMP também promoveu uma série de webinars “Transformação Digital na Era da Inteligência Artificial - Capacitando as PMEs nos países BRICS para um futuro competitivo”. Os webinars foram realizados dia 13 de março (Impacto da Inteligência Artificial – IA e das tecnologias digitais no desenvolvimento das MPMEs do BRICS) e 02 de abril (Acesso a Mercados e Internacionalização para MPMEs dos BRICS).

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Conduzir as discussões sobre MPEs no âmbito dos BRICS durante a presidência brasileira dos BRICS, em especial no CGETI, no PartNIR e no Fórum BRICS de MPEs. Organizar os eventos do MEMP na Presidência dos BRICS 2025.

**Ação:** Coordenação do Grupo Ad-Hoc de Micro, Pequenas e Médias Empresas (GAHMPMEs)

**Objetivo:** Coordenar a participação do MEMP na Presidência brasileira do Mercosul no segundo semestre de 2025.

**Unidade responsável:** ASINT

**Impacto esperado:** Condução das discussões sobre MPMEs na Presidência brasileira do Mercosul no segundo semestre de 2025 e

estabelecer uma agenda permanente e previsível para o bloco.

**Principais resultados em 2025:** No âmbito da Presidência brasileira do Mercosul, o MEMP coordenou o Grupo Ad-Hoc de Micro, Pequenas e Médias Empresas (GAHMPMEs), tendo aprovado um roteiro para MPMEs 2025-30, no intuito de trazer maior continuidade e previsibilidade ao trabalho realizado pelo grupo, ao mesmo tempo em que estabelece iniciativas prioritárias ao tema em eixos como ambiente empresarial, intercâmbio de boas práticas para MPMEs na região, transformação digital, acesso a mercados, integração produtiva regional e acesso a financiamento. Pretende-se também promover discussão sobre plataformas comerciais e a implementação do capítulo de MPMEs nos acordos comerciais. Além disso, foi realizado no dia 14/08 o webinar “Transformação digital na era da Inteligência Artificial (IA): fortalecendo as MPMEs do MERCOSUL para um futuro competitivo”.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Articular com a próxima presidência pró-tempore para transformar o grupo ad hoc de MPMEs em instância permanente no Mercosul e encorajar as presidências seguintes a executarem o Roteiro aprovado, participando ativamente das ações propostas.

Ressalta-se que algumas ações na área internacional não tiveram progresso em 2025, entretanto deve ter avanços em 2026: Memorando de Entendimento entre o MEMP e o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Memorando de Entendimento

para Cooperação em Políticas Públicas para as MPMEs entre o MEMP e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China, Memorando de Entendimento entre o MEMP e a APEX-Brasil e Acordo de Cooperação Geral entre o MEMP e o SEBRAE.



### CARTÃO MEI

**OUTRA INICIATIVA** de destaque é o Cartão MEI, lançado em 2024 em parceria com o Banco do Brasil, e que, ao longo de 2025, apresentou resultados expressivos em adesão e impacto. Desenvolvido exclusivamente para os microempreendedores individuais - MEIs, o Cartão tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento do empreendedorismo no país.

Com funcionalidades de débito e crédito, o Cartão MEI facilita as transações financeiras do dia a dia e ainda oferece acesso a plataformas de capacitação e engajamento profissional. Seu design exclusivo — com logomarca personalizada voltada ao

público MEI — e o QR Code integrado têm simplificado o acesso direto ao Portal do Empreendedor, onde estão disponíveis informações, serviços e ferramentas essenciais para o crescimento dos negócios.

Até 2025, já foram mais de 100 mil requisições, com mais de 85,7 mil cartões emitidos, evidenciando o sucesso da iniciativa e sua ampla aceitação entre os microempreendedores. O Cartão MEI não apenas promove praticidade financeira, mas também reforça o compromisso com a formalização, a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos MEIs — que representam um dos pilares mais dinâmicos da economia brasileira.

### EMPREENDER CLIMA

**PLATAFORMA ONLINE** desenvolvida a partir do acordo tripartite celebrado por MEMP, OEI e Sebrae em fevereiro de 2024, para o fortalecimento do empreendedorismo climático. Conta com parceria também do BNDES. Permite o cadastro de empreendedores e o acesso a informações, trilhas de conhecimento e mecanismos de acesso a financiamento verde, incluindo um gerador de documento de pré-enquadramento para acesso ao Fundo Clima.

Por meio da plataforma, micro e pequenos empreendedores passam a ter acesso gratuito e simplificado a trilhas de conhecimento sobre ação climática e a linhas de financiamento verde que dependem da apresentação de projetos de investimento (como o Fundo Clima).

A plataforma oferece cursos inéditos, direcionados e gratuitos a esses empreendedores e -acesso a um gerador de projetos de pré-enquadramento ao Fundo Clima, que podem facilitar o acesso a recursos a juros muito mais baixos que os de mercado para o financiamento de projetos climáticos.

Iniciativas como coleta seletiva e gestão de resíduos, projetos ligados a florestas e uso sustentável do solo, ações de preservação da biodiversidade, soluções para cidades resilientes ou investimentos em energia limpa já eram financiáveis pelo Fundo Clima. Na prática, porém, muitos pequenos empreendedores esbarravam em barreiras técnicas para estruturar seus projetos e atender às exigências de apresentação — justamente o tipo de obstáculo que o Empreender Clima foi criado para superar.

Com isso, micro e pequenos empreendedores podem passar a ter condições efetivas de se engajarem no ODS 13, além de serem atingidos, também, os ODSs 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11 e 17, a depender do tipo de projeto financiado a partir do Fundo Clima.

O objetivo é reduzir barreiras históricas e garantir que o crédito climático não fique restrito a grandes corporações, mas alcance a base produtiva que move o país.

Link: [Empreender Clima – Impulsiona o empreendedorismo climático no Brasil](#)

## 5. DESENVOLVER UMA GESTÃO E GOVERNANÇA RESPONSIVA, TRANSPARENTE E EFICIENTE

O MEMP é um ministério novo e tem como desafio importante estruturar instrumentos de governança que auxiliem no alcance dos objetivos do órgão, avaliando o contexto em que está inserida a organização, direcionando sua atuação e monitorando seus resultados. Esses mecanismos devem ser adequados à sua estrutura, transparentes e eficientes em relação às suas funções. Além disso, deve promover uma gestão responsiva e eficiente, que se ocupe de planejar, organizar, executar e controlar o progresso de seus projetos e processos, buscando garantir a realização de entregas com eficiência, eficácia e melhor custo-benefício.

### ÁRVORE DE NECESSIDADES:



Principais unidades responsáveis: Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva

Em relação à cadeia de valor, os macroprocessos que se correlacionam mais diretamente ao objetivo estratégico são “Planejamento, gestão estratégica e administrativa” e “Gestão de controles, riscos, correição e integridade”.

As iniciativas e indicadores deste objetivo foram relatos ao longo do relatório, em especial, seção 4.2.

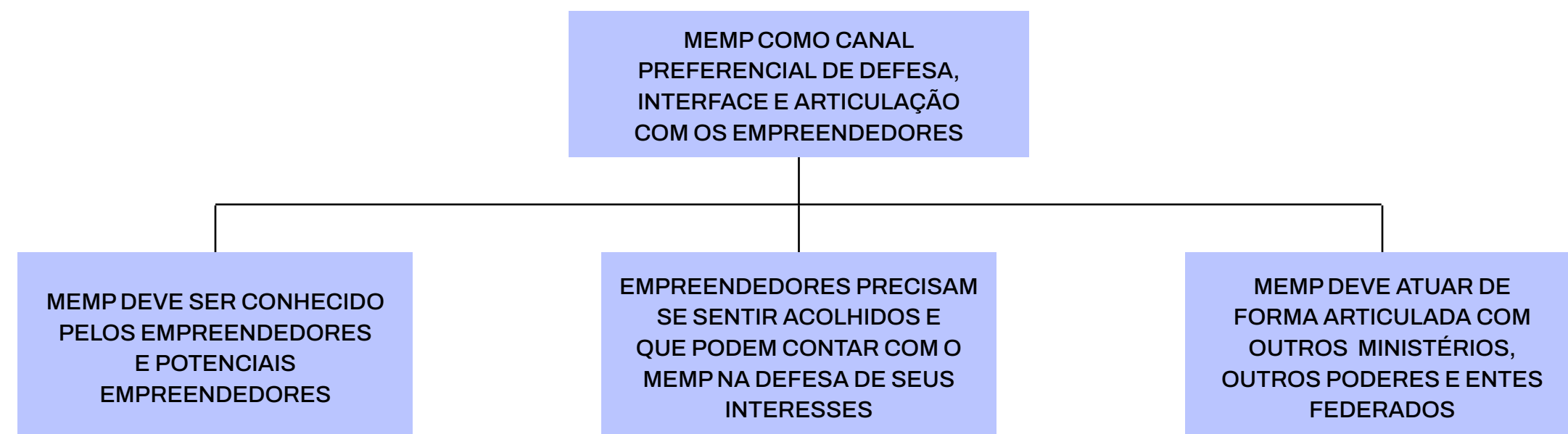
**6. FORTALECER O MEMP COMO CANAL PREFERENCIAL DE INTERFACE, ALINHAMENTO E DEFESA DOS EMPREENDEDORES**

O Ministério busca ser a porta de entrada para o empreendedor dentro do Poder Executivo, propiciando um canal preferencial para receber, orientar, atender e responder adequadamente os empreendedores quanto às suas demandas e necessidades.

Da mesma forma, o MEMP deve atuar de forma articulada e em rede com outros ministérios, por meio da atuação colegiada e organização da mobilização dos atores, promovendo a colaboração e a sinergia em torno das necessidades dos empreendedores.

Também deve ser um espaço de diálogo, de construção coletiva e de presença capilar para alavancar o empreendedorismo no Brasil, mobilizando e impactando diretamente os empreendedores e as comunidades. Nesse sentido, importante o fortalecimento das instâncias e mecanismos de representação, interação e comunicação com seu público e as partes interessadas nos temas de competência da instituição.

**ÁRVORE DE NECESSIDADES:**



Principal secretaria responsável: Gabinete do Ministro

Em relação à cadeia de valor, o macroprocesso que se correlaciona mais diretamente ao objetivo estratégico é “Gestão da comunicação e relacionamento institucional (parlamentares, entes federativos, organismos internacionais, países e sociedade)”.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

**Indicador:** Número de temas transversais de diversidade com participação do MEMP

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	0 (2023)	
	2024	2025
Metas	3	4
Desempenhos	4	6

No exercício de 2025, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) consolidou sua atuação em **06 (seis) eixos transversais de diversidade**, superando a meta estabelecida. A estratégia institucional focou na inclusão produtiva e no fortalecimento de ecossistemas empreendedores para grupos historicamente minorizados, por meio das seguintes frentes:

- **Direitos Humanos e Inclusão (PCD e LGBTQIA+):** Participação ativa no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Empresas, com foco na construção de diretrizes para o setor privado e promoção do trabalho digno.

- **Empreendedorismo Feminino:** Lançamento do ProCred 360, com condições diferenciadas de acesso ao crédito para empresas lideradas por mulheres (limite de empréstimo ampliado para até 50% do faturamento anual, frente aos 30% das demais modalidades).
- **Juventude Empreendedora:** Estabelecimento de parceria estratégica com a **Brasil Júnior**, visando o fomento ao empreendedorismo universitário e a capacitação de jovens lideranças. Lançamento do Manual do Jovem empreendedor, iniciativa resultante da articulação entre o MEMP e a Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República.
- **Povos Indígenas e Bioeconomia:** Articulação com o Ministério dos Povos Indígenas e a **FUNAI** para a viabilização do Espaço Biodiversidade na **COP30**, promovendo a comercialização de produtos indígenas e a integração com cadeias sustentáveis.
- **Ressocialização e Cooperativismo:** Parceria com cooperativas de mulheres restritas

de liberdade e egressas do sistema penitenciário para participação na COP30, visando a abertura de mercado de trabalho e a inclusão social via empreendedorismo coletivo.

**Indicador:** Percentual de respostas satisfatórias em relação às demandas dos microempreendedores (referente às manifestações e demandas recebidas pela Ouvidoria)

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	99,93% (2024)	
	2024	2025
Metas	-	99,9%
Desempenhos	99,86%	98,91%

**Análise:** O desempenho do índice de respostas do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) em 2025, que alcançou 98,91%, ainda que ligeiramente abaixo da meta institucional de 99,9%, deve ser analisado à luz do aumento real da demanda de manifestações em relação ao período de referência de 2024.

Conforme os dados consolidados da Ouvidoria, o período de março a dezembro de 2024 registrou 1.446 manifestações, enquanto o período de janeiro a dezembro de 2025 apresentou 1.491 manifestações, o que representa um crescimento no volume de demandas encaminhadas pela sociedade ao MEMP. Esse aumento, embora numericamente modesto, impacta diretamente o indicador, pois quanto maior o volume de registros, maior é a complexidade operacional para garantir o encerramento tempestivo de 100% das manifestações dentro dos prazos regulamentares.

Esse crescimento reflete, de forma positiva, a ampliação do acesso da população aos canais de participação social, a maior visibilidade institucional do MEMP e o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, que naturalmente geram mais solicitações, pedidos de informação, reclamações e interações com os cidadãos.

Mesmo diante desse cenário de maior demanda, a Ouvidoria do MEMP manteve um patamar elevado de desempenho, com 98,91% das manifestações respondidas dentro do prazo, o que evidencia alta eficiência, compromisso institucional e maturidade do modelo de governança da Ouvidoria. A pequena diferença em relação à meta decorre de casos pontuais que exigiram maior tempo

de tramitação interna, em especial manifestações que demandaram análise técnica aprofundada ou articulação com unidades finalísticas e órgãos parceiros.

Assim, o resultado de 2025 não caracteriza perda de eficiência, mas sim um efeito estatístico associado ao aumento do volume e da complexidade das demandas, devendo ser interpretado como compatível com um órgão que vem ampliando seu alcance, suas políticas públicas e sua interação com a sociedade.

Além dos indicadores anteriores, o Ministério monitora o alcance das publicações em redes sociais sobre as ações e programas do MEMP. Em 2025, verificou-se 741.480 visualizações nas redes Instagram e TikTok.

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:**

**Iniciativa:** Estabelecer uma política de comunicação para ampliar a visibilidade das iniciativas desenvolvidas pelo MEMP

**Objetivo:** Elaboração de documento formalizado internamente sobre as diretrizes, responsabilidades, fluxos decisórios, manuais de identidade visual, orientações para portavozes etc.

**Unidade responsável:** Assessoria Especial de Comunicação Social – ASCOM

**Impacto esperado:** Facilitar e incentivar a divulgação de informações sobre as ações do Ministério

**Principais resultados em 2025:** Elaborada minuta de política, que está em análise e validação junto à Secom.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Previsão de publicação do decreto até fevereiro de 2026.

**Iniciativa:** Estruturar o setor de Comunicação Corporativa e Publicidade

**Objetivo:** Realização dos processos de contratação de empresas de Comunicação Corporativa e Publicidade para apoio estratégico às ações de comunicação institucional.

**Unidade responsável:** ASCOM

**Impacto esperado:** Ampliar ferramentas e capacidades do Ministério em comunicar suas ações ao seu público-alvo, garantindo maior alcance e consistência na divulgação institucional.

**Principais resultados em 2025:** No âmbito do processo de estruturação do setor de Comunicação Corporativa e Publicidade deste Ministério, foram devidamente elaborados e preenchidos todos os instrumentos exigidos

para a formalização da proposta, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Foram concluídos e encaminhados oficialmente ao MGI.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Aguardar retorno do MGI para dar prosseguimento às etapas de implementação, contratação e execução do plano de mídia institucional.

**Iniciativa:** Lançar pesquisas na plataforma **Participa Brasil**.

**Objetivo:** Identificar nas áreas fins consultas que podem ser realizadas na plataforma.

**Unidade responsável:** Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD

**Impacto esperado:** Ampliar participação social no Ministério.

**Principais resultados em 2025:**

As consultas públicas realizadas no âmbito do MEMP foram conduzidas pelo DREI/SANE e focaram na modernização e simplificação do registro público de empresas, conforme sintetizado na tabela de consolidação a seguir:

UNIDADE	OBJETO DA CONSULTA PÚBLICA	PERÍODO	RESULTADO NORMATIVO
DREI	Alteração das INs DREI nº 81 e 77	Abr/Maio 2024	IN DREI nº 1/2024
DREI	Simplificação e Revogação de dispositivos	Set/Out 2024	IN DREI nº 1/2025
DREI	Exame para Tradutor e Intérprete Público	Abr/Maio 2025	IN DREI nº 2/2025
DREI	Registro de Sociedades Cooperativas	Maio 2025	IN DREI nº 3/2025

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Ampliar a divulgação das consultas públicas no Participa Mais Brasil, buscando o aumento do engajamento qualitativo e maior representatividade das MPEs e grupos minorizados nas contribuições.



## COP30

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte se envolveu ativamente nas atividades da COP 30.

Por meio de grupo de trabalho interno específico, organizou a participação do Ministério no evento. A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, foi realizada em Belém, entre 10 e 21 de novembro de 2025.

A atuação do MEMP concentrou-se em duas frentes estratégicas: (i) a coordenação e operacionalização do “Espaço da Biodiversidade – Produtos Sustentáveis do Brasil” na Zona Verde; e (ii) a coordenação, liderança e participação em painéis de alto nível na Zona Azul (Agenda de Ação oficial).



### A. ESPAÇO DA BIODIVERSIDADE – PRODUTOS SUSTENTÁVEIS DO BRASIL

O “Espaço da Biodiversidade” foi concebido como parte de uma feira sustentável na área institucional da COP30, sob articulação da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), em colaboração com o MEMP e outros ministérios (Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), contando com o apoio técnico da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOP).

O estande do MEMP foi realizado em parceria estratégica com a Organização Brasileira de Cooperativas (OCB), focando na exposição, comercialização e valorização de produtos oriundos de cooperativas de mulheres, associações de artesãos e empreendimentos de economia solidária que integram o Sistema OCB. A ação reforça o compromisso do Governo Federal em valorizar as “economias sustentáveis” – compreendidas como sociobioeconomia, economia solidária, economia circular, agricultura familiar agroecológica e empreendedorismo comunitário – que respondem por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e movimentam mais de R\$ 1,6 trilhão anualmente, promovendo a diversidade, a inovação e a conservação dos seis biomas brasileiros.

O estande do MEMP demonstrou um forte desempenho comercial, alinhado à valorização do consumo responsável e da transição para economias verdes e inclusivas:

INDICADOR	RESULTADO
Valor Total das Vendas Registradas	R\$ 137.000,00 (Cento e trinta e sete mil reais)
Quantidade de Produtos Vendidos	3.955 unidades
Empreendimentos Expositores	11 cooperativas e associações participantes
Regiões Representadas	5 regiões brasileiras (destaque: Norte – PA, AM, TO – e Sudeste – MG e ES).
Principais Produtos	Chocolates amazônicos, castanhas, cacau nativo, artesanato, cerâmica e biojoias.



Os resultados obtidos evidenciam não apenas viabilidade comercial, mas também o potencial transformador de modelos de empreendedorismo que conjugam geração de renda com conservação ambiental e inclusão social.

### Alinhamento Estratégico e Eixos de Participação

O portfólio de expositores confirmou o conceito transversal do espaço, convergindo múltiplos eixos de participação para o desenvolvimento de políticas públicas de empreendedorismo de base sustentável:

#### Eixo 1: Sociobioeconomia e Saberes Tradicionais

A participação de cooperativas como COOPERAR (Amazonas), CAMPPAX (Pará) e CACAUWAY (Pará) evidenciou o potencial do extrativismo sustentável de “floresta em pé” e de cadeias agroflorestais inovadoras, baseadas em cacau nativo, castanhas amazônicas e produtos não madeireiros. Destacou-se a parceria direta com comunidades indígenas, particularmente no caso da Cacaaway, que articula conhecimentos ancestrais com práticas comerciais responsáveis. A cooperativa TURIARTE (Pará) reforçou o papel dos artesãos ribeirinhos como guardiões ativos da biodiversidade, utilizando técnicas ancestrais de tecelagem e transformação de fibras naturais.

#### Eixo 2: Economia Solidária e Inclusão Social

A COOSTAFE (Pará), primeira cooperativa de mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil, destacou-se como caso emblemático de sucesso em empreendedorismo comunitário sustentável. A iniciativa demonstra concretamente a força da economia solidária como ferramenta eficaz de inclusão social, resgate de dignidade e redução da reincidência criminal. A participação da COOSTAFE na COP30 reafirma o compromisso do Governo Federal com políticas de segunda chance e empreendedorismo inclusivo.

#### Eixo 3: Agricultura Familiar de Base Agroecológica

Cooperativas como COOPFAM (Minas Gerais) e CAFÉSUL (Espírito Santo), produtoras de cafés especiais e orgânicos certificados, reafirmaram a importância da agricultura familiar agroecológica na transição climática. Esses empreendimentos demonstram excelência em qualidade de produto e adoção de práticas de Comércio Justo (Fairtrade), gerando renda digna para famílias de agricultores e contribuindo para a conservação de solos e biodiversidade.

#### Eixo 4: Economia Criativa Sustentável

As cooperativas XAMBIART (Tocantins), COPAMART (Amazonas) e MULHERES DE BARRO (Pará) representaram a economia criativa como vetor de transformação sustentável, convertendo sementes, fibras naturais e argila em biojoias, cerâmicas funcionais e artefatos de design contemporâneo. Essas iniciativas valorizam a cultura, o patrimônio territorial e o protagonismo de mulheres artesãs, gerando oportunidades econômicas sem desprender-se do territorialismo e da identidade cultural.



### Análise Estratégica e Legado

Os resultados consolidados do Espaço da Biodiversidade constituem evidência concreta de que o MEMP, por meio da ASPAD, está posicionado como ator estratégico na interface entre políticas de empreendedorismo inclusivo e a pauta climática e ambiental global. A ação materializou a capacidade de articulação governamental federativa e interministerial, demonstrando a robustez das “economias sustentáveis” brasileiras em gerar valor agregado econômico, inclusão social e conservação ambiental simultaneamente. O legado do Espaço da Biodiversidade transcende as vendas realizadas: consolida um modelo replicável de integração entre pequenos negócios, cooperativismo, respeito à sociobioeconomia e transição climática.

#### B. AGENDA INSTITUCIONAL COMPLEMENTAR – PARTICIPAÇÃO EM PAINÉIS E LANÇAMENTOS DE ALTO IMPACTO

Além das atividades no Espaço da Biodiversidade, o MEMP/ ASPAD coordenou, liderou ou participou de iniciativas de grande

relevância na Zona Azul da COP30 (Agenda de Ação oficial) e em espaços de organizações internacionais, consolidando o posicionamento do Ministério como ator relevante em financiamento climático, empreendedorismo verde e transição justa de pequenas e médias empresas.



### Lançamento da Plataforma Empreender Clima — 17/11/2025

O lançamento da plataforma digital Empreender Clima (<https://empreenderclima.org.br/>), realizado na Zona Verde da COP30, apresentou ao público uma ferramenta desenvolvida pelo MEMP em parceria com Sebrae, BNDES, OEI e outras entidades. A plataforma reúne serviços para ampliar o acesso de micro e pequenas empresas a crédito verde, capacitação técnica, mapeamento de oportunidades de financiamento climático e aceleração de negócios sustentáveis, alinhando o país às metas internacionais de transição para uma economia de baixo carbono.

A apresentação na COP30 consolidou a iniciativa como um legado estratégico da conferência, reforçando o papel do Brasil e do MEMP na promoção do empreendedorismo sustentável. O lançamento evidencia o compromisso do Governo Federal em ampliar o acesso de MPMEs ao financiamento verde e apoiar seu protagonismo na transição climática justa, posicionando o país como referência sul-americana em inclusão econômica verde.

### Coordenação do Painel “Promising Avenues to Streamline Climate Finance and Support for Startups and SMEs in Developing Countries” — 19/11/2025

O painel, realizado na Zona Azul da COP30, reuniu especialistas e autoridades para discutir estratégias de ampliação do acesso a finanças climáticas por startups e pequenas e médias empresas em países em desenvolvimento. O debate abordou desafios estruturais da região — como Brasil, América Latina e Caribe — e destacou mecanismos inovadores para facilitar crédito, investimento e instrumentos financeiros voltados à transição verde.

O MEMP coordenou e moderou o painel, apresentando iniciativas brasileiras como a plataforma Empreender Clima, programas de crédito verde e parcerias com o BNDES. A condução do

Ministério buscou estimular diálogo entre governos, instituições financeiras e setor privado, fortalecendo o reconhecimento internacional do Brasil como referência em inclusão de MPMEs na agenda climática. A expectativa central foi consolidar o protagonismo do MEMP em inovação financeira e inclusão de MPMEs em agendas climáticas globais e difundir boas práticas nacionais para integração de pequenos negócios às finanças verdes.

### Participação no Workshop “Global South Cleantech Entrepreneurship Alliance Workshop” – 17/11/2025

O workshop, realizado na Zona Azul, reuniu atores do Sul Global para discutir o fortalecimento do empreendedorismo em tecnologia limpa, e o MEMP participou apresentando iniciativas brasileiras de apoio a startups e PMEs de tecnologia limpa, destacando ações de integração desses empreendimentos a redes internacionais de cooperação e acesso a mercados; a presença do Ministério ampliou sua visibilidade em ecossistemas globais de inovação verde e reforçou o posicionamento do Brasil como produtor de soluções de baixo carbono inovadoras.

### Participação no Diálogo “Inovação, Financiamento e Empreendedorismo Sustentável: Compromissos Conjuntos na COP30” – 18/11/2025

O diálogo realizado na Zona Verde da COP30, reuniu governos, organismos internacionais, academia, ecossistemas de inovação e sociedade civil para articular compromissos conjuntos em torno do empreendedorismo sustentável como motor da transição climática; o MEMP contribuiu com perspectivas de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo inclusivo, crédito verde, capacitação técnica e simplificação regulatória para pequenos negócios, reforçando o compromisso institucional do Ministério com a promoção de inovação e empreendedorismo como estratégias centrais para uma transição climática justa e inclusiva.

### Participação no Workshop “Savannah at COP30: Expanding ESG Reporting” – 18/11/2025

O workshop realizado no espaço do PNUD, discutiu a ampliação e padronização de práticas de reporte ESG para empresas, com foco em transparência e critérios de sustentabilidade; o MEMP participou como ator governamental interessado em adaptar essas metodologias à realidade das micro e pequenas empresas brasileiras, destacando a importância dessas métricas para acesso a financiamentos verdes e investimentos responsáveis, contribuindo para inserir os pequenos negócios — tradicionalmente pouco contemplados nessas agendas — no debate internacional sobre sustentabilidade corporativa.

### Participação no Painel “The Green Transition of SMEs in the LAC Region” – 19/11/2025

O painel realizado no pavilhão virtual da OCDE, discutiu caminhos para acelerar a transição verde de pequenas e médias empresas na América Latina e Caribe; o MEMP apresentou iniciativas brasileiras como crédito verde via BNDES, capacitação técnica pelo Sebrae e a plataforma Empreender Clima, destacando instrumentos que facilitam a adaptação das MPMEs às exigências climáticas. A participação reforçou o diálogo Brasil-OCDE sobre políticas inclusivas de descarbonização e consolidou o reconhecimento internacional das soluções brasileiras de apoio ao empreendedorismo verde em contextos marcados por desigualdades regionais.

### Repercussão na Mídia e Amplificação Comunicacional

Além das atividades presenciais, o MEMP conduziu uma estratégia integrada de comunicação para amplificar o alcance das mensagens sobre a plataforma Empreender Clima e a agenda do Ministério na COP30. Foram realizadas entrevistas em veículos de grande circulação:

- **Programa COP30 Entrevista (Empresa Brasil de Comunicação – EBC):** alcance nacional em rádios públicas federais.
- **Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM):** integração da agenda MEMP aos destaques governamentais da conferência.
- **Voz do Brasil:** transmissão em todas as emissoras afiliadas (cobertura nacional).
- **Agência Broadcast:** circulação entre públicos especializados (mídia empresarial, mercado financeiro).
- **Rádios estaduais e regionais:** Grande Rio AM (Petrolina/PE), Rádio Capital (São Paulo/SP) e Liga FM (Manaus/AM), garantindo cobertura territorial e relevância local.

**Resultado comunicacional:** Difusão ampla da plataforma Empreender Clima, mensagens sobre economia sustentável, cooperativismo e inclusão produtiva junto a públicos múltiplos (gestores de negócios, população em geral, empreendedores, comunicadores). A estratégia de mídia reforçou o posicionamento do MEMP como ministério comprometido com inovação em políticas climáticas e inclusão econômica.

**Valores aplicados:** R\$ 231.000,00

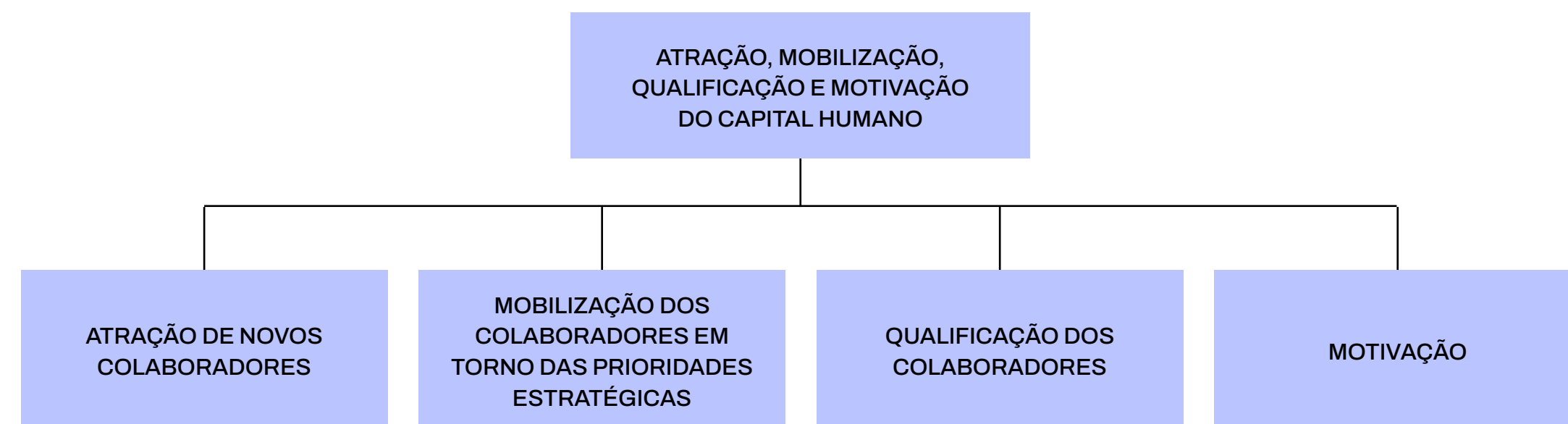
**Próximos passos:** Divulgar e ampliar o alcance da plataforma do empreendedorismo climático e participar da gestão brasileira da COP no ano de 2026.



**7. ATRAIR, MOBILIZAR, QUALIFICAR E MOTIVAR CAPITAL HUMANO**

O Ministério busca atrair novos colaboradores para composição da sua força de trabalho, com competências, habilidades e atitudes alinhadas aos valores e missão da instituição. Além disso, para realizar entregas que gerem impacto e transformação da realidade de nosso público-alvo, há necessidade de mobilizar, qualificar e motivar nossos colaboradores em torno da estratégia e das competências do órgão. A qualificação tem papel relevante também na atualização do corpo funcional às tendências que afetam o público do órgão e às tecnologias, métodos e técnicas que permitam uma melhor formulação, implementação, avaliação e aprimoramento das políticas e ações do órgão.

**ÁRVORE DE NECESSIDADES:**



Principal secretaria responsável: Secretaria-Executiva

Em relação à cadeia de valor, o macroprocesso que se correlaciona mais diretamente ao objetivo estratégico é “Planejamento, gestão estratégica e administrativa”.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

**Indicador: Número de servidores capacitados**

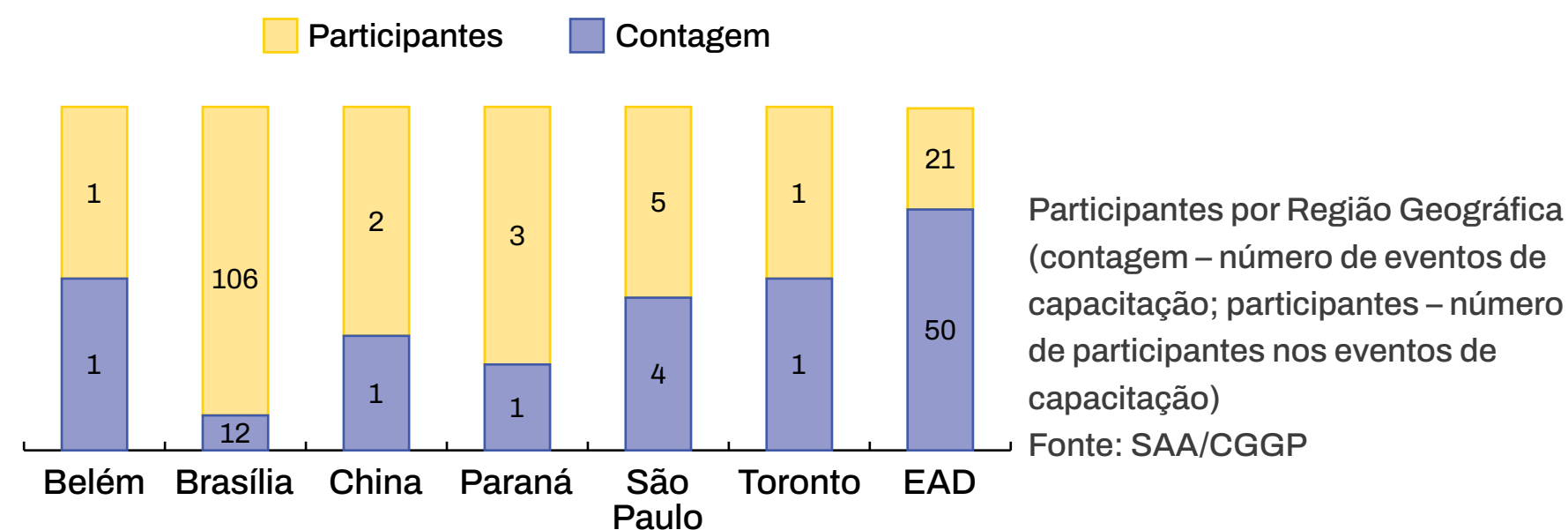
ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	NÃO SE APLICA	
	2024	2025
Metas	50	100
Desempenhos	102	139

**Análise:**

Ao longo de 2025, o conjunto de capacitações presenciais registradas demonstra a realização de vinte ações formativas, distribuídas principalmente entre o segundo e o terceiro trimestres do ano. Essas ações somaram 885 horas de carga horária ofertada e contou-se um total de 118 participações registradas.

A distribuição geográfica indica ocorrências tanto no território nacional quanto em eventos realizados fora do país, com variações de logística e organização associadas a deslocamentos, diárias e passagens, ainda que nem todas as ações demandassem esse tipo de despesa. A Figura a seguir reflete a distribuição geográfica das capacitações.

**PARTICIPANTES POR REGIÃO GEOGRÁFICA**



No que se refere às capacitações a distância, identifica-se um volume significativo de ações cursadas em formato remoto, com cinquenta matrículas registradas em diferentes cursos e eventos ofertados ao longo do ano. Essas iniciativas somaram aproximadamente 1.643 horas de capacitação, considerando a soma das cargas horárias informadas. As formações ocorreram em modalidades como cursos estruturados e eventos on-line, com cargas horárias variadas e início e término distribuídos ao longo do calendário anual, o que favorece a continuidade do desenvolvimento profissional sem necessidade de afastamento das atividades presenciais.

A comparação entre os dois formatos evidencia uma complementaridade entre ações presenciais e a distância, previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas. As atividades presenciais concentram-se em eventos de maior duração ou caráter estratégico, enquanto o portfólio de cursos EAD amplia o alcance das oportunidades de aprendizagem, permitindo maior capilaridade e autonomia do servidor no processo de capacitação.

**Indicador:** Número de servidores atraídos pelos processos seletivos

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	NÃO SE APLICA	
	2024	2025
Metas	50	25
Desempenhos	57	3

**Análise:** Houve uma significativa queda em relação à atração de servidores. Foram publicados 5 editais no portal [oportunidades.sigepe.gov.br](https://oportunidades.sigepe.gov.br), no entanto, conseguimos atrair 3 servidores, sendo 2 por processo seletivo e 1 para composição da força de trabalho. Registre-se que 463 candidatos demonstraram interesse nas vagas ofertadas.

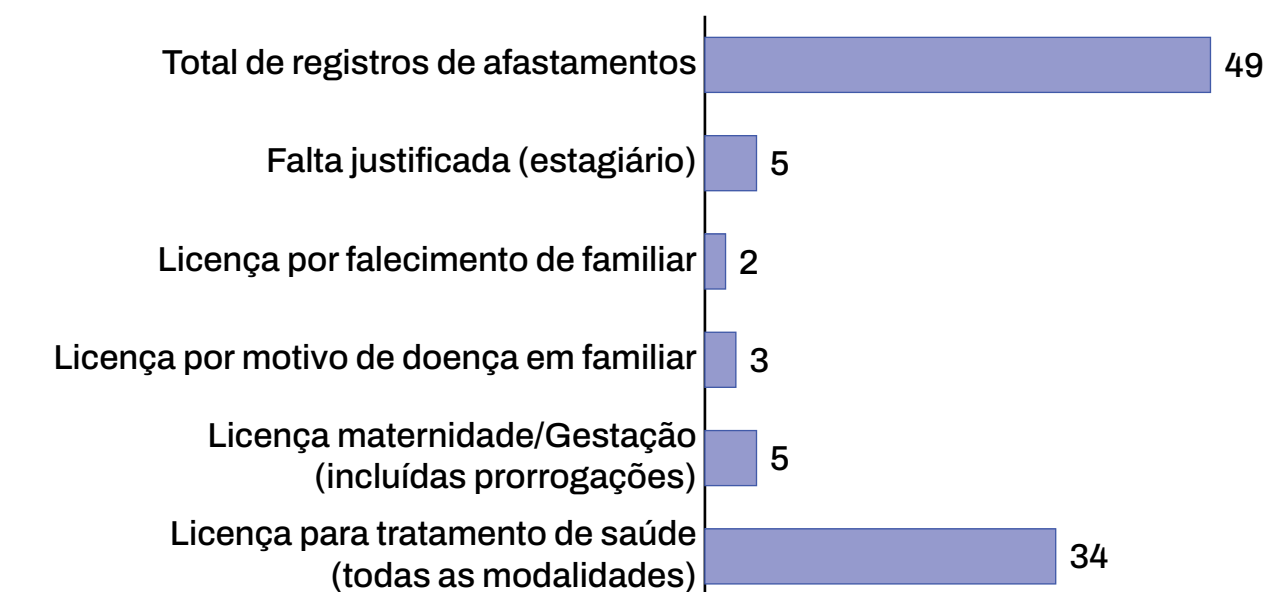
**Indicador:** Índice de absenteísmo

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	NÃO SE APLICA	
	2024	2025
Metas	15%	12%
Desempenhos	13%	18%

**Análise:** A análise dos registros de afastamentos de servidores do MEMP no período considerado indica a predominância de ausências associadas a eventos de saúde e a situações familiares legalmente previstas, configurando um quadro típico de absenteísmo funcional não programado.

Após a exclusão dos afastamentos relativos à capacitação, missões oficiais no exterior, foram identificados **49 registros de afastamentos** associados a absenteísmo por motivos de saúde e familiares, envolvendo **24 servidores distintos** no período analisado. A Figura a seguir representa a distribuição:

### ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO



Índice de Absenteísmo  
Fonte: SAA/CGGP

Em que pese o desempenho do indicador ultrapassar a meta, deve-se considerar a ocorrência de licenças maternidade e paternidade no exercício, bem como licenças por falecimento de familiar que não foram registradas na apuração anterior, mas pela sua natureza de sazonalidade, impactaram o índice.

O indicador de satisfação geral dos servidores não pôde ser mensurado em 2025 em razão da impossibilidade de realização da pesquisa de clima organizacional no período originalmente planejado. A aplicação do instrumento estava prevista para dezembro de 2025; entretanto, problemas técnicos no ambiente de coleta e consolidação das respostas advindos de fatores externos e fora do controle do ministério inviabilizaram a execução da pesquisa dentro do exercício. Diante desse cenário, optou-se por reagendar a aplicação para 2026, em período posterior às férias escolares, quando há maior presença da força de trabalho em efetiva atividade, o que permitirá alcançar uma amostra mais robusta e representativa.

A postergação visa preservar a qualidade metodológica do levantamento e assegurar maior confiabilidade aos resultados, que subsidiam o planejamento de ações de gestão de pessoas e de melhoria do ambiente organizacional.

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:**

**Iniciativa:** Desenvolvimento de Competências para a Promoção do Empreendedorismo e da Inovação no Setor Público (Trilhas de Aprendizagem)

**Objetivo:** Desenvolvimento de Competências para a Promoção do Empreendedorismo e da Inovação no Setor Público (Trilhas de Aprendizagem).

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** A iniciativa deve capacitar até 20% de servidores das Secretarias e Gabinete do Ministério, em ao menos uma trilha, fortalecendo a execução das políticas públicas na agenda do órgão.

**Principais resultados em 2025:** Iniciativa concluída. Lançadas as trilhas de aprendizagem na intranet do Ministério. Este espaço foi criado especialmente para oferecer conteúdos formativos, práticos e relevantes que fortalecem suas competências e ampliam a compreensão sobre a gestão pública.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Iniciativa concluída.



**Iniciativa:** Geração de inteligência sobre as ações de capacitação do MEMP

**Objetivo:** Acompanhar a realização das ações de capacitação previstas no plano MEMP, avaliando cobertura, frequência e alinhamento com o PCA.

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** Acompanhamento sistemático das capacitações, com dados sobre execução, frequência e avaliação das ações

**Principais resultados em 2025:** 168 ações de desenvolvimento (50 ead + 118 presenciais)

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Mapear todas as ações de capacitação previstas x executadas no PCA-2025; estabelecer ranking de unidades com maior aderência ao PCA

**Iniciativa:** Gestão dos processos de desligamento dos servidores

**Objetivo:** Criar um fluxo padronizado no SEI para orientar e registrar a saída de servidores, garantindo conformidade, transparência e agilidade.

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** Padronização e agilidade nos desligamentos, com redução de erros, aumento da transparência e conformidade, beneficiando 100% dos processos no SEI.

**Principais resultados em 2025:** Iniciativa concluída. 1 Formulário incluído no SEI

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Iniciativa concluída.

REGISTRO DE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR	
<b>ÓRGÃO DE EXERCÍCIO</b>	
<input type="checkbox"/> MDHC	<input type="checkbox"/> MDIC
<input type="checkbox"/> MMLLHERES	<input type="checkbox"/> MPI
<input type="checkbox"/> MEMP	<input type="checkbox"/> MESP
<input type="checkbox"/> MPO	<input type="checkbox"/> MPOR
<input type="checkbox"/> MF	<input type="checkbox"/> MGI
<input type="checkbox"/> MPS	<input type="checkbox"/> MTUR
<input type="checkbox"/> MIR	
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A)</b>	
Nome completo:	
Matrícula SIAPE:	
CPF:	
Cargo efetivo:	
Função comissionada / Cargo em comissão (se houver):	
Lotação atual (Secretaria / Coordenação):	
<b>2. DADOS DO DESLIGAMENTO</b>	
Tipo de desligamento:	<input type="checkbox"/> Exoneração e pedido (art. 34, I - Lei 8.112)
	<input type="checkbox"/> Exoneração de cargo em comissão (art. 35 - Lei 8.112)
	<input type="checkbox"/> Demissão (Lei 132 - Lei 8.112)
	<input type="checkbox"/> Aposentadoria (arts. 186 a 188 - Lei 8.112)
	<input type="checkbox"/> Falecimento (art. 33, VII - Lei 8.112)
	<input type="checkbox"/> Posse em outro cargo inacusável (art. 33, VIII - Lei 8.112)
	<input type="checkbox"/> Cassação de aposentadoria (art. 194 - Lei 8.112)
<input type="checkbox"/> Outros:	
Data de desligamento:	// /
Número e data da Portaria/ato de desligamento:	// /
<b>3. REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS (todas obrigatórias para conferência)</b>	
<input type="checkbox"/>	Entrega de crachá funcional/bastão
<input type="checkbox"/>	Renúncia em designações em perfis de sistemas (e TCE, Canal Solicite, e Aud etc.)

**Iniciativa:** Parceria com Escola de Governo para Pós-Graduação

**Objetivo:** Desenvolver diretrizes para ampliar e qualificar a formação de servidores em nível de pós-graduação no setor de empreendedorismo.

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** Aumentar a qualificação técnica e gerencial da força de trabalho em cinco anos.

**Principais resultados em 2025:**

Manifestação de interesse em contratação de vagas para cursos de especialização promovidos pela Enap (MBA em Gestão Pública / MBA em Gestão de Pessoas, Liderança e Inovação)

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Realização do processo seletivo (homologação das inscrições e 3 fases de seleção) e matrículas.

**Iniciativa:** Promoção do Bem-Estar Integral e Sustentável dos Servidores

**Objetivo:** Fomentar a saúde mental, o equilíbrio emocional e a qualidade de vida dos servidores por meio da adesão e engajamento com o Movimento Vida 360.

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** Espera-se ampliar em 10% a participação dos servidores em ações de saúde e bem-estar, promovendo melhorias mensuráveis na qualidade de vida e no equilíbrio emocional.

**Principais resultados em 2025:**

Alertar e conscientizar servidores e colaboradores sobre a doença que afeta milhões de pessoas e que pode ser prevenida e controlada com informação e mudança de hábitos. Essa iniciativa salva vidas, promove bem-estar e reduz custos com saúde, contribuindo para a promoção de ambientes de trabalho produtivos e saudáveis.

A iniciativa “Promoção do Bem-Estar Integral e Sustentável dos Servidores”, vinculada ao Movimento Vida 360, não alcançou integralmente os resultados previstos para 2025 em função de um imprevisto operacional ocorrido na etapa de execução das ações planejadas. A programação inicial previa a realização de palestra conduzida por profissional convidada, voltada ao fortalecimento da saúde mental, ao equilíbrio emocional e à promoção do bem-estar entre os servidores. Contudo, a palestrante declinou da participação próximo à data do evento, o que inviabilizou o cumprimento do

cronograma estabelecido. Diante do prazo reduzido para substituição e reorganização da agenda institucional, não foi possível realizar a atividade dentro do exercício. Para 2026, a iniciativa será reprogramada com maior antecedência na definição de fornecedores e palestrantes, inclusive considerando a possibilidade de contratação via GECC, de modo a mitigar riscos operacionais e assegurar a continuidade das ações de promoção da saúde e qualidade de vida no âmbito da força de trabalho.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Eventos relacionados ao Dia Nacional da Ética e ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Conclusão das campanhas periódicas de sensibilização sobre saúde mental e autocuidado.

**Iniciativa:** Promover eventos e dinâmicas de socialização

**Objetivo:** Organizar eventos para fomentar a rede de contatos entre empreendedores, estimulando a troca de experiências e o fortalecimento de parcerias no setor empresarial.

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** Aumentar a satisfação dos servidores e funcionários públicos,

resultando em um ambiente de trabalho mais colaborativo e produtivo.

**Principais resultados em 2025:** Roda de conversas: Integridade no Serviço Público: desafios e caminhos possíveis. A Roda de Conversa sobre Integridade no Serviço Público tem por objetivo reforçar a conduta ética e a credibilidade da organização. Ao debatermos os desafios e construirmos caminhos, fortalecemos a transparência, a prestação de contas e a confiança da sociedade, essenciais para uma gestão pública eficaz e responsável.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Iniciativa concluída.

**Iniciativa:** Relatório Gerencial PDP 2026

**Objetivo:** Mapear lacunas de competências e alinhar o PDP 2026 às necessidades reais da organização.

**Unidade responsável:** SAA/CGGP

**Impacto esperado:** Maior alinhamento entre as capacitações e as necessidades institucionais, com otimização de recursos e redução de até 10% nas lacunas de competências mapeadas.

**Principais resultados em 2025:** Iniciativa concluída. Em atendimento ao cronograma de levantamento de necessidades das ações de treinamento e desenvolvimento, no dia 29/9 enviamos via portal SIPEC o PDP/2026

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Iniciativa concluída.

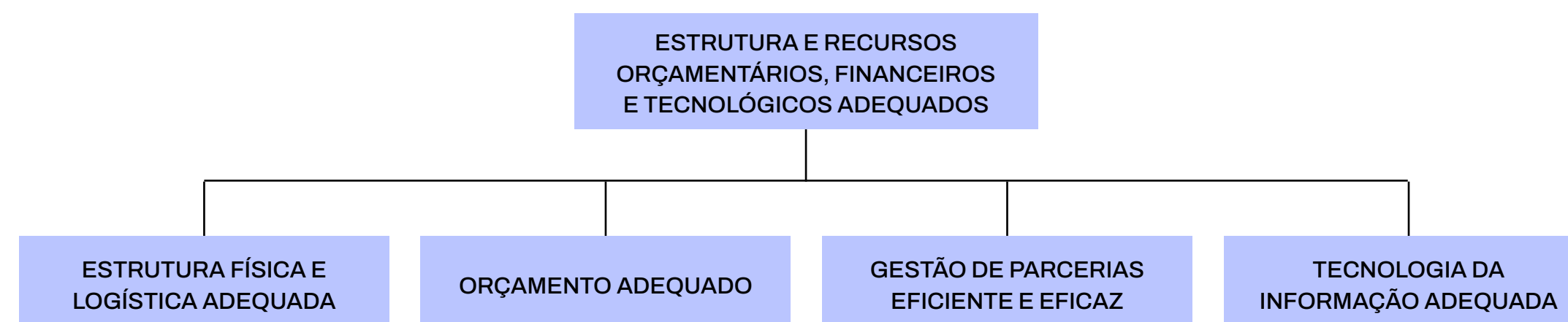
**8. PROVER ESTRUTURA E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E TECNOLÓGICOS ADEQUADOS**

Um desafio relevante é estruturar o novo ministério, tanto em termos físicos como também em recursos orçamentários, financeiros e tecnológicos, buscando atender aos processos e atividades que permitem a entrega de valor do órgão para a sociedade. Nesse sentido, a busca pelo atendimento às necessidades do órgão perpassa também pela busca de sinergia dentro do arranjo colaborativo, que centraliza atividades de suporte administrativo no âmbito do Poder Executivo Federal.

Em relação ao orçamento, é relevante garantir um orçamento adequado às atividades e políticas da instituição, buscando também alocar estrategicamente os recursos para maximizar o impacto das políticas públicas por ela geridas.

Faz-se igualmente necessário, aperfeiçoar os mecanismos de parcerias que permitem maior capilaridade à atuação do órgão. No que se refere à tecnologia de informação, é importante adequar e modernizar os sistemas e a infraestrutura tecnológica do órgão, para impulsionar o controle, monitoramento e execução das políticas do MEMP.

**ÁRVORE DE NECESSIDADES:**



Principal secretaria responsável: Secretaria-Executiva

Em relação à cadeia de valor, o macroprocesso que se correlaciona mais diretamente ao objetivo estratégico é “Planejamento, gestão estratégica e administrativa”.

**INDICADORES ESTRATÉGICOS:**

**Indicador:** Número de pessoas capacitadas em instrumentos de repasse

	ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	
	2024	2025
Metas	15	15
Desempenhos	6	20

**Análise:** Além da realização de capacitação presencial nos manuais internos de instrumentos de repasse, houve capacitação presencial específica com tema “Transferências Voluntárias Inteligentes: do Planejamento à Prestação de Contas”. As capacitações têm permitido maior

entendimento sobre os processos relativos à gestão de instrumentos de repasse pelos colaboradores do ministério.

**Indicador:** Percentual de progresso na elaboração do PDTIC

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	-	
	2024	2025
Metas	60%	100%
Desempenhos	45%	100%

**Análise:** PDTIC aprovado na 3ª Reunião Ordinária do CGE, no dia 06/05/2025 e publicado em resolução do MEMP no dia 23/05/2025.

**Indicador:** Nível de execução do PDTIC

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	-	
	2024	2025
Metas	-	60%
Desempenhos	-	73,8%

**Análise:** O nível de execução do PDTIC é detalhado no item 4.3.2.6.

**Indicador:** Índice de qualidade do gasto

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	-	
	2024	2025
Metas	-	100%
Desempenhos	-	95,9%

**Análise:**

O Índice de Qualidade do Gasto para o exercício de 2025 foi estabelecido com meta de 100%, correspondente à execução integral do orçamento autorizado. O desempenho apurado atingiu 95,9%, indicando elevado grau de execução orçamentária e aderência ao planejamento estabelecido.

A diferença residual em relação à meta decorreu de fatores externos à gestão da Unidade, notadamente os Decretos de Limitação de Empenho e Movimentação Financeira, que restringiram a assunção e o pagamento de despesas ao longo do exercício. Tais medidas condicionaram a execução ao limite definido pelo Poder Executivo, impactando diretamente o alcance da meta originalmente fixada.

Ainda assim, o resultado obtido evidencia eficiência na programação, priorização e alocação dos recursos, uma vez que a quase totalidade do orçamento foi empenhada, não se identificando falhas de planejamento ou de gestão. O desempenho alcançado reflete a capacidade institucional de adaptação às restrições fiscais vigentes, preservando a qualidade do gasto público mesmo em cenário de contingenciamento.

**Indicador:** Percentual de execução da estruturação do primeiro e segundo andares do Bloco J

ÍNDICE DE REFERÊNCIA:	50%	
	2024	2025
Metas	-	100%
Desempenhos	-	65%

**Análise:** Completou-se a estruturação do segundo andar e avançou-se em 30% a estruturação do primeiro andar.

Novo indicador foi aprovado para monitoramento – Valor das emendas parlamentares captadas pelo MEMP, objetivando manter/aumentar o montante orçamentário de emendas parlamentares captados para a implementação de políticas, programas e ações do Ministério voltadas ao empreendedorismo. Em 2025, a entrega de cartilhas e o atendimento aos parlamentares, com apoio no direcionamento e esclarecimento de questões relacionadas às emendas, alavancou o MEMP de um valor de R\$ 31.957.842,00 em 2025 para R\$ 36.800.000,00 em emendas individuais apresentadas para a LOA 2026, com exceção das emendas de comissão.

Em 2026, o ministério continuará motivando os deputados federais e senadores da República a somarem esforços junto ao MEMP em prol dos Microempreendedores Individuais, das Microempresas, das Empresas de Pequeno Porte e dos artesãos.

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:**

**Iniciativa:** Elaborar guia na intranet sobre instrumentos de repasse e capacitar interna e externamente sobre o tema.

**Objetivo:** Elaborar fluxos dos processos relativos a instrumentos de repasse, incluir guia na intranet e capacitar interna e externamente sobre o processo de gestão desses instrumentos.

**Unidade responsável:** Secretaria-Executiva - SE.

**Impacto esperado:** Ampliação do conhecimento da equipe do MEMP em relação à gestão dos instrumentos de repasse, ampliação da capacidade do MEMP e de seus partícipes em gerir e executar instrumentos de repasse.

**Principais resultados em 2025:** Após disponibilizado guias com mapeamentos dos processos relativos à gestão de instrumentos de repasse, TED e dispensa de TED desde a celebração, execução, ajustes nos planos de trabalho, aditivos e prestação de contas em 2025, o manual foi revisado com base em capacitação realizada em 2026. Além disso, prosseguiu-se com capacitações no tema no ministério.

**Valores aplicados:** Não se aplica.

**Próximos passos:** Continuidade das capacitações periódicas.

**Iniciativa:** Instituir política de patrocínio

**Objetivo:** Estabelecer uma política de patrocínios para o MEMP, com base na legislação vigente, que norteie o aporte de recursos em projetos patrocinados.

**Unidade responsável:** Assessoria Especial de Comunicação Social – ASCOM

**Impacto esperado:** Maior clareza e transparência sobre as regras, limites e normas a respeito da concessão de patrocínios pelo MEMP; favorecer maior eficácia, eficiência e efetividade do uso do instrumento.

**Principais resultados em 2025:**

Elaboração de minuta da Comissão de Patrocínio e do Manual de Patrocínio do MEMP. Após essa etapa, os documentos serão publicados e oficializados, estabelecendo diretrizes claras para a concessão de patrocínios pelo ministério.

Essa iniciativa visa garantir transparência, conformidade legal e eficiência no uso dos recursos destinados a patrocínios, assegurando que os aportes estejam alinhados aos

objetivos estratégicos do MEMP e às necessidades do setor empreendedor.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Validação interna e pela consultoria jurídica, além da publicação.

**Iniciativa:** Organizar fluxos, responsabilidades e prazos para temas de logística e estrutura física

**Objetivo:** Definir em conjunto com áreas afins, fluxos e responsabilidades relativos à tramitação dos diversos processos e temas envolvendo as atividades do MEMP. Prazos realistas para cada etapa do processo, levando em consideração as necessidades do projeto e os recursos disponíveis.

**Unidade responsável:** SAA/CGRL

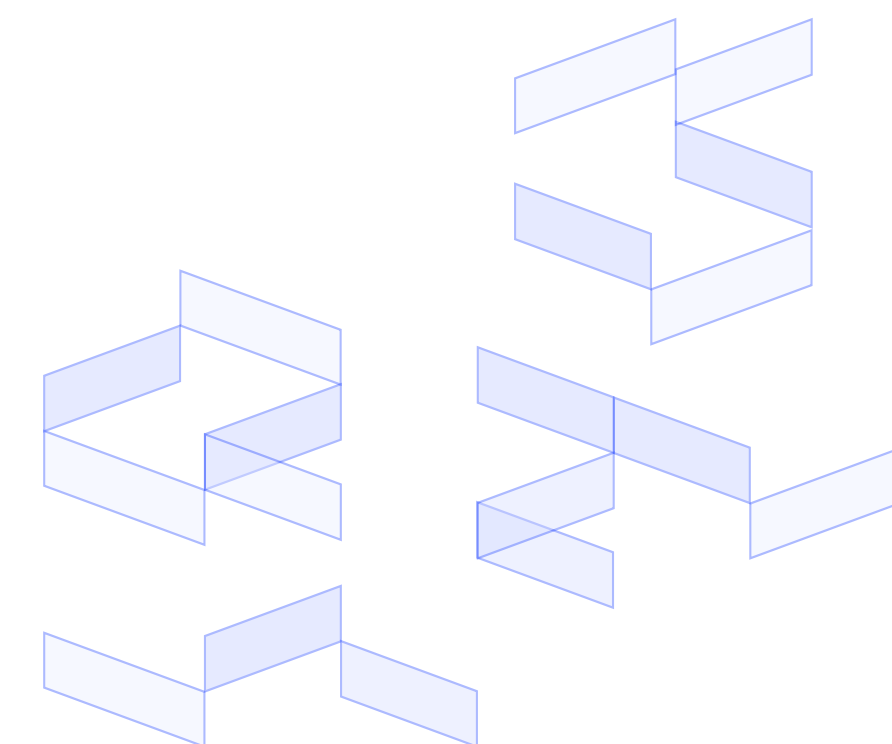
**Impacto esperado:** Com a implementação dessa iniciativa resultará em uma redução no tempo de tramitação, aumento da produtividade, melhoria na qualidade resultados, maior transparência e responsabilidades e fortalecimento da colaboração entre as coordenações. Esses impactos contribuirão significativamente para o sucesso geral do MEMP, permitindo que ele atinja seus objetivos de forma mais eficiente e eficaz.

**Principais resultados em 2025:** Fluxograma de patrocínio elaborado, apresentado e aprovado na primeira reunião de patrocínio, definindo os processos de concessão de patrocínio.

**Valores aplicados:** Não se aplica

**Próximos passos:** Definir o fluxograma referente aos processos de concessão de diárias e passagens – SCDP, assim como aos processos de execução de serviços de manutenção predial.

Outras iniciativas são relatadas na seção seguinte **4.3.2**.



## RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### PERFIL DO GASTO

O MEMP teve no exercício financeiro de 2025 um orçamento aprovado de R\$ 270.487 milhões, sendo ajustado para 219.909 milhões, sofrendo uma redução de 18,70% em cumprimento aos limites de movimentação e empenho estabelecido conforme o Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2025 e dá outras providências.

A execução orçamentária realizada por meio das unidades gestoras vinculadas ao MEMP atingiu o percentual de 86,67% do orçamento atual conforme a tabela 1 - Execução orçamentária.

**TABELA 1**  
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO**  
**ANO 2025**

Unidade Orçamentária: 69101 – Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Administração Direta

	RESULTADO PRIMÁRIO	DOAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUAL (b)	CRÉDITO EMPENHADO (c)	% EMPENHADO (d = c/b)
	Total	270.487.330	219.909.573	190.605.184	86,67%
0	Financeiro	202.306	232.725	221.629	95,23%
1	Primário obrigatório	21.612.929	22.007.929	20.811.932	94,57%
2	Despesa discricionária não obrigatória	216.014.247	162.111.071	134.013.780	82,67%
6	Emenda individual	32.657.848	35.557.848	35.557.843	100,00%

#### VALORES PAGOS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS

As três maiores despesas do MEMP foram com: elemento de despesas “41 – Contribuições”, que registra a maior despesa do MEMP em 2025, sofrendo uma redução de 8,18% em comparação ao ano de 2024. Logo depois, temos os gastos com “39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica”, com um aumento de 54,73%. Essas despesas representam as metas estipuladas no Planejamento Estratégico aprovado, destacam-se as ações voltadas ao programa do Artesanato Brasileiro – PA e aos Programas para a melhoria

do ambiente de negócios para o empreendedorismo. E na sequência vem as despesas “11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil” que mostram um aumento de 16,53%.

### VALORES PAGOS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade orçamentária 69101 – Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte  
Administração Direta

ELEMENTO DE DESPESA	4		3		1	
	INVESTIMENTO		CUSTEIO		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	ANO 2025	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2024
	VALORES PAGOS	VALORES PAGOS	VALORES PAGOS	VALORES PAGOS	VALORES PAGOS	VALORES PAGOS
Total	4.382.837	40.000	70.572.908	67.409.124	16.909.648	13.911.831
08			40.295	37.761		
11					13.869.838	11.577.818
13					2.269.411	1.872.528
14			1.064.070	421.808		
16					143.601	119.049
33			1.499.077	905.927		
36			85.881	905.927		
39			15.031.103	6.804.782		
41	1.099.073	40.000	50.954.280	56.652.816		
46			885.641	778.222		
49			12.059	13.504		
52	3.283.764					
92			30.784		8.314	
93			925.116	888.376		
96			44.603		618.483	342.435

## DESEMPENHO ATUAL EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO

Em 2025, o desempenho das despesas discricionárias, no âmbito da execução das Unidades Gestoras vinculadas ao MEMP, atingiu 82,67%, quanto o projetado era 100% da dotação atual. Um dos fatores que impossibilitaram o alcance da meta foi o bloqueio de dotações por força do Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025.

Já as despesas obrigatórias alcançaram a execução de 94,57%, em virtude de reajustes salariais e de servidores alocados no MEMP, provenientes do Concurso Nacional Unificado.

## PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Em 2024 e 2025 havia uma previsão de instituir uma Junta de Execução Orçamentária, em razão de fatores alheios à vontade desta setorial, não foi possível concretizá-la, entretanto, o projeto permanece uma prioridade para implementação em 2026.

As publicações de novos normativos para redução de limitação de movimentação e empenho e de desembolso financeiro podem afetar o planejamento de execução orçamentária e financeira do órgão para o exercício financeiro de 2026. Nesse contexto, o cronograma de execução orçamentária e financeira projetado poderá sofrer ajustes periódicos, visando a conformidade com os atos normativos que estabelecem a Programação Orçamentária e Financeira.

Ressalta-se a importância de realização de reuniões mensais com os gestores, tendo como pauta principal o planejamento e execução do orçamento o MEMP, para avaliação e monitoramento dos resultados da execução orçamentária e financeira durante o exercício.

## GESTÃO DE CUSTOS

### ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO:

	ORÇAMENTO ATUALIZADO (a)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (b)	% (c = b/a)	EXECUÇÃO FINANCEIRA (d)	% (e = d/b)
Total	219.909.573,00	210.883.080,28	95,9%	107.399.630,46	50,9%
Pessoal e Encargos Sociais	23.090.654,00	21.573.056,10	93,4%	18.723.983,36	86,8%
Administração da Unidade	14.754.029,00	14.699.072,19	99,6%	9.026.349,69	61,4%
Atividades Finalísticas	146.507.042,00	139.053.108,99	94,9%	70.549.297,41	50,7%
Emendas	35.557.848,00	35.557.843,00	100,0%	9.100.000,00	25,6%

O orçamento atualizado do MEMP para o exercício de 2025 totaliza R\$ 219.909.573,00, dos quais R\$ 210.883.080,28 foram executados orçamentariamente, correspondendo a 95,9% do crédito autorizado. A execução financeira alcançou R\$ 107.399.630,46, equivalente a 50,9% do orçamento atualizado.

A diferença entre o crédito autorizado e a execução plena decorre, sobretudo, dos **Decretos de Limitação de Empenho e Movimentação Financeira** vigentes ao longo do exercício, que restringiram a assunção e o pagamento de despesas discricionárias, condicionando a execução aos limites fixados pelo Poder Executivo, em conformidade com a legislação fiscal.

No grupo **Pessoal e Encargos Sociais**, a dotação de R\$ 23.090.654,00 apresentou execução orçamentária de R\$ 21.573.056,10 (93,4%) e execução financeira de R\$ 18.723.983,36 (86,8%), refletindo o caráter obrigatório e a previsibilidade dessas despesas.

Quanto à **Administração da Unidade**, o orçamento atualizado foi de R\$ 14.754.029,00, com execução orçamentária de R\$ 14.699.072,19 (99,6%) e execução financeira de R\$ 9.026.349,69 (61,4%). A diferença decorre,

principalmente, de despesas empenhadas vinculadas a contratos administrativos e serviços continuados, cujos pagamentos estão sujeitos a cronogramas contratuais e aos limites de movimentação financeira.

As **Atividades Finalísticas**, que concentram a maior parcela dos recursos, contaram com orçamento atualizado de R\$ 146.507.042,00, execução orçamentária de R\$ 139.053.108,99 (94,9%) e execução financeira de R\$ 70.549.297,41 (60,7%), evidenciando elevado nível de comprometimento orçamentário, com parte significativa das despesas ainda em fase de liquidação.

No que se refere às **Emendas**, o orçamento atualizado totalizou R\$ 35.557.848,00, com execução orçamentária praticamente integral (R\$ 35.557.843,00) e execução financeira de R\$ 9.100.000,00 (25,6%), em razão das condicionantes legais, operacionais e dos limites financeiros aplicáveis às emendas parlamentares.

Dessa forma, a execução orçamentária do MEMP em 2025 demonstra **alto grau de eficiência na alocação e no empenho dos recursos**, sendo a execução financeira inferior à orçamentária explicada por restrições legais e fiscais, bem como pelo estágio de execução das ações e contratos, não se configurando falhas de planejamento ou de gestão.

### ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL

#### ORÇAMENTO APROVADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

Em R\$ (reais)

RESULTADO PRIMÁRIO – RP	PROGRAMA DE GOVERNO				TOTAL (EM REAIS)	
	0032	0909	0910	2802		
	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E	EMPREENDEDORISMO E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA		
0	Financeiro	202.306,00			202.306,00	
1	Primário obrigatório	21.599.929,00	13.000,00		21.612.929,00	
2	Primário discricionário	16.196.094,00		20.000.000,00	179.818.153,00	216.014.247,00
6	Despesa discricionária decorrente de emenda individual				32.657.848,00	32.657.848,00
	Total	37.998.329,00	13.000,00	20.000.000,00	212.476.001,00	270.487.330,00

A elaboração do orçamento desta Unidade Orçamentária contou com a participação das áreas finalísticas do MEMP, assegurando alinhamento às prioridades, metas e objetivos definidos no Plano Estratégico institucional.

O orçamento aprovado para o exercício de 2025 totalizou R\$ 270.487.330,00, com predominância de despesas primárias discricionárias, evidenciando maior flexibilidade gerencial para direcionamento dos recursos conforme as prioridades estratégicas do Ministério.

As despesas primárias obrigatórias somam R\$ 21.612.929,00, integralmente alocadas no Programa 0032 – Gestão e Manutenção do Poder Executivo, refletindo seu caráter essencial e contínuo para o funcionamento administrativo.

As despesas primárias discricionárias totalizam R\$ 216.014.247,00, com destaque para o Programa 2802 – Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva, que concentra R\$ 179.818.153,00, evidenciando o foco estratégico do MEMP em ações finalísticas. O Programa 0032 contempla ainda R\$ 16.196.094,00 em despesas discricionárias, enquanto o Programa 0910 – Operações Especiais registra R\$ 20.000.000,00, destinados ao cumprimento de compromissos institucionais.

As emendas individuais, no montante de R\$ 32.657.848,00, foram integralmente alocadas no Programa 2802, reforçando a convergência entre as prioridades parlamentares e as políticas públicas finalísticas do MEMP.

Conclui-se que o orçamento de 2025 priorizou ações finalísticas e políticas públicas estruturantes, assegurando, simultaneamente, a cobertura das despesas administrativas e das obrigações legais e institucionais.

## GESTÃO DE PESSOAS

### CONFORMIDADE LEGAL

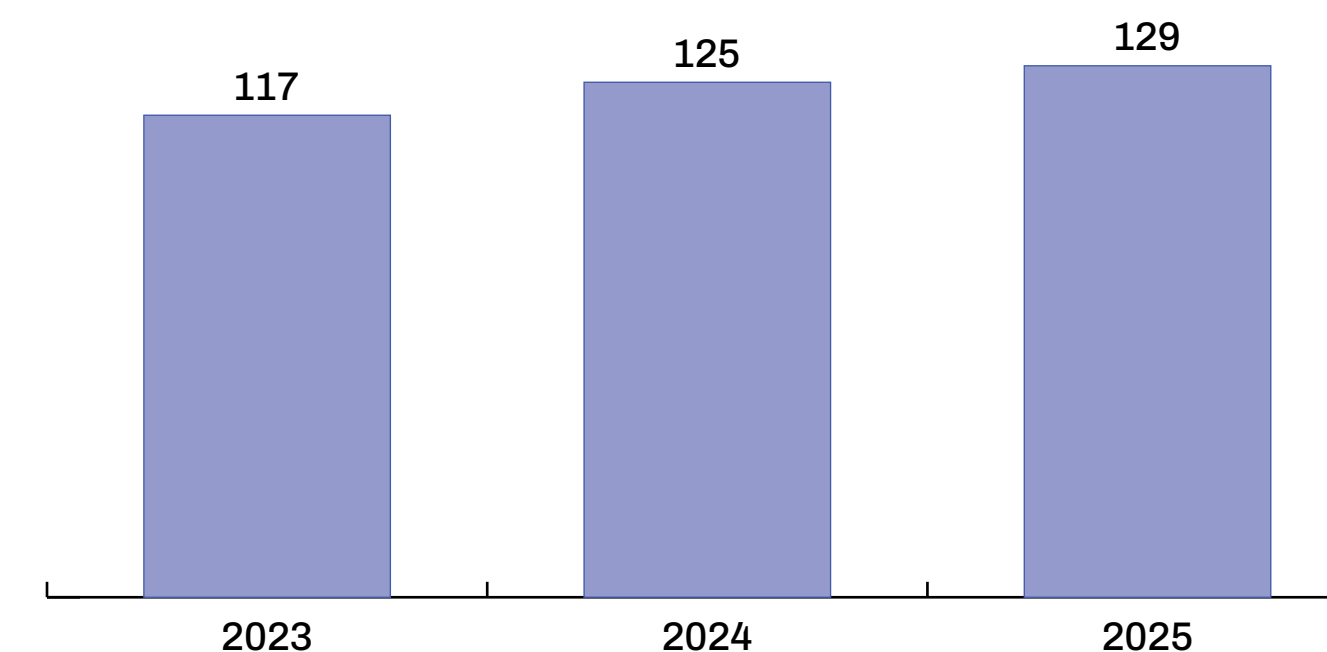
O Ministério de Empreendedorismo, Microempresa e Pequena Empresa – MEMP, por meio das [Portarias MEMP nº 54](#) e [nº 56](#), em abril, adota o Programa de Gestão e Desempenho como modelo de gestão de desenvolvimento e mensuração das atividades dos servidores. A Portaria nº 54 instituiu oficialmente o Programa de Gestão e Desempenho, reforçando o compromisso da Pasta em aprimorar a eficiência administrativa e fomentar um ambiente de trabalho orientado a resultados. Complementarmente, a Portaria nº 56 autorizou a implementação desse programa no âmbito do Ministério, permitindo que as iniciativas propostas fossem colocadas em prática com base em diretrizes claras e regulamentadas.

Além disso, o MEMP adere à [Portaria MGI nº 3.755, de 6 de junho de 2024](#), para conduzir as avaliações de desempenho dos servidores do quadro do MEMP. Essa adesão reflete um alinhamento estratégico com as normas do Ministério da Gestão e Inovação, buscando assegurar critérios uniformes e transparentes na avaliação do desempenho funcional.

### AValiação DA FORÇA DE TRABALHO

Atualmente, o MEMP conta com 129 servidores. Desses, apenas 11 pertencem originalmente ao quadro efetivo do Ministério.

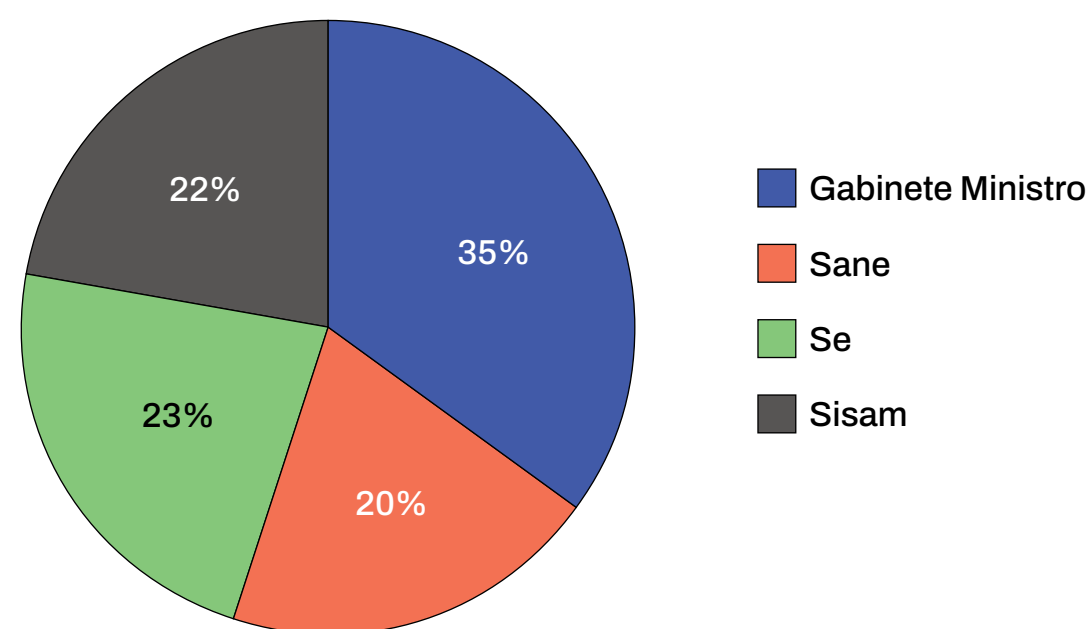
### QUANTIDADE DE SERVIDORES



Os servidores estão distribuídos entre as unidades do Ministério da seguinte forma:

- Gabinete do Ministro: 45 servidores;
- Secretaria-Executiva: 30 servidores;
- Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios – SANE (antes Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte -SMEPP): 26 servidores;
- Secretaria Nacional de Inclusão Socioprodutiva, Artesanato e Microempreendedor Individual – SISAM (antes Secretaria Nacional de Artesanato e Microempreendedor Individual- SAMI): 28 servidores.

Essa alocação garante suporte estratégico e operacional às áreas principais do MEMP.



A composição do quadro de servidores é equilibrada em termos de gênero, com 65 mulheres e 64 homens. Nos cargos de alta liderança, as posições de nível 13 ou superior são ocupadas por 30 mulheres e 42 homens, demonstrando um perfil de liderança diversificado. Além disso, a Pasta conta com o apoio de 6 estagiários de nível superior, contribuindo para o desenvolvimento de novos talentos e a execução das atividades do Ministério.

#### Licenças

Em 2025 houve um pedido de licença capacitação.

### ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

No exercício de 2025, os dados consolidados da força de trabalho ativa evidenciam os efeitos dessa prerrogativa legal na composição do quadro funcional. Conforme a

tabela de situação funcional dos servidores ativos, o MEMP conta atualmente com 1 cargo de natureza especial, 5 servidores Requisitados, 9 em exercício descentralizado, 1 para Composição da força de trabalho, 44 cedidos, 58 sem vínculo e 11 ativos.

### DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

A comparação da execução orçamentária das ações relacionadas à despesa de pessoal do MEMP, nos exercícios de 2024 e 2025, evidencia comportamentos distintos entre as rubricas.

Em 2024, as ações 09HB – Custeio da Previdência Social e 2004 – Assistência Médica e Odontológica apresentaram execução inferior ao orçamento autorizado, com baixos níveis de empenho, refletindo a inexistência de carreira própria no Ministério e a predominância de servidores cedidos, requisitados ou sem vínculo permanente. Em sentido oposto, as ações 2000 – Administração da Unidade e 20TP – Ativos Civis da União registraram elevada execução em termos de empenho, com quase a totalidade dos recursos comprometidos. Observou-se, contudo, diferença relevante entre os valores empenhados e os montantes liquidados e pagos, influenciada pela participação do Ministério em arranjo colaborativo, no qual as etapas de liquidação e pagamento são conduzidas pelo órgão setorial, impactando o ritmo da execução financeira. A ação 212B – Benefícios Obrigatórios apresentou desempenho mais equilibrado, com alto percentual de empenho e liquidação próxima ao total empenhado.

Em 2025, manteve-se o padrão geral de execução observado no exercício anterior, com persistência das diferenças entre empenho e pagamento nas ações 2000 e 20TP, e maior aderência entre planejamento e execução na ação 212B. A despesa total com pessoal alcançou R\$ 21.894.929,00, com R\$ 20.522.107,91 empenhados e R\$ 17.750.660,65 pagos, em um contexto de quadro funcional reduzido, composto por 127 servidores.

### ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO E LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES DE TREINAMENTO

Em consonância com a Portaria MEMP nº 276, de 31 de outubro de 2025, foi publicado o resultado da avaliação de desempenho individual dos servidores do quadro do MEMP, referente ao ciclo avaliativo 2024/2025, compreendido entre 1º de outubro de 2024 e 30 de setembro de 2025. Todos os servidores avaliados alcançaram pontuação máxima (20 pontos), fazendo jus às respectivas gratificações de desempenho. Esse resultado evidencia o elevado nível de comprometimento, responsabilidade institucional e excelência na execução das atividades, além de reforçar o impacto positivo das práticas de gestão de desempenho adotadas no âmbito do MEMP, com reflexos diretos no engajamento e na valorização do corpo funcional.

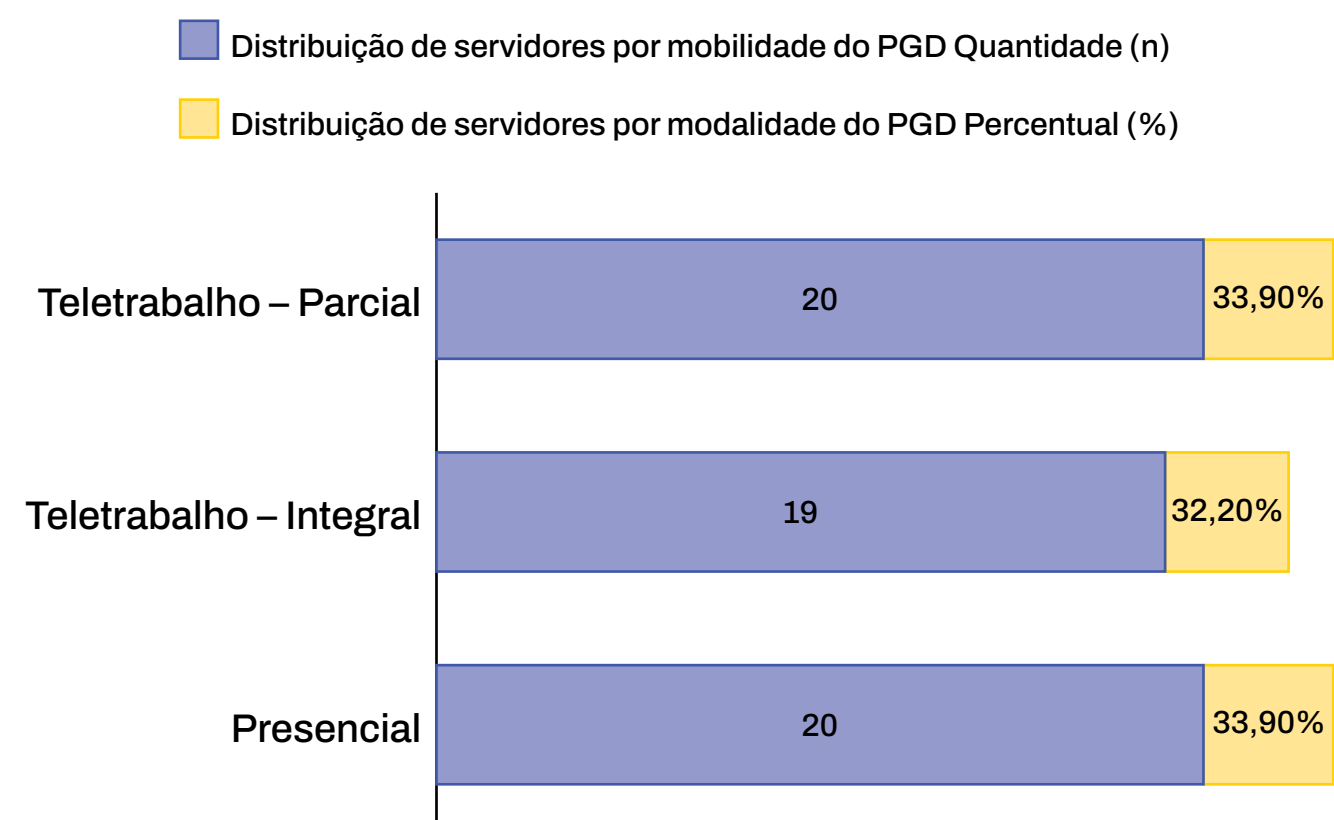
O Programa de Gestão e Desempenho (PGD), de acordo com o quadro demonstrativo de avaliações de servidores (Quadro a seguir: Distribuição de servidores por modalidade do PGD), contempla 59 servidores cadastrados, distribuídos

entre diferentes unidades do Ministério. A maior parte dos participantes encontra-se em **Teletrabalho parcial e Presencial**.

**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR MODALIDADE DO PGD**

MODALIDADE	QUANTIDADE (N)	PERCENTUAL (%)
Presencial	20	33,90%
Teletrabalho – Integral	19	32,20%
Teletrabalho – Parcial	20	33,90%
Total	59	100%

**SERVIDORES EM PGD**



No período de **2024 e 2025**, o MEMP executou um portfólio ampliado de capacitações, totalizando mais de **60 ações formativas**, com ênfase em **Gestão Pública, Gestão de Pessoas, PGD, Transferências da União, Tecnologia da Informação, Inteligência Artificial, Inovação, Governança, Controles Internos, Ética e Comunicação**. Predominou a modalidade **EaD**, com mais de **40 cursos a distância** (cargas entre **2 e 50 horas**), complementada por ações **presenciais, remotas e híbridas**, adotadas conforme a complexidade dos conteúdos. As capacitações presenciais concentraram-se majoritariamente em **Brasília**, com registros adicionais em **São Paulo, Paraná e Belém**, além de participações internacionais no **Canadá e na China**, especialmente em temas de auditoria, segurança da informação e transformação digital. Destaca-se, ainda, a adesão ao **Movimento Vida 360**, ação continuada iniciada em **dezembro de 2024** e vigente até **dezembro de 2025**, com **22 participantes**, reforçando a integração entre desenvolvimento profissional e qualidade de vida no trabalho.

**PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

No âmbito do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), a CGGP avançou na consolidação dos instrumentos de acompanhamento e transparência, com a publicação do painel de monitoramento do sistema, **Painel PGD MEMP**. Em 2025, o Programa passou a contar com 59 servidores, distribuídos entre 20 presenciais, 20 em teletrabalho parcial e 19 em teletrabalho integral, com ajustes periódicos conforme a necessidade do serviço. Como risco e desafio, destaca-se a necessidade de

monitoramento contínuo da qualidade, consistência e conformidade dos dados registrados no sistema.

No campo transversal da gestão de pessoas, a CGGP investirá em ações voltadas à **Diversidade, Inclusão e Equidade (DIE)**, incorporando esses princípios às estratégias de desenvolvimento institucional com ações que estimulem o trabalho voluntariado, bem como por meio da valorização de servidores a partir de contratações por meio de gratificação por encargo de curso e concurso.

No eixo de governança do desenvolvimento de pessoas, o Ministério avançou com a publicação da **Política de Desenvolvimento de Pessoas**, instituída pela Portaria MEMP nº 36, de 9 de janeiro de 2026, que estabelece diretrizes, responsabilidades e critérios para ações de capacitação, educação formal e afastamentos relacionados, em consonância com o Decreto nº 9.991/2019. Como desdobramento desse marco normativo, estima-se lançar edital para seleção de servidores para programas de pós-graduação stricto sensu.

**GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CONFORMIDADE LEGAL**

O MEMP faz parte do Arranjo Colaborativo gerido pela Secretaria de Serviços Compartilhados – SSC do MGI, conforme **Portaria MGI n. 43, de 31/01/2023**. Todavia, trabalha na instrução/elaboração dos artefatos exigidos pela legislação vigente, seguindo as normas e mecanismos de prevenção e controle de irregularidades disponíveis em lei.

## CONTRATAÇÕES

O MEMP, através da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Licitações - CGRL, instruiu dezenas de processos que resultaram em contratos de aquisição de bens, serviços e patrocínios, bem como foram efetivadas contratações diretas e exclusivas por meio de adesão a Atas de Registro de Preços, contemplando Passagens e Diárias, Locação de Veículos, realização de Eventos e o Concurso Nacional (exame de aptidão) de Tradutores e Intérpretes Públicos (contrato firmado com a empresa Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE no valor de R\$ 2.233.308,72 (dois milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e oito reais e setenta dois centavos), também houve participação efetiva nos processos de aquisição de veículos e itens de TI (sedan, picapes, caminhões, tablets, e notebooks) para o Programa de Artesanato Brasileiro - PAB.

Além disso, em conjunto com o [Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos \(MGI\)](#), foi realizada a instrução do processo de contratação de Publicidade Institucional, estimado em R\$ 7 milhões de reais, no montante global corresponde a aproximadamente R\$ 64 milhões de reais. O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, através da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Licitações (CGRL), também manifestou interesse em diversos processos de consulta de ampla participação, voltados ao atendimento do arranjo colaborativo coordenado pelo MGI, envolvendo pelo menos 20 contratações ou aquisições via Registro de Preços.

No âmbito logístico do sistema ColaboraGov, do qual o MEMP faz parte, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Licitação tem participado ativamente dos trabalhos voltados aos serviços de manutenção predial, adaptação de espaços físicos implementação de novos layouts, obras e serviços análogos. Um dos grandes desafios do exercício corrente, diz respeito à execução das obras do primeiro andar, orçadas em mais de 1 milhão de reais, sob responsabilidade do MGI.

### GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS E PARCERIAS:

No decorrer do exercício de 2025 foram celebrados 99 (noventa e nove) instrumentos de repasse, com recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas (RP 6) e de programação própria, conforme detalhado por tipo no quadro a seguir:

### QUADRO 1 – INSTRUMENTOS DE REPASSE CELEBRADOS PELO MEMP EM 2025<sup>3</sup>

TIPO DE INSTRUMENTO	QUANTIDADE	%	VALOR DE REPASSE
Convênio	55	56%	R\$ 74.822.342,80
Termo de Fomento	39	39%	R\$ 85.769.644,41
Termos de Execução Descentralizada - TED	5	5%	R\$ 27.728.975,00
TOTAL	99	100%	R\$ 188.320.962,21

Fonte: Transferegov.br

Comparado ao exercício anterior (2024), houve um aumento de 582% no número de instrumentos de repasse celebrados. Esse crescimento ocorreu, principalmente, devido ao aumento na indicação de emendas parlamentares na ação orçamentária sob competência do MEMP, bem como pelo maior aporte orçamentário para o exercício de 2025, permitindo a execução indireta de diversas ações do MEMP na forma de convênios, termo de fomento e TED.<sup>4</sup>

### INSTRUMENTOS VIGENTES EM 2025:

O MEMP encerrou o ano de 2025 com 110 (cento e dez) instrumentos de repasse em execução, celebrados no período compreendido entre 2022 e 2025:

<sup>3</sup> Convênios – regidos pelo [Decreto nº 11.531, de 2023](#) e [Portarias Conjuntas MGI/MF/CGU nº 33, de 2023](#) e [nº 28, de 2024\\*](#)

Termos de Fomento – regulamentados pela [Lei nº 13.019, de 2014](#) e [Decreto nº 8.726, de 2016](#).

Termos de Execução Descentralizada – regidos pelo [Decreto nº 10.426, de 2020](#).

<sup>4</sup> Em 2024, o regime simplificado para a execução de convênios, instituído pelo art. 184-A de [Lei nº 14.133, de 2021](#), foi regulamentado pela [Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 28, a partir de 23 de maio de 2024](#).

**QUADRO 2 – INSTRUMENTOS DE REPASSE VIGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

ANO DE CELEBRAÇÃO	INSTRUMENTOS VIGENTES EM 31/12/2024	%	VALOR DE REPASSE PACTUADO
2022	1	0,9%	R\$ 1.797.000,00
2023	3	2,7%	R\$ 3.552.950,00
2024	12	10,9%	R\$ 11.853.011,50
2025	94	85,5%	R\$ 162.196.575,87
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 179.399.537,37</b>

Fonte: Transferegov.br

Percebe-se que em relação aos resultados apresentados no relatório de gestão de 2024 o número de instrumentos vigentes de anos anteriores (2018 a 2022) tiveram considerável redução. Com o aumento da força de trabalho das equipes técnicas, e, conseqüentemente pelo melhor acompanhamento dos instrumentos de repasse, a execução e conclusão das parcerias teve maior efetividade.

**VALORES TRANSFERIDOS EM 2025:**

No exercício de 2025 foram repassados recursos no montante de R\$ 58.994.012,97 (cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, doze reais e noventa e sete centavos). O quadro a seguir detalha o repasse por ano de celebração do instrumento:

**QUADRO 3 – VALORES REPASSADOS EM 2024:**

ANO DE CELEBRAÇÃO	VALORES REPASSADOS EM 2024
2023	R\$ 500.000,00
2024	R\$ 6.200.000,00
2025	R\$ 52.294.012,97
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 58.994.012,97</b>

Fonte: Transferegov.br

Ao analisar os repasses por tipo de instrumento, verifica-se que a maior parte das transferências ocorre na modalidade de termo de fomento:

**QUADRO 4 – VALORES REPASSADOS EM 2025 POR TIPO DE INSTRUMENTO:**

TIPO DE INSTRUMENTO	VALORES REPASSADOS	%
Convênio	R\$ 18.097.985,80	30,7%
Termo de Fomento	R\$ 32.858.052,17	55,7%
Termos de Execução Descentralizada - TED	R\$ 8.037.975,00	13,6%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 58.994.012,97</b>	<b>100%</b>

Fonte: Transferegov.br

Observa-se que o montante de recursos repassados em 2025 superou em 302% o valor total transferido em 2024. Atribui-se esse acréscimo a fatores, tais como:

- O considerável aporte orçamentário no exercício, sejam de recursos oriundos de emendas parlamentares ou de recursos de programação própria;
- Estruturação das equipes técnicas, que promoveram o melhor acompanhamento na execução dos instrumentos de repasse.

**PRESTAÇÕES DE CONTAS ANALISADAS EM 2025:**

Em 2025 as análises de prestações de contas finais dos instrumentos de repasse foram prejudicadas, em virtude principalmente da necessidade de direcionamento de esforços das equipes para a análise de novas propostas e formalização de novos instrumentos. Para o exercício de 2026 serão adotadas medidas para promover maior celeridade na análise das prestações de contas pendentes, com a finalidade de evitar a criação de passivos.

**PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Para 2025, desafios, ações e perspectivas específicas podem ser delineados com base em tendências e necessidades gerais do setor público e privado, com foco na melhoria da eficiência, transparência e sustentabilidade. Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e

Licitações – CGRL enfrentará o desafio de se adaptar às mudanças tecnológicas e legislativas, além de promover práticas sustentáveis e melhorar a capacitação de seus servidores, garantindo uma gestão mais moderna e eficaz.

## GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

O inventário de bens móveis do MEMP conta com aproximadamente 3 mil itens, totalizando quase 4 milhões de reais, devidamente registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

## GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### CONFORMIDADE LEGAL E MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A estruturação da tecnologia da informação (TI) no MEMP avançou substancialmente em 2025. Nesse contexto, destaca-se a reestruturação da unidade, com a criação de uma nova coordenação abaixo da CGTI, a nomeação e integração de membros na equipe e a

aprovação de importantes instrumentos de governança, planejamento e diretrizes para a área. O MEMP, por fazer parte do arranjo colaborativo e tendo a DTI (SSC/MGI) como responsável por gerir e operar sua infraestrutura tecnológica, provendo conectividade, infraestrutura e *softwares* de uso comum usufrui de nível de maturidade adequado tanto nas práticas quanto na aderência as normas e governança de TI.

Quanto à governança de TI, o MEMP aprovou e institucionalizou instrumentos importantes como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e o Plano de Transformação Digital (PTD). São eles:

### PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC) 2025-2027

Resolução CGE/MEMP nº 4, de 23 de maio de 2025

Documento orientador que alinha as iniciativas de TIC ao Planejamento Estratégico Institucional. O PDTIC estrutura ações para digitalização de processos, automação de serviços, aprimoramento da análise de dados

e adoção de soluções inovadoras, contribuindo diretamente para a transformação digital do Ministério.

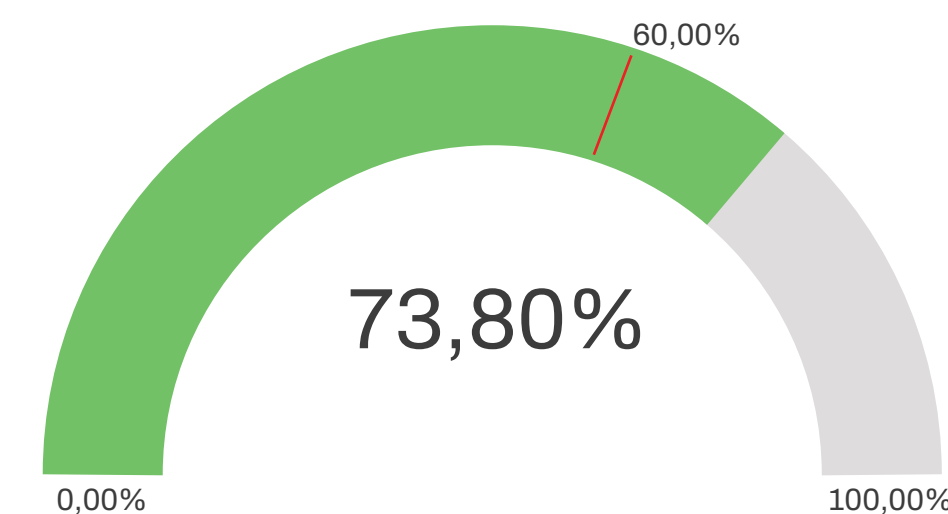
O Plano foi elaborado pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/SAA) com fundamento em diagnóstico organizacional, nas diretrizes legais vigentes e na realidade orçamentária do Ministério. Com vigência trienal (2025–2027), sua implementação é acompanhada pelo Comitê de Governança Estratégica (CGE), a fim de assegurar o adequado alinhamento institucional, a priorização das iniciativas e o monitoramento contínuo das ações previstas.

Em 2025, o MEMP realizou 131 ações de TIC (Gráfico 1), das quais destacam-se ações de fornecimento de equipamentos tecnológicos (35,79%), de melhorias na governança e gestão de TIC (22,63%) e de projetos de desenvolvimento de soluções digitais (23,16%). Por fim, o principal resultado do PDTIC em 2025 se reflete no alcance da meta de nível de execução (Gráfico 2), que foi de 73,8%, em comparação com a meta estabelecida de 60%.

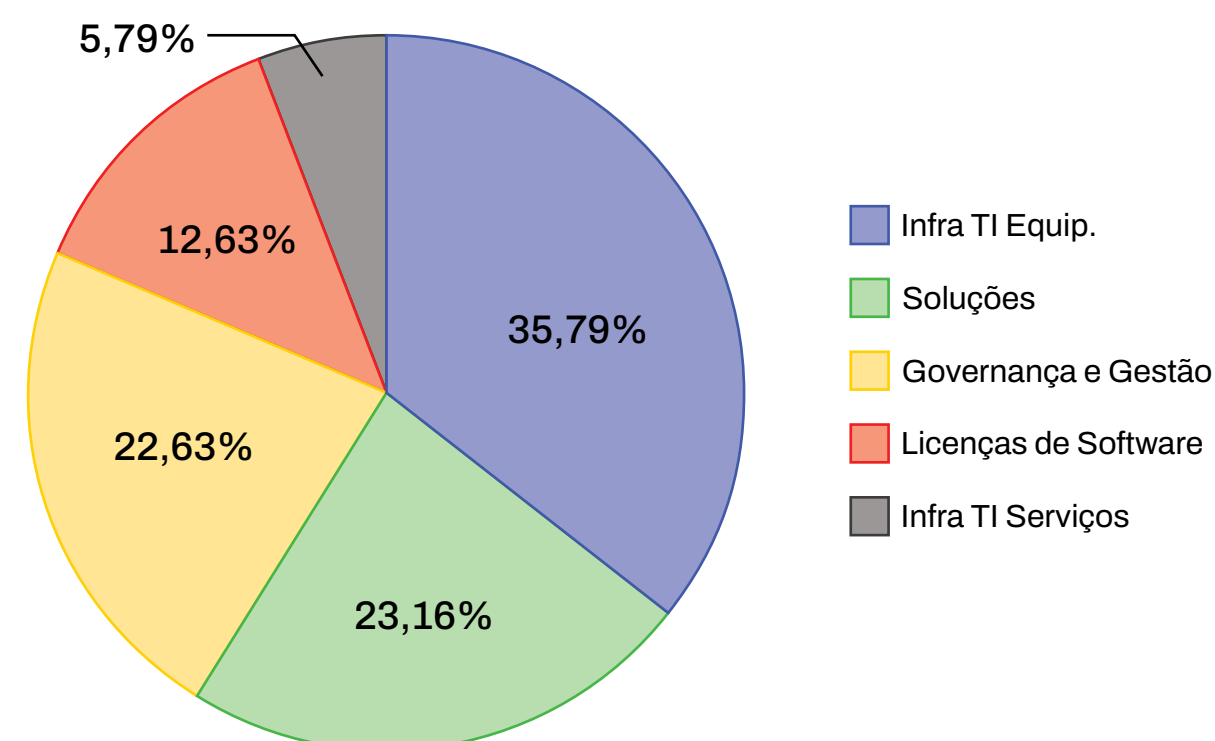
GRÁFICO 1 - VISÃO GERAL DE EXECUÇÃO DE AÇÕES DO PDTIC EM 2025



GRÁFICO 2 – NÍVEL DE EXECUÇÃO DO PDTIC EM 2025



**GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE AÇÕES POR TIPO DE NECESSIDADE**



Saiba mais sobre o PDTIC - [Plano diretor de tecnologia da informação e comunicação - PDTIC — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

### PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (PTD) 2025-2027

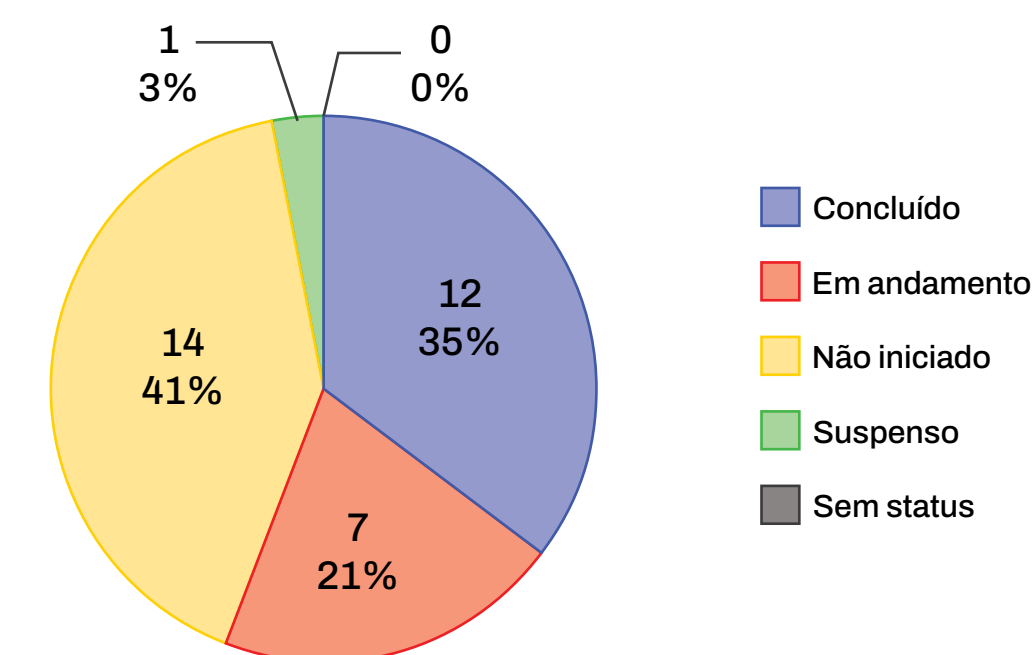
#### Resolução CGE/MEMP nº 3, de 24 de abril de 2025

O Plano de Transformação Digital (PTD) do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP, em parceria com a Secretaria de Governo Digital e a Secretaria-Executiva, ambas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), visa implementar ações relacionadas à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) na Administração Pública Federal, conforme estabelecido no Decreto nº 12.198, 24 de setembro de 2024, para o período de 2024 a 2027. Como Ponto Focal instituído, a CGTI apoia o Líder de Transformação Digital do MEMP (AEGE/SE/MEMP) no monitoramento, articulação e facilitação de projetos de Transformação Digital no órgão.

No ano de 2025, 35% das iniciativas foram concluídas. Considerando que o Plano de Transformação Digital foi aprovado apenas em agosto de 2025, avalia-se que houve um avanço significativo a partir do 4º bimestre, período em que foram realizadas 12 entregas. Destas, 8

concentraram-se nos dois últimos bimestres do ano, relacionadas aos serviços do Chatbot, App MeuMEI Digital (Portal do Empreendedor) da SISAM, além de uma entrega vinculada ao PPSI.

**GRÁFICO 4 – STATUS DAS INICIATIVAS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM 2025**



Por fim, destaca-se o Prêmio Revelação em Transformação Digital 2025, recebido pelo MEMP no Fórum dos Líderes de PTDs 2025, o qual evidencia o compromisso institucional do Ministério com a oferta de serviços públicos mais simples, eficientes e acessíveis aos empreendedores, micro e pequenos negócios em todo o país. O reconhecimento também reforça a relevância estratégica do MEMP na agenda nacional de governo digital.

Saiba mais sobre o PTD - [Plano de Transformação Digital — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

Saiba mais sobre o Prêmio Revelação em Transformação Digital 2025 - [Ministério do Empreendedorismo é reconhecido como órgão Revelação em Transformação Digital no Fórum dos Líderes de PTDs 2025 — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#)

### MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

Em 2025, a sustentação e a operação dos serviços de Tecnologia da Informação foram custeadas, em grande medida, com recursos do MGI, no âmbito do arranjo colaborativo

estabelecido. Os valores orçamentários destinados pelo MEMP às ações de TI referem-se tanto à evolução e/ou sustentação de soluções institucionais, como o SICAB, o Mapa de Empresas, e o b-Cadastros, alocados na ação 210C, quanto à aquisição de recursos humanos e à contratação de serviços de TIC, vinculados à ação 2000..

ELEMENTO DESPESA	AÇÃO GOVERNO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	2000	R\$ 86.932,62	R\$32.171,19
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	210C	R\$ 2.558.665,05	R\$ 323.321,23
Total		R\$ 2.645.597,67	R\$ 355.492,42

### CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Os principais contratos utilizados pelo MEMP para dar suporte aos serviços de Tecnologia da Informação encontram-se listados a seguir. Destaca-se que o MEMP não realizou diretamente as referidas contratações, uma vez que estas são formalizadas pelo MGI, no âmbito da prestação de serviços compartilhados.

CONTRATO	OBJETO	FORNECEDOR	PRINCIPAL USO
Contrato Administrativo nº 65/2021	Contratação de empresa para prestação de serviços estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC voltados, direta ou indiretamente, ao suporte necessário para a produção de soluções estruturantes de Governo e departamentais, que atendem as unidades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, em todo o território nacional.	SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados	Produtos e serviços de TIC que suportam a construção e sustentação dos recursos de TIC destinados às políticas públicas promovidas pelo MEMP.
Contrato Administrativo nº 06/2022	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação do tipo serviços de consultoria técnica especializada para apoio a Gestão e Governança de TI, firmado entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e a Logiks Consultoria e Serviços em TI.	LOGIKS CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviços de consultoria técnica especializada para apoio a Gestão e Governança de TIC.
Contrato Administrativo nº 41/2024	Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, reprodução de documentos (cópias) e digitalização (Outsourcing de impressão) – início de vigência em 29/12/2024	SIMPRESS	Produtos de impressão, reprodução de documentos (cópias) e digitalização (outsourcing de impressão)
Contrato Administrativo nº 12/2025	Contratação de Solução Corporativa de Videoconferência como Serviço, com fornecimento de equipamentos, garantia e manutenção on-site, para atendimento do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e demais Ministérios demandantes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	NTT BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	Solução de Videoconferência utilizada em salas de reunião.
Contrato Administrativo n.º 14/2025	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de mensuração de tamanho de software por Pontos por Função (PF), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	EFICACIA ORGANIZAÇÃO LTDA	Solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de mensuração de tamanho de software por Pontos por Função (PF).

## PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

Em 2025, a área de Tecnologia da Informação do Ministério atuou na execução de diversos projetos que contribuíram para o avanço institucional do MEMP, dentre os quais se destacam, a seguir, aqueles que geraram benefícios relevantes à sociedade.

PROJETO	SECRETARIA	PRINCIPAIS RESULTADOS E BENEFÍCIOS
PDTIC MEMP	SAA	Aprovação e institucionalização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC), com a execução de ciclos de monitoramento no exercício de 2025.
PTD MEMP	SE	Aprovação e institucionalização do Plano de Transformação Digital (PTD) do MEMP, com apoio ao Líder de Transformação Digital no monitoramento e facilitação de ações do plano.
PPSI MEMP	SE	Articulação para execução e atualização de medidas de segurança no plano de trabalho do MEMP nos ciclos 4 e 5, no contexto do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).
Novo SICAB	SISAM	Evolução e resolução de impedimentos relevantes no projeto de desenvolvimento da nova versão no sistema SICAB, no âmbito do contrato SERPRO 65/2021, com a devida fiscalização e execução de rotinas de controle de prazos por parte da TI/MEMP.
Mapa de Empresas	SANE	Abertura e conclusão do desenvolvimento do Mapa de Empresas, com a criação de novos painéis e integração com b-Cadastros.
App MeuMEI Digital	SISAM	Conclusão e lançamento do aplicativo móvel Meu MEI Digital, com apoio na homologação da solução e na solicitação de acesso a componentes importantes para a solução de sistemas da Receita Federal (RFB).
Chatbot Meire	SISAM	Conclusão e o lançamento do Chatbot Meire, assistente virtual oficial do Portal do Empreendedor, com o desenvolvimento interno feito pela CGTI junto à CGMEI/DMAC/SISAM.
Migração Tenant Microsoft	SE	Supervisão e facilitação de migração do ambiente de trabalho digital (Microsoft) do MEMP para a infraestrutura unificada do ColaboraGov, conduzida pela DTI/SSC/MGI

PROJETO	SECRETARIA	PRINCIPAIS RESULTADOS E BENEFÍCIOS
Integra Transferências	SE	Abertura de projeto de criação de repositório automatizado e integrado com dados de Transferências, Orçamento e Finanças do MEMP, mediante integração com APIs via ColaboraGov e uso de solução Fabric (MS).
Integração Painéis Ouvidoria	OUVIR	Conclusão de projeto de integração dos Painéis da Ouvidoria, desenvolvidos pela CGTI/SAA, à API do Fala.BR (ConectaGov), utilizando a solução Fabric (MS).
Chatbot Intranet (Mempinho)	SAA	Desenvolvimento, a implementação de Chatbot institucional “Mempinho”, ampliando os canais digitais de atendimento e suporte aos usuários internos e externos.

### Ações complementares:

- Integração Painéis Ouvidoria à API Fala.BR – Painel Ouvidoria e Painel LAI;
- Apoio na aquisição de itens de TI no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB);
- Publicação de Portaria de Uso de Serviços em Nuvem no MEMP;
- Publicação da Norma sobre uso dos recursos de TIC;
- Implantação de solução Fabric (F64) no MEMP com criação de ambientes e esteiras de produção;
- Viabilização de POC (*Proof of Concept*) de solução de integração de dados de Tradutores e Leiloeiros com fornecedor de solução;
- Desenvolvimento Painel ASSAD – Painel de Gestão Interna da Assessoria;

- Desenvolvimento painel PGD – Painel do Programa de Gestão de Desempenho;
- Consolidação de respostas ao Autodiagnóstico IgovSISP
- Publicação de páginas de Controle Interno (AECI), Segurança da Informação (CSSI/CGTI), Boletim Jurídico (CONJUR) e Trilhas de Aprendizagem (CGGP).

## SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

### Principais Ações e Projetos em Segurança da Informação – MEMP (2025)

No exercício de 2025, o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) avançou de forma consistente no fortalecimento da governança, da segurança da informação e da proteção de dados pessoais, em alinhamento às diretrizes do Governo Federal, à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD).

Entre as principais ações e projetos desenvolvidos, destacam-se:

#### 1. Evolução do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)

O MEMP executou, de forma subsidiária, em colaboração com a SSC/MGI, as atividades previstas no 5º ciclo do PPSI, com a revisão do autodiagnóstico institucional, a

consolidação dos resultados e a elaboração do plano de trabalho nos temas Segurança da Informação e Privacidade e Proteção de Dados Pessoais. As ações foram conduzidas de forma articulada entre a área de Tecnologia da Informação e o Encarregado de Proteção de Dados, fortalecendo a conformidade institucional e a maturidade em governança de dados.

#### 2. Autodiagnóstico da PNSI – 2025

Acompanhamento do processo de preenchimento e envio do Autodiagnóstico da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), incluindo comunicação institucional sobre prazos e responsabilidades, bem como apoio técnico às áreas envolvidas para a consolidação das informações exigidas.

#### 3. Regulamentação da Política de Segurança da Informação no MEMP

O MEMP, em janeiro de 2025, após estudos sobre POSIN/MGI e aplicabilidade dos normativos no Ministério da Economia e nos Ministérios que foram criados a partir deste, concluímos que a política de segurança da informação do ME se aplica ao MGI, ao MDIC e por consequência ao MEMP.

Para 2026 iniciaremos um novo ciclo de revisão a partir da publicação da nova política de segurança da informação do MGI/ColaboraGov, do qual fazemos parte.

#### 4. Capacitação e Conscientização

O MEMP promoveu ações de conscientização e disseminação de informações sobre segurança da informação e proteção de dados pessoais, incluindo a criação de conteúdos educativos e de página institucional dedicada ao tema, contribuindo

para o fortalecimento da cultura de segurança no âmbito do Ministério.

#### 5. Implantação da ETIR no âmbito do MEMP (Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes Cibernéticos)

Em 2025, foram desenvolvidas ações voltadas à estruturação e ao fortalecimento da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos, contemplando a publicação de norma, definição do organograma funcional, elaboração do fluxograma de resposta a incidentes, e o estabelecimento de papéis, responsabilidades e fluxos de escalonamento.

#### 6. Atendimento à auditoria do Tribunal de Contas da União relativa à Referencial de Combate à Fraude e Corrupção

O MEMP atendeu, em outubro de 2025, avaliação de autodiagnóstico com o objetivo de avaliar em que medida a organização adota práticas para prevenir, detectar, investigar e monitorar fraudes digitais por meio de personificação governamental direcionadas aos cidadãos em canais como e-mail, WhatsApp, redes sociais, aplicativos falsos entre outros. Trata-se de um passo inicial rumo ao fortalecimento de ações de governança e segurança da informação no combate a fraudes envolvendo as Políticas Públicas suportadas pelo MEMP. Este trabalho é coordenado pela Secretaria Executiva do MEMP, tendo um caráter multidisciplinar.

## RESULTADOS E BENEFÍCIOS

As ações desenvolvidas resultaram no aumento do nível de maturidade em segurança da informação e proteção de dados

peçoais no MEMP, na redução de riscos operacionais e institucionais, no fortalecimento da conformidade com a LGPD e na melhoria da governança de TIC. Como benefícios adicionais, destacam-se o aumento da confiabilidade dos serviços digitais, o apoio à tomada de decisão baseada em riscos e a consolidação de uma cultura organizacional orientada à segurança da informação, contribuindo diretamente para a eficiência, a transparência e a credibilidade institucional do Ministério.

### PRINCIPAIS METAS NÃO ALCANÇADAS, PRINCIPAIS DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

Dentre as ações a serem realizadas no próximo exercício, destaca-se a necessidade de concluir a estruturação da área de Tecnologia da Informação (TI), tanto em termos de recursos humanos quanto materiais, o que impacta diretamente a evolução contínua dos serviços de TI.

Além disso, ainda é preciso que a CGTI se mantenha alinhada às demandas estratégicas do órgão, ajudando na entrega de valor ao cidadão por meio da transformação digital.

Os desafios para os próximos exercícios incluem:

- **Revisão do PDTIC MEMP (2025):** Alinhar expectativas junto às áreas do MEMP e ajustar prazos e andamento de ações iniciadas em 2025 no PDTIC do MEMP.
- **Consolidação de reestruturação da CGTI:** consolidar rotinas das equipes de TIC após a

reestruturação do MEMP, visando ampliar sua eficiência operacional e a entrega de resultados.

- **Foco em projetos de transformação digital:** Aproximar-se das áreas finalísticas e melhorar sinergia na condução e facilitação de projetos de desenvolvimento de soluções digitais do MEMP.
- **Melhoria do relacionamento com o MGI:** Aperfeiçoar a colaboração com o Ministério, que desempenha o papel de provedor no arranjo colaborativo.
- **Atuação nos comitês do SISP:** Manter e aprimorar a participação ativa e estratégica do MEMP nesses comitês.
- **Avaliar necessidade de institucionalização de POSIN MEMP:** Avaliar novo arcabouço normativo de segurança da informação do MGI para realizar a devida adaptação dos instrumentos vigentes do MEMP a esta nova referência.
- **Melhoria contínua nos processos de TIC:** mapear e aprimorar processos de gestão de TIC, a exemplo os processos de Cadastro e Manutenção de Contas Institucionais e processamento de demandas de TIC (Solicite TI).

## SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

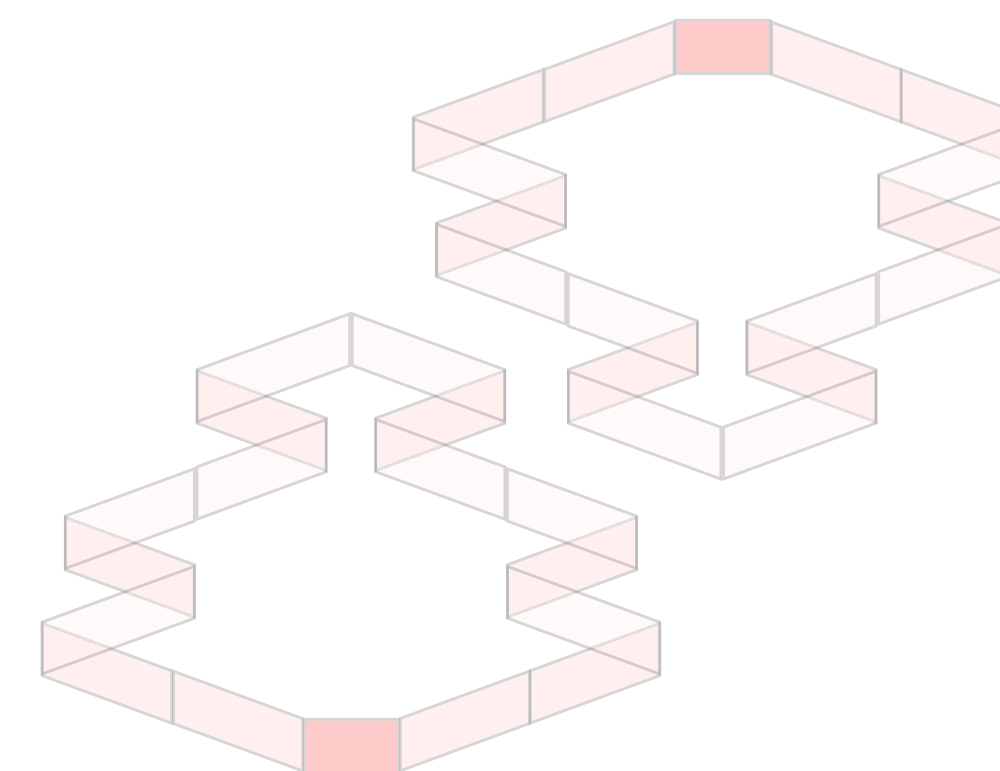
Os critérios de sustentabilidade (eventualmente inseridos na descrição do objeto das contratações e aquisições) seguem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf>

Os serviços prestados ao MEMP e pelo MEMP devem observar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT NBR, economizando energia, gás e água.

Também há respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT sobre resíduos sólidos. Recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao Decreto n. 10.936, de 12/01/2022.

Link: <https://abnt.org.br/>





# INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas e informações de custos do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte encontram-se disponíveis no link: [Demonstrações Contábeis — Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte](#).

MINISTÉRIO DO  
EMPREENDEDORISMO, DA  
MICROEMPRESA E DA EMPRESA  
DE PEQUENO PORTE

